

Série Fac-Símile nº 29

MERCADO DE TRABALHO E CRISE:
NOTAS PARA UMA ABORDAGEM

Paulo Eduardo de Andrade Baltar

Leonardo Guimarães Neto

PROGRAMA NACIONAL DE
PNPE
PESQUISA ECONÔMICA

*PROGRAMA NACIONAL DE PESQUISA ECONÔMICA
(PNPE)*

Criado em 1973, o PNPE tem como finalidade precípua estimular a produção científica, através da promoção da pesquisa acadêmica individual na área de Economia. As entidades promotoras do PNPE são: Instituto de Planejamento Econômico e Social — IPEA, Financiadora de Estudos e Projetos — FINEP, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq. A princípio, o Programa foi administrado pelo antigo BNDE e, a partir de 1975, passou a ser gerido pelo IPEA/INPES.

001500-8

PROGRAMA NACIONAL DE PESQUISA ECONÔMICA

Série Fac-Símile nº 29

MERCADO DE TRABALHO E CRISE:
NOTAS PARA UMA ABORDAGEM

Paulo Eduardo de Andrade Baltar

Leonardo Guimarães Neto

(Versão apresentada ao PNPE em janeiro/1988)

RIO DE JANEIRO

Julho - 1988

Os trabalhos reproduzidos na *Série Fac-Símile* são produto de pesquisas financiadas pelo PNPE. Os textos não são submetidos a nova revisão dos autores e representam a cópia fiel dos originais datilográficos entregues ao INPES/ IPEA por ocasião do término dos projetos.

PROGRAMA NACIONAL DE
PNPE
PESQUISA ECONÔMICA

As opiniões emitidas neste trabalho são da inteira e exclusiva responsabilidade de seu(s) autor(es), e não exprimem necessariamente o ponto de vista das entidades promotoras do PNPE.

S U M Á R I O

	Pág.
1. <u>INTRODUÇÃO</u>	01
2. A <u>MANIFESTAÇÃO DA CRISE</u>	26
3. A <u>DESESTRUTURAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO</u>	45
3.1 Emprego Durante a Crise na Região Metropolitana de São Paulo: PNAD.	45
3.2 - Emprego Industrial na Grande São Paulo: RAIS e FIESP:	81
3.3 - Recife Versus São Paulo Segundo a PNAD.....	115
4. <u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	141
 <u>ANEXOS:</u> Fontes dos Dados para Análise da Crise	 146
 <u>BIBLIOGRAFIA</u>	 178

MERCADO DE TRABALHO NA CRISE: Notas para uma abordagem

1...INTRODUÇÃO

A magnitude da queda no nível de atividade da economia brasileira entre os anos de 1980 e 1983, bem como o fato dela ter sido, em grande medida, o resultado de uma política recessiva para enfrentar problemas no balanço de pagamento do país, fez com que a discussão sobre o funcionamento do mercado de trabalho no Brasil se concentrasse numa avaliação dos efeitos desta política econômica, destacando-se o seu impacto sobre as condições de vida e de trabalho da população. (1)

No transcurso dessa discussão foram levantadas várias questões importantes. Uma delas se refere à própria caracterização do estudo do mercado de trabalho e dos efeitos da crise econômica sobre ele. Em particular, se destacou o fato do indicador tradicional, a taxa de desemprego aberto, subestimar os efeitos da crise sobre o emprego, num mercado de trabalho muito heterogêneo onde é frequente situações ocupacionais ambíguas em termos de uma classificação emprego-desemprego. Esta heterogeneidade da estrutura produtiva e ocupacional torna insuficiente a observação do que ocorre com o desemprego aberto para expressar o desempenho do mercado de trabalho na crise, devendo-se examinar também as mudanças que se processam na própria estrutura da ocupação.

As informações existentes permitem ilustrar alguns aspectos dessas mudanças na estrutura ocupacional durante a crise. Em particular, tem-se destacado o aumento nas proporções de trabalhadores por conta própria e de empregados sem carteira de trabalho simultaneamente à queda no nível da atividade econômica. (2)

(1) Ver Troyano A. A., Matosó J. E. e Hoffran M. P. (1984).

(2) Idem. Ver também Saboia J. (1985).

Fica, então, a impressão de que a crise teria processado, de um lado, um aumento desproporcional do auto-emprego precário e, de outro, uma deterioração nos vínculos de trabalho dos empregados assalariados. Essas mudanças na estrutura da ocupação e o aumento do desemprego aberto manifestam o agravamento da incapacidade da atividade econômica absorver adequadamente o aumento da população ativa.

Os efeitos da crise sobre o emprego podem ser abordados como representando um agravamento de tendências de mais longo prazo à subutilização da força de trabalho que seriam típicas de uma economia subdesenvolvida e periférica. Esta maneira de ver o problema é, na verdade, uma retomada, no contexto de uma discussão sobre emprego na crise, de uma questão mais ampla, de há muito tratada na América Latina, a do emprego e distribuição de renda numa economia subdesenvolvida.

Valê a pena recordar que a discussão da questão do emprego e distribuição da renda em economias subdesenvolvidas, de certo modo, também permitiu pôr em evidência as limitações do conceito tradicional de desemprego aberto para expressar o estado do mercado de trabalho neste tipo de economia. Ela destacou a importância de se examinar as mudanças da estrutura ocupacional no processo de desenvolvimento econômico.

As análises realizadas em diversos países da América Latina, notadamente pelo Programa Regional do Emprego para América Latina e o Caribe (PREALC), mostraram que no processo de desenvolvimento diminui a proporção de população no campo que sobrevivia principalmente em atividades agrícolas tradicionais. Simultaneamente, a expansão do emprego em atividades modernas no campo e nas cidades, embora significativa, não foi suficiente para impedir o aumento de subemprego urbano. (3)

A crise é vista como uma interrupção neste lento processo de melhora nas condições de inserção da população ativa na es

(3) Ver Garcia N (1982)

estrutura produtiva ocupacional, que é capaz de reverter em poucos anos, penosas conquistas dos países latinoamericanos que requereram um período de longa duração (4). Por outro lado, a destruição de empregos durante a crise significaria uma acumulação de problemas para o futuro, mesmo como uma eventual retomada do desenvolvimento econômico.

As manifestações deste agravamento do problema de emprego da crise são as mais variadas. Um primeiro tipo reflete o grau de urbanização e de modernidade já alcançado pela estrutura ocupacional da economia subdesenvolvida. De um modo análogo ao observado nos mercados de trabalho de países desenvolvidos, a queda no nível da atividade econômica aumenta o desemprego aberto e o subemprego visível dos que involuntariamente trabalham menos que a jornada considerada normal.

No que se refere ao desemprego aberto, a profundidade e duração da crise teria feito com que, por primeira vez, aparecesse uma alta taxa de desemprego aberto nas economias subdesenvolvidas. Além disso, a queda no nível da atividade econômica teria modificado o perfil dos desempregados. De fato, se constata que, em épocas de razoável crescimento econômico, o desemprego aberto flutua em torno de níveis relativamente baixos e afeta principalmente os jovens recém chegados ao mercado de trabalho e as mulheres não chefes do lar, ou seja, uma força de trabalho secundária que na verdade representa uma fonte complementar de renda das famílias, não necessariamente as mais pobres (5)

Durante a crise, ao contrário não apenas aumenta significativamente a taxa de desemprego como também se eleva a proporção dos desempregados com idade de maior atividade, os homens, os chefes do lar, os trabalhadores manuais e as pessoas de mais baixo nível educacional, além de também aumentar o tempo de desemprego das pessoas atingidas (6).

(4) Ver Garcia N. e Tokman V. (1984)

(5) Ver PREALC (1984).

(6) Ver Garcia N. e Tokman V. (1984).

No caso da mão-de-obra mais especializada e profissionalmente qualificada com custo de reposição relativamente alto, a subutilização do trabalho na crise não se manifesta somente no desemprego mas também no subemprego visível. Este aumento na proporção dos que trabalham involuntariamente menos que a jornada normal sugere que uma eventual reativação da economia primeiro aumentaria as horas efetivamente trabalhadas sem afetar, inicialmente, o número de pessoas empregadas (7).

Este problema moderno de emprego seria ainda maior que o sugerido pelas cifras de desemprego aberto e subemprego visível. Nas famílias de nível de renda relativamente elevada, a diminuição das oportunidades de trabalho pode induzir o desalento, reduzindo temporariamente as taxas de participação de seus membros que, noutras circunstâncias de mercado de trabalho constituiriam um contingente de força de trabalho secundária.

Nas famílias de menor nível de renda poderia ocorrer o contrário. Nelas não somente a força de trabalho primária não pode se dar ao luxo de passar um prolongado período de tempo totalmente desempregada enquanto busca um novo emprego, como, provavelmente, a queda no nível de renda familiar obrigará a outros membros da família a buscar ocupação remunerada. Ambos realimentam o subemprego invisível ou desemprego disfarçado que se amplia durante a crise.

De modo que, ao longo dos efeitos da crise sobre o desemprego aberto, subemprego visível e desalento à busca de trabalho, que refletem a modernidade já atingida pela estrutura ocupacional da economia subdesenvolvida, a expansão do subemprego invisível e a crescente informalização das relações de trabalho põe de manifesto seu aspecto atrasado.

Em todo caso, como expressão da subutilização global do trabalho, interessa destacar o fato de que uma eventual recuperação do nível da atividade econômica pode não ser suficiente pa

(7) Ver Garcia N. e Tokman V. (1984)

ra reempregar os afetados pela crise, tanto os que perderam totalmente ou parcialmente seus empregos quanto os que não lograram se incorporar adequadamente ou manter sua posição no mercado de trabalho. A simples menção dessas diferentes situações sugere que a crise tenha afetado não só a magnitude mas a própria estrutura do problema da subutilização do trabalho, ao afetar principalmente a economia urbana e dentro dela as atividades mais modernas, notadamente a indústria de transformação e ramos conexos (8).

Sem dúvida, a descrição do que ocorreu na crise com os diversos tipos de desemprego ajuda a caracterizá-la, particularmente no que representa em termos de acumulação de problemas de emprego para o futuro, que é um dos aspectos principais da questão do custo social da crise. Outro aspecto desta questão se refere aos efeitos da crise sobre as relações de trabalho e características pessoais dos que se mantiveram empregados.

As investigações se concentraram na indústria de transformação, não somente porque sobre ela se dispõe de informações mais confiáveis mas também porque este foi o setor da atividade econômica que mais sofreu o impacto da crise.

Os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) sugerem que não foi muito grande a destruição de estabelecimentos produtivos no conjunto do setor industrial durante a crise. A crise, então, manifestou muito mais na queda do nível de emprego dos estabelecimentos existentes. Esta circunstância faz com que seja possível destacar o papel das políticas de emprego e remuneração das empresas, na tentativa de ajustá-las à queda no nível de atividade econômica, para a caracterização dos efeitos da crise sobre o emprego e as remunerações nos ramos modernos da economia. (9)

Em particular se observa que, dada a presença de altas taxas de rotatividade da mão-de-obra no emprego, a queda do nível da atividade econômica se manifesta muito mais numa redução

(8) Ver Garcia N. e Tokman V. (1984)

(9) Ver Saboia J. e Tolipan R. (1986)

do numero de empregados admitidos durante a crise que num aumento do número de empregados dispensados (10). Cabe, entretanto, notar que as taxas de rotatividade variam muito por tipo de estabelecimento e posto de trabalho, com o que a caracterização dos efeitos da crise sobre o emprego assalariado requer o exame detalhado de seus impactos sobre a mão-de-obra com diferentes graus de estabilidade no emprego.

Algumas informações a respeito são proporcionadas pela RAIS. Em termos globais teria aumentado durante a crise o tempo médio de permanência no mesmo estabelecimento das pessoas que foram desligadas do emprego. Isto quer dizer que, ao avançar a crise, foram desempregadas pessoas que não sofriam de tão alta rotatividade no trabalho. Entretanto, também se constata que teriam aumentado durante a crise o tempo médio de permanência no mesmo estabelecimento das pessoas que não foram dispensadas.

Em parte, este aumento do tempo médio de permanência no mesmo estabelecimento dos empregados não dispensados pode ser explicado pelo próprio fato de que o nível de emprego não aumentou nesses estabelecimentos e, obviamente, os empregados não desligados aumentaram seu tempo de serviço. Não obstante, as mudanças durante a crise na distribuição por tempo de serviço dos empregados não dispensados parece sugerir que algo mais teria ocorrido. Aparentemente a queda no nível de emprego afetou mais a mão-de-obra em postos de trabalho com maior rotatividade.

De fato, durante a crise, parece ter ocorrido uma diminuição expressiva da proporção de empregados com menos de dois anos de serviço no mesmo estabelecimento ao passo que houve um aumento significativo principalmente na proporção dos empregados com mais de cinco anos de serviço. Além disso há outras indicações indiretas de que o desemprego foi maior nos postos de trabalho de maior rotatividade. Um dos sintomas adicionais que este fenômeno teria ocorrido é a queda na proporção dos empregados mais jovens e os de menor escolaridade no emprego total (11).

(10) Idem

(11) Idem

Esta última questão, da identificação dos postos de trabalho onde foi maior a queda do nível de emprego provocado pela crise é particularmente importante para o propósito desta investigação. Entretanto, sem desmerecer a relevância dos resultados já obtidos, nem negar as possibilidades de avanço na pesquisa empírica das mudanças nas características, tanto dos indivíduos que perderam o emprego e/ou não obtiveram trabalho adequado durante a crise, quanto dos que lograram se manter em seus empregos chama a atenção para o fato da nossa preocupação central ser algo diferente da simples avaliação do custo social da crise em termos dos seus impactos sobre as condições de vida e de trabalho da população.

Esta investigação pretendem mais do que contribuir para uma melhor discussão dos efeitos da crise sobre a população trabalhadora, procurar reunir elementos para uma discussão sobre o significado da queda no nível da atividade econômica em termos das próprias condições de funcionamento do mercado de trabalho. O cumprimento cabal deste propósito requeriria um exame, muito mais detalhado que o habitual dos traços básicos da organização e funcionamento do mercado de trabalho no período anterior à crise, que preparasse o terreno para uma investigação das alterações que ocorreram nos seus vários aspectos e que podem ser associadas ao declínio do nível da atividade econômica.

Não se dispõe desses estudos prévios, necessários a investigação das alterações na organização e funcionamento do mercado de trabalho durante a crise e não é nossa intenção realizá-los nesta pesquisa. Não obstante procuramos mais sugerir alguns dos pontos que, noutra ocasião, poderiam ser desenvolvidos, a partir de uma discussão de ordem mais geral sobre o próprio modo de expressar a heterogeneidade da estrutura produtiva e ocupacional de uma economia subdesenvolvida, tratando de encaminhar a argumentação na direção da construção de um esboço de representação da organização e funcionamento do mercado de trabalho.

Interessa-nos especificamente a representação da organização e funcionamento do mercado de trabalho urbano. O ponto de

partida neste empreendimento é uma discussão sobre a distinção que o PREALC propõe entre os setores formal e informal, numa tentativa de entender as implicações das mudanças na estrutura ocupacional provocadas pelo desenvolvimento econômico sobre a distribuição da renda.

Trata-se de uma representação da estrutura produtiva da economia subdesenvolvida, que diferencia os produtores privilegiando a questão do grau de facilidade com que eles podem se estabelecer no mercado. Por definição, o setor informal, em contraposição ao formal, seria, então, o conjunto de todas as unidades produtivas que, por alguma razão, podem facilmente se estabelecer em algum mercado. Conforme esta classificação das unidades produtivas, elas podem estar localizadas nos mais variados mercados e podem ser pequenas empresas que usam trabalho assalariado, pequena produção doméstica baseada na mão-de-obra familiar não remunerada e mesmo trabalhadores autônomos ou por conta própria.

Note-se então que no setor informal estão todas as posições na ocupação, empregadores, empregados, conta própria e trabalhador familiar não remunerado. Ao se usar a categoria setor informal na análise dos problemas de emprego e distribuição da renda em economias subdesenvolvidas, se tenta expressar as implicações da facilidade de entrada de novas unidades produtivas informais sobre os níveis de ocupação e de renda das várias posições na ocupação abarcadas por essas unidades produtivas.

A facilidade de entrada, característica comum das diversas unidades produtivas informais, explicaria, de um lado, porque elas não aumentam de tamanho expandindo-se por proliferação de novas unidades produtivas e, de outro, porque a simples presença de um excedente de população ativa faz aumentar o nível de ocupação nas unidades produtivas informais e reduz ou impede aumentar o nível médio de renda das diversas posições na ocupação abarcada por essas unidades produtivas.

A crítica dessa abordagem aos problemas de emprego e distribuição da renda em economias subdesenvolvidas pode ajudar a avançar na compreensão dos efeitos da industrialização e urbanização sobre a organização e funcionamento do mercado de trabalho num país subdesenvolvido. Com este propósito, chamamos a atenção para o fato de não se distinguir o significado da entrada de novos produtores tratando-se de unidades produtivas de natureza tão diferente como são as pequenas empresas, a pequena produção doméstica e o trabalho por conta própria.

Sem dúvida, as implicações de ordem econômica do grau de facilidade de entrada serão muito diferentes conforme o tipo de mercado a que entra uma unidade produtiva e no mínimo seria necessário distinguir os mercados em que as decisões das unidades produtivas, inclusive as de entrar e/ou permanecer no mercado, são regidas pela lógica da valorização e acumulação de capital com relação aos mercados em que aquelas decisões de produção refletem, pura e simplesmente, a implementação de estratégias de sobrevivência das pessoas (12).

Em sentido amplo, barreira a entrada quer dizer vantagens relativas, efetivas ou potenciais, dos produtores na disputa pelo mercado. Entretanto, a natureza e as implicações do processo competitivo, nos dois tipos de mercado mencionados, são diferentes, particularmente no que diz respeito à dinâmica econômica. Seria típico da concorrência entre capitais em valorização na produção o potencial transformador da economia que cria e destrói os espaços econômicos, embora ele se apresente de modo muito variado nos vários mercados capitalistas caracterizados por padrões específicos de concorrência intercapitalista.

Em todo caso, e a concorrência entre capitais na produção que gera os espaços econômicos disponíveis, mesmo quando esses espaços não são plenamente ocupados por empresas capitalistas por não oferecer perspectivas de lucro e acumulação de

(12) Ver Baltar P. (1985).

de capital. Ao contrário, as estratégias de sobrevivência das pessoas em unidades produtivas cujas decisões não são regidas pela lógica do lucro, se limitam a preencher os espaços econômicos não ocupados pelas empresas, sem serem capazes de criar os espaços que ocupam (13).

Em resumo, nos dois tipos de mercado podem haver distintos graus de facilidade de entrada mas não convém reunir as unidades produtivas em função pura e simplesmente deste grau de facilidade de entrada porque seu significado econômico é diferente ao se referir a mercados de natureza distinta. No que diz respeito aos mercados onde a lógica das decisões das unidades produtivas não é o lucro mas a sobrevivência nem sempre a entrada é fácil (14). Portanto, somente em alguns desses mercados, os que têm fácil entrada, o nível de ocupação e a renda per capita refletem a pressão de um excedente de população ativa. Por outro lado, se observam distintos tipos de relacionamento entre as atividades não regidas pela lógica do lucro e a produção capitalista. Pode haver uma relação comercial direta entre ambas formas de produção ou o interrelacionamento delas é indireto, passando pela mediação da circulação da renda gerada pela produção capitalista. A relação pode ser de complementariedade ou de substituição de produtos e pode se manifestar em subcontratação ou compra-venda impessoal dos produtos.

Não vale a pena tentar construir uma tipologia das formas de interrelacionamento dessas distintas produções. Porém, pode-se afirmar que de um modo geral a produção não regida pela lógica do lucro tende a ser preservada principalmente quando não há significativas vantagens de escala, prevalecendo uma limitada divisão do trabalho e um baixo grau de mecanização. Exemplos típicos são os serviços de reparação de bens de consumo duráveis e a construção residencial, onde maior escala não significa aprofundamento da divisão do trabalho e da mecanização, havendo limites a uma melhor organização industrial da atividade.

(13) Ver Souza P. R. (1980)

(14) Ver Souza P. R. (1980)

Por outro lado, também é possível associar a proliferação de serviços de reparação nos países subdesenvolvidos à existência de uma força de trabalho que se submete a baixas remunerações. De fato, o que se observa nos países desenvolvidos e que o preço desses serviços é mais elevado e que o consumidor tende a optar por descartar o veículo ou eletrodoméstico usado antes de recorrer mais intensivamente aos serviços de reparação.

Efetivamente, o tempo de trabalho gasto na reparação do veículo velho, se dedicado à produção de veículos novos, geraria um número maior de veículos novos que de veículos velhos reparados. Entretanto, a baixa remuneração do trabalho de reparação nos países subdesenvolvidos termina viabilizando um baixo preço relativo e a proliferação desses serviços, contribuindo para a extensão do mercado dos veículos usados.

Apesar das dificuldades de organização industrial capitalista num ramo que por razões de ordem técnica não há significativas economias de escala, a expansão do mercado de serviços de reparação termina fazendo prevalecer pequenas empresas, cujo lucro está relacionado com o baixo salário pago e com um maior preço cobrado pelo serviço. Se isto ocorre nesses ramos onde há limites técnicos à organização industrial, a tendência à produção empresarial é ainda mais clara nos ramos onde é mais fácil a divisão do trabalho e mecanização dos processos produtivos.

Portanto, mesmo em países subdesenvolvidos a tendência é que a lógica do lucro penetre na totalidade da estrutura produtiva deixando cada vez menos espaços para a implementação de estratégias de sobrevivência que não passam pelo trabalho assalariado. Neste sentido, deixando de lado o emprego no setor público, as ocupações cujo surgimento não passa diretamente por decisões baseadas na lógica do lucro devem ser tratadas como um resíduo, embora possa ser necessário que passe muito tempo antes que elas sejam reduzidas a uma proporção insignificante da população ativa.

Pelo contrário, o emprego no setor público e as ocupações que surgem a partir da lógica do lucro, particularmente o trabalho assalariado, tendem a aumentar como proporção da população ativa. Por este motivo, o estudo da distribuição da renda deve dedicar especial atenção ao funcionamento do mercado de trabalho assalariado, tema que tende a ser obscurecido pela ênfase na importância do autoemprego em países subdesenvolvidos.

Entretanto, na análise do comportamento do emprego associado a conjuntura da atividade econômica é importante investigar o que ocorre com o autoemprego. Em particular vale a pena relacionar os movimentos do autoemprego na retração e na expansão da atividade econômica com as características da estrutura predominante na economia e o modo como elas são afetadas na conjuntura.

Em todo caso, especialmente nas localidades com maior grau de desenvolvimento e estrutura ocupacional mais moderna, o centro de análise do comportamento do emprego deve ser o trabalho assalariado.

A questão é como olhar o funcionamento do mercado de trabalho assalariado. Tentaremos chamar a atenção para inconveniência de se privilegiar, de um modo geral, a grande facilidade de entrada na análise do comportamento do emprego. O mercado de trabalho não deve ser retratado em geral como um leilão, em que o salário e outras características do emprego variam ao sabor do número de vagas e candidatos, operando com o preço cujas variações "enxugam" o mercado (15).

Uma visão correta das relações entre emprego, salário e estado do mercado de trabalho deve começar por conhecer a pré-existência lógica dos processos de trabalho com relação a determinação do emprego e dos salários. É admissível retratar de modo geral o comportamento do empregador como uma busca de mão-de-obra mais ajustada e seus postos de trabalho e o do trabalho como a procura de empregos com melhores condições de trabalho remunerado. Porém, em cada momento, os postos de trabalho existentes refletem as decisões de produção das empresas, em dado meio técnico e organizacional, decisões que são relativamente independentes do estado da disponibilidade de mão-de-obra.

(15) Ver Baltar P. (1985).

Embora seja admissível a proposição de que a disponibilidade de mão-de-obra disposta a trabalhar com baixo salário ajuda a viabilizar a produção empresarial em certos ramos, como no mencionado exemplo dos serviços de reparação, não é plausível a afirmação de que em princípio surgiu empregos assalariados somente pelo fato de existir mão-de-obra disponível. Efetivamente, mesmo no caso de ramos como o de serviços de reparação, o emprego assalariado em dado momento reflete as decisões de produção e não diretamente a disponibilidade de mão-de-obra. Somente no caso dos auto-empregos sem fins de lucro e com fácil entrada, maior disponibilidade implica maior nível de ocupação.

O nível nominal do salário tampouco reflete diretamente o estado da disponibilidade de mão-de-obra. De fato, é possível apresentar três tipos de argumentos de natureza diferente que, permitindo destacar o papel do contrato de trabalho, contrariam a visão do mercado de trabalho como um leilão e do salário como um preço flexível. Esses argumentos procuram mostrar a incompatibilidade entre, de um lado, a renovação cotidiana dos termos dos contratos de trabalho e, de outro, a especialização da mão-de-obra, a implementação das políticas de emprego e salário das empresas, que são aspectos importantes da gestão do trabalho no seu interior e o próprio cálculo capitalista da produção.

No que se refere à especialização da mão-de-obra, é possível afirmar que, se o nível e composição dos postos de trabalho apresentam um mínimo de estabilidade, a mão-de-obra tende a se voltar preferencialmente para certos postos de trabalho, ramos de atividade econômica e tipo de empregador e, com o tempo, a experiência de trabalho consolida esses padrões de especialização ao tornar a mão-de-obra particularmente ajustada aos vários postos de trabalho. Esta consolidação dos padrões de especialização da mão-de-obra facilita o desempenho normal dos vários ramos de produção ao garantir-lhes a base de força de trabalho necessária. Isto ocorre mesmo no caso de atividades que apresenta elevada sazonalidade, onde, portanto, o empregador se vê obrigado a complementar a mão-de-obra especializada com uma mão-de-obra mais genérica e indiferenciada, atraída para a atividade nos seus picos

de emprego.

Havendo especialização neste sentido de que certos trabalhadores dão a base de força de trabalho para uma particular atividade econômica, mesmo que seja eventualmente complementada por uma mão-de-obra qualquer, o salário não costuma flutuar ao sabor de contraste entre vagas e candidatos. Somente no caso extremo de uma atividade em que praticamente a totalidade da força de trabalho utilizada é mão-de-obra comum e indiferenciada, seria mais plausível que o salário fosse fixado num nível apenas necessário para atrair a quantidade desejada dessa mão-de-obra comum. Noutras circunstâncias, em que impera alguma especialização, e inconveniente a visão do salário sendo fixado no nível necessário para atrair a mão-de-obra. Nos picos de emprego não seria necessário um maior salário para atrair mão-de-obra comum e um maior salário não garantiria a atração de uma mão-de-obra especial enquanto que um menor salário em épocas de baixo nível de emprego poderia comprometer a disponibilidade de mão-de-obra nos próximos picos de emprego, se o menor salário contribuir para desestruturar esse mercado de trabalho.

A experiência sugere que a sazonalidade do emprego em determinado ramo de atividade econômica dificulta mas não necessariamente impede a especialização da mão-de-obra. Principalmente, mas não exclusivamente, tratando-se de trabalhadores qualificados profissionalmente. Um exemplo extremo disto é o caso das boias-frias em que se observa a formação de turmas fixas de trabalhadores que costumam operar com o mesmo empreiteiro ou "gato". Essas turmas fixas constituem a base de força de trabalho na colheita de uma série de produtos agrícolas, recorrendo os empregadores a uma mão-de-obra comum, muitas vezes uma força de trabalho secundária, para complementar o serviço, constituída seja de migrantes temporários de outras regiões agrícolas, seja de recrutados em cidades próximas. Essa mão-de-obra complementar é usada em épocas de pico de emprego enquanto as turmas fixas de boias-frias trabalham a maior parte do ano com o mesmo empreiteiro, seja na colheita de outros cultivos, seja em outras fases do processo produtivo de um mesmo cultivo.

Uma condição importante para que prevaleça a tendência a especialização de mão-de-obra e à segmentação do mercado de trabalho é que existe a possibilidade de emprego durante a maior parte do ano em determinados postos de trabalho. Esta condição se verifica mais facilmente quando o nível de emprego no ramo de atividade apresenta maior continuidade, mesmo que seja relativamente alta a rotatividade da mão-de-obra no emprego. Neste último caso, a mão-de-obra pode empregar-se em postos de trabalho análogos durante a maior parte do ano, so que com empregadores diferentes.

Em resumo, mesmo no caso de empregos muito irregulares, cujo nível flutua acentuadamente em certos períodos de tempo, a determinação dos salários nominais pode ter mais a ver com as condições necessárias para manter a mão-de-obra especializada girando em torno dos postos de trabalho de um particular ramo de atividade, do que com as condições necessárias para atrair uma mão-de-obra comum e indiferenciada que não está voltada preponderantemente para aqueles postos de trabalho.

Afirmar a importância de se reconhecer a pré-existência lógica de uma organização de trabalho no processo produtivo em relação à determinação dos níveis de emprego e salário é uma forma de traduzir o fato de que numa economia moderna é a mão-de-obra que se ajusta aos postos de trabalho e não o contrário (16). Isto permite distinguir a questão do surgimento dos postos de trabalho da questão do acesso e adaptação de mão-de-obra ao emprego. Quanto a esta última questão, pode-se afirmar que certo tipo de mão-de-obra tem maior chance de acesso a certos postos de trabalho e que o trabalhador melhor ajustado e experiente rende mais nos postos de trabalho, mesmo que seja difícil precisar a contribuição individual de cada trabalhador em processos de trabalho crescentemente coletivos. Haveria então uma justificação econômica para a existência de padrões mínimos de contratação e para o uso pelo empregador de procedimentos de recrutamento, seleção e treinamento, numa tentativa de adequar a mão-de-obra dis

(16) Ver da Cunha P. V. e Bonelli R. (1978)

ponível às peculiaridades dos postos de trabalho, embora o rigor desses padrões e procedimentos possa variar com o estado do mercado de trabalho, relaxando quando o emprego aumenta e há escassez de mão-de-obra e vice-versa. Por outro lado, tais padrões e procedimentos contribuem para o estabelecimento dos padrões de especialização da mão-de-obra sempre que sejam minimamente estáveis as características dos postos de trabalho e o nível de emprego. Esta tendência à especialização é reforçada pela experiência de trabalho. Mesmo quando alguns dos atributos desejáveis da mão-de-obra são adquiridos previamente à inserção nos processos de trabalho, eles e outros atributos são desenvolvidos pela experiência e se orientam especificamente para o serviço dos cargos, num ajustamento das características de mão-de-obra às dos postos de trabalho na interação trabalho-meio técnico-organizacional.

Neste processo, é decisivo a estabilidade da organização do trabalho. A estrutura de postos de trabalho pode mudar, principalmente em consequência do processo técnico e de outras mudanças substanciais na organização industrial das empresas. Porém, na ausência dessas mudanças, que expressam parte importante da história das empresa e dos ramos de atividade, pode-se afirmar que as estruturas de postos de trabalho tendem a apresentar uma relativa estabilidade, mesmo porque a pura experimentação com o rearranjo das tarefas produtivas é um processo custoso e de resultados tão incertos como para justificar a relutância das empresas, particularmente quando os processos produtivos têm uma grande dimensão e complexidade, envolvendo arranjos de um número muito grande de tarefas interdependentes (17)

A relativa rigidez das estruturas de postos de trabalho ajuda a explicar porque a empresa desenvolve práticas de gestão de trabalho procurando garantir a eficiência operacional, numa tentativa de resolver, deste modo, problemas que não podem ser enfrentados com mudanças no próprio delineamento da organização do trabalho. Essas práticas de gestão de trabalho tampouco se modificam com freqüência, porque sua eficácia depende em grande medida da consolidação das regras como costumes do local de trabalho.

(17) Ver da Cunha P. V. (1983)

A política de emprego e salário da empresa é um dos aspectos de sua política de gestão do trabalho e abarca entre outras coisas a especificação de postos de entrada através dos quais a empresa preferentemente contrata a mão-de-obra adicional, o estabelecimento de linhas de promoção que definem as carreiras dos empregados dentro da empresa, a fixação de diferenciais de salários por cargo, critérios e mecanismos de dispensa. Essas regras contribuem para enriquecer os níveis de emprego e salário vis-a-vis o estado do mercado de trabalho e tornam inconveniente para a empresa a renovação cotidiana dos contratos de trabalho.

Finalmente, razões vinculadas ao cálculo capitalista da produção também justificam a estabilidade dos contratos de trabalho. Pode-se ver melhor este lado da questão examinando algumas das implicações do fato de cada decisão de produção da empresa ter um horizonte temporal determinado, de modo que as mudanças no grau de utilização da capacidade produtiva instalada, em resposta às alterações na demanda pelos produtos, não são automáticas e instantâneas, envolvendo tempo e despesas (18)

A empresa decide o volume de produção em função de previsões de vendas e custos durante um intervalo de tempo no qual não pretende reprogramar a produção. Ao fazê-lo, baseia-se num preço de referência que permitiria cobrir os custos previstos e alcançar uma margem desejada de lucro que justificaria, em termos de expectativas, a decisão de aplicar capital na produção. A existência de contratos de trabalho, bem como os de dívida e fornecimento de matérias-primas durante o horizonte temporal da decisão de produção, facilita o cálculo dos custos e contribui para uma adaptação mais suave da empresa às mudanças naqueles preços.

Esta proposição pode ser esclarecida comparando as situações em que os contratos de trabalho, dívida e fornecimento de insumos têm período de vigência maior e menor que o horizonte temporal da decisão de produção. Na situação em que esses contratos têm duração ao menos igual que o período de referência da de

(18) Ver Possas M. (1983).

cisão de produção, a lógica do lucro não necessariamente obriga a empresa a tentar prever o comportamento dos custos e das taxas de juros no horizonte temporal da decisão de produção. Sem temer maiores consequências sobre o valor do seu capital, a empresa pode deixar para repassar os aumentos de custo a preços e alterar as estruturas ativa e passiva do seu patrimônio, no momento da decisão de produção, imediatamente após a verificação dos aumentos de salário, preço das matérias-primas e taxas de juros (19).

A situação seria completamente diferente se não houvesse os contratos de trabalho, de dívida e fornecimento de insumos com duração ao menos igual ao período de referência da decisão de produção. Neste caso, a atitude de somente repassar a preços aumentos já verificados nos custos e deixar para modificar a composição dos ativos e passivos quando tivesse efetivamente aumentado as taxas de juros, tem implícito um alto risco de perda de capital. Dada a lógica capitalista de rentabilidade, risco e liquidez, o mais provável, nestas circunstâncias, seria que a empresa adotasse o comportamento de tentar prever os possíveis aumentos de custo e de taxas de juros, protegendo-se contra elas através da margem de lucro, além de relutar no comprometimento de recursos próprios ou de terceiros na produção, mudando consequentemente a composição ativa e passiva do seu patrimônio na direção de uma maior liquidez.

A inexistência de contratos de trabalho, dívida e fornecimento de insumo de duração ao menos igual ao período de referência das decisões de produção, prejudica o cálculo capitalista na produção e provoca uma enorme instabilidade de preços. Foi o que ocorreu na crise contemporânea do capitalismo, notadamente nos anos setenta, caracterizada pela convivência da inflação com depressão quando somente os contratos de trabalho tinham duração superior ao período de produção e as previsões das empresas sobre a demanda nominal pelos produtos se traduzia em maiores preços e não necessária, ou exclusivamente, em maior produção, apesar da existência de capacidade produtiva ociosa. (20).

(19) Ver Tavares M. C. e Belluzzo L. G. (1985)

(20) Ver Tavares M. C. e Belluzzo L. G. (1985)

Em resumo, a não renovação cotidiana dos contratos de trabalho contribui para o desempenho dos ramos de atividade econômica, colaborando para o fornecimento regular de força de trabalho adequada, ajudando na gestão do trabalho dentro das empresas e facilitando o cálculo capitalista da produção. E se os contratos de trabalho não se renovam cotidianamente então as relações contratuais já estabelecidas têm implicações sobre os termos dos novos contratos de trabalho. É como se elas fixassem exigências que o empregador deve cumprir para colocar novos trabalhadores em sua folha de pagamento de salário, seja para aumentar o nível de emprego, seja para substituir empregados voluntária ou involuntariamente dispensados, existam ou não substitutos potenciais dispostos a assumir o emprego em troca de uma menor remuneração (21).

Em outras palavras, os contratos de trabalho dos atuais empregados fixam o padrão para os novos contratos, padrão que pode se alterar mas tende a fazê-lo somente quando da renovação dos contratos de trabalho da maioria dos empregados. Por este motivo, a questão chave no estudo da evolução dos termos dos contratos de trabalho e em particular o salário nominal, diz respeito às condições necessárias para assegurar a renovação dos contratos de trabalho dos empregados das empresas.

Este problema será bastante diferente se a economia estiver ou não passando por uma transformação estrutural. Essas transformações tendem a minar as bases convencionais de barganha dos contratos de trabalho, dificultando o recurso aos resultados obtidos no passado e obrigando empregados e patrões a negociar uma acomodação às mudanças nas condições de produção, nas relações sociais estabelecidas nos locais de trabalho, na distribuição do emprego por ramo, unidade produtiva e posto de trabalho, nas qualificações necessárias e nas fontes de recrutamento de mão-de-obra (21).

Cabe, entretanto, distinguir a montagem de uma simples transformação na estrutura da economia. Trata-se de uma diferen-

(21) Ver Baltar P. (1983)

(22) Ver Baltar P. (1985).

ça somente de grau mas o ritmo e as descontinuidades de um processo da mesma natureza são muito diferentes e têm implicações muito importantes sobre a organização e o funcionamento do mercado de trabalho. Em particular, no início de um processo de industrialização o emprego assalariado nas cidades pesa pouco na população ativa do país e surgem muitas indústrias novas e ramos conexos comparativamente à base urbana-industrial previamente montada que por sua vez se transforma em profundidade no processo de industrialização.

Ao formar seus mercados de trabalho os ramos novos recorrem principalmente a uma massa urbana indiferenciada não previamente alocada em segmentos específicos de mercado de trabalho. Como o emprego assalariado pesa pouco na totalidade da população ativa vis-a-vis o ritmo de crescimento do próprio emprego assalariado provocado pela industrialização, os efeitos sobre o mercado de trabalho da expansão da atividade empresarial podem ser basicamente retratados como uma absorção de novos contingentes de assalariados mas do que como uma simples realocação no mercado de trabalhadores assalariados já incorporados.

Prevalece então um amplo mercado geral de trabalho em que uma mão-de-obra pouco especializada transita com relativa facilidade por uma série de funções produtivas e ramos de atividade. Os ramos antigos sofrem as consequências de profundas mudanças nos processos de produção e na organização do trabalho. Em alguns casos como o da indústria têxtil, desaparecem muitos postos de trabalho e os que surgiram no processo não tinham vínculos tão estreitos com os que sobreviveram à transformação estrutural. Além disso, as dificuldades de adaptações aos novos postos de trabalho dos antigos empregados, particularmente ajustados aos processos de trabalho que foram superados, levaram os empregadores a buscar fontes alternativas de recrutamento de mão-de-obra. Em consequência, a transformação industrial da têxtil provocou a ruptura de antigos segmentos de mercado de trabalho.

Noutros casos, a desestruturação do mercado de trabalho não foi provocado pela destruição de postos de trabalho e queda no nível de emprego. Ao contrário, os processos de trabalho não mudaram substancialmente e houve uma rápida expansão do nível de emprego. É o caso, por exemplo, da construção e principalmente a expansão do financiamento à construção residencial, com a implantação do Sistema Financeiro da Habitação, provocou forte crescimento do emprego neste ramo de atividade econômica. Entretanto, esta rápida expansão do emprego contribuiu para desestabilizar antigas hierarquias profissionais que antes ordenavam os ascensos na profissão. Isto terminou desorganizando o mercado de trabalho.

Quanto aos novos ramos que surgem no processo de industrialização é preciso levar em conta as diferenças de processo produtivo e suas implicações sobre a organização do mercado de trabalho. Assim, por exemplo, na indústria metal-mecânica emprega-se não apenas grande contingente de mão-de-obra como também uma proporção elevada da mesma é profissionalmente qualificada. Por este motivo, a instalação deste tipo de indústria tende a provocar um grande impacto sobre os salários no mercado de trabalho da localidade. Depois de consolidadas e na hipótese de que não ocorreram profundas modificações técnicas com efeitos marcantes sobre o nível de emprego e a organização dos processos de trabalho, essas indústrias tendem a dar origem a segmentos mais ou menos amplos de mercado de trabalho.

Noutros casos, como na química e particularmente na petroquímica, emprega-se um pequeno contingente de mão-de-obra. Entretanto, o alto grau de capitalização desta atividade econômica e a continuidade de seus processos de produção faz com que a mão-de-obra, mesmo quando não qualificada profissionalmente, tenda a se estabilizar no emprego e seja relativamente bem remunerada comparativamente ao mercado de trabalho da localidade.

Porém, na maioria dos ramos novos o nível de emprego de cada estabelecimento não é tão elevado nem a mão-de-obra é tão qualificada profissionalmente. Tampouco prevalece um grau elevado de capitalização e continuidade do processo de produção. E, em todo caso, pelo menos nas etapas iniciais da intensificação do processo de industrialização a maior parte do emprego é geral de trabalho constantemente abastecido por uma rápida migração rural-urbana.

Nestas circunstâncias iniciais da intensificação da industrialização dificilmente ocorrerão pressões no sentido de elevar os salários normais pelo simples funcionamento do mercado de trabalho embora possa haver alguma diferenciação nos salários em e/ou ocupados em postos de comando na hierarquia das empresas, principalmente nas de maior tamanho inseridas nos ramos mais capitalizados.

Uma forte expansão do emprego, com surgimento de muitos postos de trabalho novos, para os quais é necessário adequar a mão-de-obra disponível, pode levar as empresas a aumentar o salário. Isto, entretanto, tende a ocorrer numa parcela reduzida dos postos de trabalho, com o que há uma tendência à abertura do leque salarial.

De fato, somente no auge por que passou a economia brasileira em 1973/74 ocorreram aumentos gerais de salário que beneficiaram inclusive a mão-de-obra menos qualificada profissionalmente. Assim por exemplo, os salários dos serventes da construção civil nos principais Estados do centro-sul do país, que eram praticamente idênticos ao valor do salário mínimo legal até 1972, apesar de forte crescimento do emprego nesta atividade desde 1968 e da manutenção de um baixo nível real do salário mínimo legal, aumentou em relação ao salário mínimo entre 1973 e 1978, enquanto se manteve um ritmo relativamente elevado da atividade de construção civil.

Nessa hipótese é que houve uma mudança qualitativa na organização e funcionamento do mercado de trabalho no Brasil du-

rante a segunda metade da década de setenta, ao menos nas regiões mais desenvolvidas do país. Esta mudança estaria estreitamente associada a maturação da estrutura da economia brasileira bem como a desaceleração no crescimento econômico do país observado depois de 1975.

O processo de industrialização já atingiu uma etapa suficientemente avançada como para que seja o bastante elevada a proporção do emprego assalariado na população ativa total, de modo a justificar uma representação da dinâmica do mercado de trabalho, muito mais como reprodução de uma força de trabalho já incorporada, onde a recolocação dos trabalhadores em novos empregos chega a ser mais importante, que a simples absorção de novos contingentes de população ativa ao trabalho assalariado.

Tendo sido praticamente montada a estrutura industrial, mesmo que ela passe por transformações mais ou menos importantes, os novos ramos formarão seus mercados de trabalho basicamente recorrendo ao recrutamento de uma mão-de-obra previamente inserida em algum segmento do mercado de trabalho assalariado. Tal transformação na estrutura da economia, na segunda metade dos anos setenta, foi bem menos pronunciada que em épocas anteriores, com o que foi também menos intenso os processos de destruição e criação de novos postos de trabalho e mais lento o crescimento do nível global de emprego. Esta situação teria viabilizado uma certa organização, mais estruturada ou menos fluída, do mercado de trabalho.

As taxas de rotatividade do trabalho imperantes na economia brasileira são ainda muito elevadas e elas implicam um trânsito permanente de trabalhadores entre postos de trabalho, unidades produtivas e ramos de atividade econômica. Porém no final da década de setenta já seria possível identificar segmentos de mercado onde determinados trabalhadores garantem a base de força de trabalho de uma série de ramos de atividade, mesmo que uma proporção não desprezível de seus postos de trabalho ainda sejam ocupados por uma mão-de-obra não fixada no segmento e que

se move premanentemente através da economia.

Não teria impedido essa estruturação do mercado de trabalho o fato do crescimento da população ativa urbana ter se dado num ritmo mais rápido do que o do nível global de emprego assalariado. Parte deste maior incremento da população ativa urbana foi "inchar" o emprego não assalariado em atividades não organizadas empresarialmente. Outra parte, entretanto, ampliou os contingentes de pessoas ativas que giram em postos de trabalho, unidades produtivas e ramos de atividade, alternando períodos de desemprego aberto mas logrando empregar-se como assalariado durante um número de meses maior ou menor de cada ano.

A questão que pretendemos colocar neste trabalho é a dos efeitos da crise de 1980/1983 esta incipiente organização de mercado de trabalho. Na verdade propomos que se examine o impacto da crise sobre o emprego desde esse ponto de vista.

A ausência de dados necessários impediram o tratamento de todos os aspectos da desestruturação do mercado de trabalho com a maciça destruição de postos de trabalho na crise. Na unidade esta matéria seria mais apropriadamente estudada através de vários estudos de casos, capazes de penetrar nos detalhes importantes deste processo.

Séquer procuramos delinear possibilidades para estudo de caso com base em informações mais globais. Nosso projeto nao contemplou o pedido de tabulações especiais da RAIS que informasse, por exemplo, a distribuição de empregados e de desligados por tempo de serviço nos anos de 1980 a 1985. Essa informação permitiria apontar diferentes reações dos ramos à queda na atividade econômica em termos do tipo de trabalho dispensado.

Tratamos, isto sim, fundamentalmente, de testar a qualidade das principais fontes de informação sobre emprego para ilustrar um aspecto da desestruturação do mercado de trabalho na cri

se: o que se manifesta no aumento do numero de desempregados ou de alterações nas posições na ocupação seja através do aumento de auto-emprego seja via aumento dos empregados sem carteira. Este assunto foi visto de quatro pontos de vistas: setorial, regional, por grupo de idade e sexo.

No capítulo que segue a esta introdução faz-se uma descrição da manifestação da crise e início da recuperação, como pano de fundo para a discussão sobre mercado de trabalho. O capítulo seguinte trata especificamente da desestruturação do mercado de trabalho. Está subdividido em 3 subitens. O primeiro trata do emprego na crise em São Paulo, usando os dados do PNAD. O segundo, compara os dados da RAIS e FIESP sobre emprego industrial para a grande São Paulo na crise e início da recuperação. O terceiro, contrasta os movimentos do mercado de trabalho em Recife e São Paulo conforme os dados da PNAD. Por último, resumimos as principais conclusões da análise.

2- A MANIFESTAÇÃO DA CRISE

O que se pretende apresentar em seguida é uma descrição, na perspectiva macroeconômica e setorial, dos traços mais gerais da fase recessiva e da recuperação vividas pela economia brasileira na primeira metade da década de 80. O objetivo dessa descrição é a apresentação de um cenário no interior do qual ocorreram os "ajustamentos" do mercado de trabalho.

Não se trata - é conveniente deixar claro - de uma interpretação da fase recessiva e da recuperação, mas tão somente da descrição de aspectos que são considerados imprescindíveis, tanto para compreender os ajustamentos antes referidos, como para o exame e a avaliação das informações disponíveis e que servirão de base para o estudo do mercado de trabalho na crise. Esta descrição, portanto, deve considerar os pontos mais relevantes (i) da evolução temporal da crise e da recuperação (ii) sua manifestação setorial; e (iii) os traços marcantes da sua evolução na regiões que interessam nesta análise.

Produto e Formação de Capital

No que se refere aos aspectos mais globais, as informações disponíveis das contas nacionais apresentam, com relação ao produto interno e a seu valor per capita um declínio da atividade econômica no início dos anos 80. A tabela 1 apresenta os dados mais relevantes a este respeito. O que se constata é que entre 1980 e 1983 o produto total apresenta um declínio de aproximadamente 5% enquanto o produto por habitante declinou cerca de 12%.

Assinale-se, para efeito de comparação com a fase recessiva, que já em 1984 o produto interno bruto total tinha voltado ao nível de 1980, embora em termos per capita fosse 9% inferior ao do ano inicial.

TABELA 1

BRASIL: PRODUTO INTERNO BRUTO: TOTAL E PER CAPITA
1980-85

ANOS	TOTAL		PER CAPITA	
	ÍNDICE	VARIAÇÃO (%)	ÍNDICE	VARIAÇÃO (%)
1980	100,0	9,1	100,0	6,5
1981	96,7	-3,3	94,3	-5,7
1982	97,5	0,9	92,9	-1,5
1983	95,1	-2,5	88,3	-4,9
1984	100,5	5,7	91,1	3,1
1985	108,8	8,3	96,2	5,6

FONTE: FGV e IBGE - Contas Nacionais do Brasil e Banco Central do Brasil. Relatório. 1985. Brasília. 1986.

Não se pode deixar de mencionar aqui algumas constatações a respeito da precariedade das estimativas dos agregados a preços constantes. Documento sobre a metodologia da Fundação Getúlio Vargas relacionado com as contas nacionais não deixa de reconhecer a necessidade de aperfeiçoamento dos procedimentos por ela seguidos, e de referir-se a atitude de reserva com a qual devem ser analisados os dados apresentados (1). Além disso, reconhece que, sobretudo quando ocorrem aumentos significativos de preços, como foi o caso do período em análise, são potencializadas as distorções nas estimativas do crescimento real das variáveis consideradas. Por esta razão uma descrição mais consistente dessa fase deve ser feita a partir da utilização de diversos indicadores.

A este respeito deve-se considerar que os dados do PNAD (2) confirmam o impacto negativo sobre o nível de renda das pessoas, ao destacar o declínio do rendimento médio das pessoas ocupadas ou das famílias que recebiam rendimento. Entre 1979 e 1983, o rendimento médio das famílias brasileiras reduziu-se em aproximadamente 13%. Cifra semelhante a esta, apontando para o declínio do rendimento familiar médio, e também encontrada nas

(1) FGV (1984) pag. 31.

(2) IBGE (1985-A)

diversas faixas de renda: nas famílias que constituíam as 20% mais pobres o declínio nesse mesmo período foi de 11%; nas famílias que representavam os 10% mais ricos foi de 13%.

A queda observada para a formação bruta de capital, nessa fase recessiva, foi bem mais acentuada que a verificada para o produto. Para esta constatação é suficiente afirmar-se que a relação entre a formação bruta de capital fixo e o produto interno bruto passou de 24,3% em 1980 para 23,0 em 1982, acentuando ainda mais seu declínio em 1983 (19%), conforme dados da tabela 2. Em termos reais isto representa, segundo estimativas da Fundação Getúlio Vargas, uma queda de 13% entre 1980 e 1981 e de mais 5% entre este último ano e 1982. Entre 1982 e 1983 o declínio ocorrido corresponde a 17%. (ver tabela 2). Ao longo dessas indicações macroeconômicas sobre a formação bruta de capital e sua evolução nessa fase recessiva, deve-se considerar, conforme se verá mais adiante, o fato, de que a indústria de bens de capital bem como a de insumos básicos, apresentam um declínio significativo, na referida fase, com amplas margens de capacidade ociosa.

TABELA 2

FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO (FBCF)
E PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB), CUSTOS DE FATORES

ANOS	FBCF	FBCF/PIB (%)
1980	100,0	24,3
1981	86,7	24,7
1982	82,0	23,0
1983	68,1	19,0
1984	70,9	18,1
1985	79,1	19,8

FONTE: FGV. Contas nacionais e IBGE.

É evidente que o impacto da crise e a recuperação ocorreram nesta primeira metade dos anos 80, de modo diferenciado em termos de setores econômicos e de regiões brasileiras.

As contas nacionais, com relação às diferenças de comportamento entre os setores produtivos, permitem que se tenha uma noção clara desses aspectos. Um primeiro ponto a ser destacado é o de impacto maior da crise sobre o setor industrial. Na verdade, enquanto o produto total, como se fez referência anteriormente, declinou entre 1980-83 em 5%; o produto industrial, conforme dados da Tabela 3, reduziu-se em pouco mais de 15%. Neste período, considerando-se os valores dos demais setores, a agropecuária e os transportes e comunicação expandiram-se aproximadamente 6%.

TABELA 3

BRASIL: TAXAS DE CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO
SEGUNDO OS SETORES PRODUTIVOS
1980-85

SETORES	ANOS					
	1980	1981	1982	1983	1984	1985
Total	9,1	3,4	0,9	-2,5	5,7	8,3
Agropecuária	9,6	6,1	-1,9	-1,8	3,2	8,8
Indústria Total	9,2	-9,2	-0,1	-6,6	6,1	8,9
Serviços	9,0	-0,9	2,2	-0,4	5,9	7,7

FONTE: FGV e IBGE

É importante examinar-se, para se ter uma visão mais completa da evolução da economia na primeira metade da década de 80, os segmentos produtivos que, no interior do setor industrial foram os mais atingidos na crise. Utilizando a divisão do setor industrial adotado pelas contas nacionais (extrativa mineral, transformação, construção civil e serviços industriais de utilidade pública), constata-se que a crise alcançou os segmentos relativamente mais importantes do setor (transformação e construção civil) e, mais ainda, seguramente aqueles que, do ponto de vista do impacto sobre o nível de emprego urbano e da dinâmica econômica são os mais significativos.

A Tabela 4, que apresenta as variações anuais do produto real, segundo os ramos do setor industrial, revela as diferentes formas sob as quais os segmentos componentes do referido setor se ajustaram à fase recessiva do início dos anos 80. As constatações mais relevantes a este respeito são ao que tudo indica, as seguintes:

a indústria extrativa mineral acumulou sem dúvida avanços significativos durante a crise; isto se deve à política adotada visando o enfraquecimento da crise energética e dos choques do petróleo, bem como as questões associadas às contas externas, nas quais o peso da importação de petróleo é significativo;

a "performance" dos serviços industriais de utilidade pública foi menos espetacular, no entanto, em parte associada à questão energética, este ramo pode ampliar sua produção;

os dois segmentos restantes, os mais importantes e que definem a configuração da evolução econômica do setor industrial em seu conjunto, o da construção civil e da indústria de transformação, tiveram seus níveis de produção, relativamente a 1980, reduzidos significativamente.

Vale aqui o registro do fato de que os segmentos mais alcançados pela crise, no setor industrial, são aqueles que diretamente, pela sua capacidade própria de absorver mão-de-obra, ou indiretamente pelos efeitos dinamizadores que são capazes de criar, são os mais empregadores. Em razão da sua importância relativa no setor, da sua função estratégica na dinâmica da economia, notadamente a urbana, e em razão do grande impacto negativo que sofreu no período em exame, vale inquirir como os distintos grupos que compõem a indústria de transformação evoluíram em período recente.

TABELA 4
BRASIL: ÍNDICE DE PRODUTO REAL
SEGUNDO OS RAMOS DO SETOR INDUSTRIAL
1980-85

RAMOS	ANOS					
	1980	1981	1982	1983	1984	1985
TOTAL:						
Variação Anual	9,2	-9,2	-0,1	-6,6	6,1	9,0
Extrativa Mineral:						
Variação Anual	12,8	-2,5	7,1	15,3	29,9	11,5
Indústria de Transformação						
Variação Anual	9,1	-10,4	-0,4	-6,1	6,1	8,3
Construção						
Variação Anual	9,0	-7,8	-1,1	-14,1	2,5	11,3
Serv. de Utilidade Pública						
Variação Anual	10,5	3,4	6,3	17,8	12,2	10,2

FONTE: FGV, Contas Nacionais do Brasil, op. cit. e Conjuntura Econômica:
IBGE - Anuário Estatístico 1984.

A Produção Industrial

Centrando a questão na indústria de transformação que absorve, do total da população economicamente ativa urbana, de acordo com o censo demográfico de 1980, cerca de 22%, constata-se que os grupos de indústria que mais reduziram, na crise o seu nível de atividades foram os bens de capital, seguidos das indústrias que constituem o grupo de bens de consumo duráveis (ver tabela 5). De fato, considerando-se o ano de 1983, o que se constata é que o grupo produtor de bens de capital reduziu, comparativamente a 1980, sua produção em quase 45%. O grupo de bens de consumo duráveis aproximadamente em 20%, aprofundando ainda mais o seu declínio em 1984.

TABELA 5
BRASIL: INDICADORES DA PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
1980-85

CATEGORIAS DE USO	ANOS					
	1980	1981	1982	1983	1984	1985
Bens de capital:						
Índice	100,0	80,6	68,6	55,4	63,4	71,3
Variação Anual	8,6	-19,4	-14,9	-19,3	14,7	12,3
Bens Intermediários:						
Índice	100,00	88,9	91,1	88,4	97,5	104,5
Variação Anual	9,2	-11,1	2,5	-3,0	10,3	7,2
Bens de Consumo:						
Índice	100,00	96,1	99,2	95,3	95,5	104,2
Variação Anual	7,5	-3,9	3,2	-3,9	0,2	9,1
Duráveis:						
Índice	100,0	75,1	81,1	80,5	74,5	85,7
Variação Anual	18,8	-24,9	8,0	-0,8	-7,5	15,1
Não Duráveis:						
Índice	100,0	101,2	103,3	98,5	100,4	108,3
Variação Anual	5,3	1,2	2,1	-4,6	1,9	7,9

FONTE: IBGE - Índice de Produção Industrial. Série Revista. 1975-1985.

Vale notar que a indústria de bens de consumo não duráveis manteve-se, mesmo no período mais crítico, num patamar próximo ao do ano inicial da série, com um declínio pouco significativo em 1983. Já o comportamento da indústria de bens intermediários situa-se no meio termo entre os grupos inicialmente considerados - o de bens de capital e o da indústria de bens duráveis de consumo - e a de bens não duráveis de consumo: no sub-período 1981-83, sua atividade situa-se num patamar 11% a 9% inferior a cifra registrada (ver Tabela 5) no início do período.

Cabe mencionar que o declínio que ocorreu no grupo de bens de consumo não duráveis em 1983 (-4,6%) está associado com

a queda de salário real e da massa salarial, decorrentes sobretudo da aceleração da inflação, da política salarial e do declínio mais acentuado dos níveis de emprego.

No sentido de melhor situar os momentos de inflexão da produção industrial, segundo os grupos de indústria, no período 1980-85, são apresentados os dados por quadrimestre nos gráficos 1 e 2. Os pontos mais relevantes a se considerar são os seguintes.

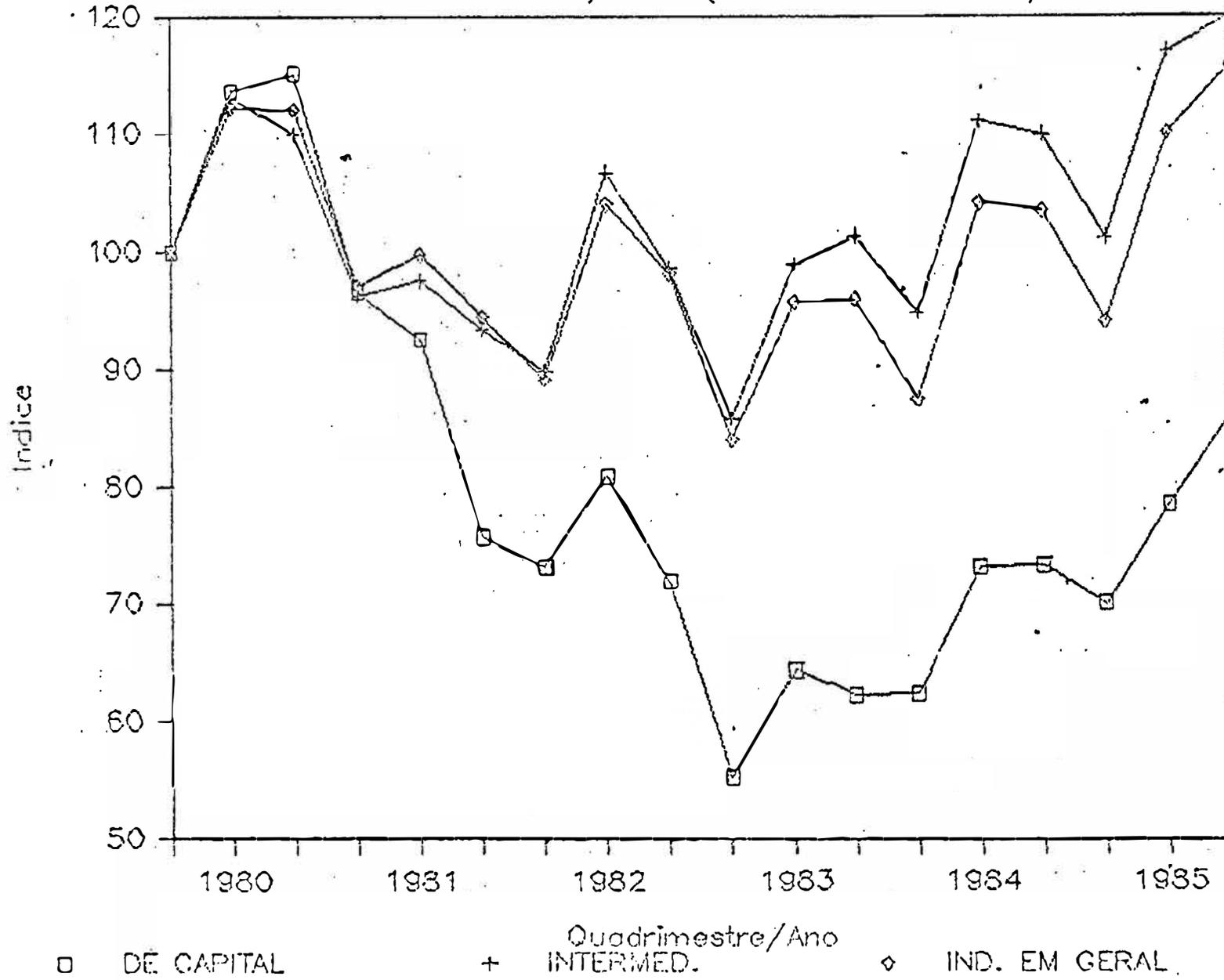
no que se refere à indústria de transformação e extrativa em geral, o declínio da atividade econômica tem início no primeiro quadrimestre de 1981, com um aprofundamento progressivo até o primeiro quadrimestre de 1984; vale notar que este declínio é perturbado pelo movimento sazonal da atividade industrial, no qual os primeiros meses de cada ano geralmente registram os níveis mais baixos de atividade;

a configuração, em suas linhas gerais, do grupo das indústrias classificadas como de bens intermediários, como era de se esperar, é a mesma verificada para a indústria em geral; a indústria de bens de capital, refletindo a atividade de investimento da economia, apresenta um declínio bem mais pronunciado: nos quadrimestres de 1983 e no primeiro quadrimestre de 1984 registra-se entre 55% e 64% do nível de atividade constatado para o período inicial da série; em resumo, o período crítico abrange o intervalo que vai dos primeiros meses de 1981 aos primeiros meses de 1984;

também para a indústria de bens de consumo duráveis o período recessivo está bem caracterizado a partir do primeiro quadrimestre de 1981; no entanto seu declínio é bem menos acentuado que o do grupo anteriormente referido e, ademais, este período se prolonga até os primeiros meses de 1985, pois é no seu primeiro quadrimestre que é registrado o mais baixo nível.

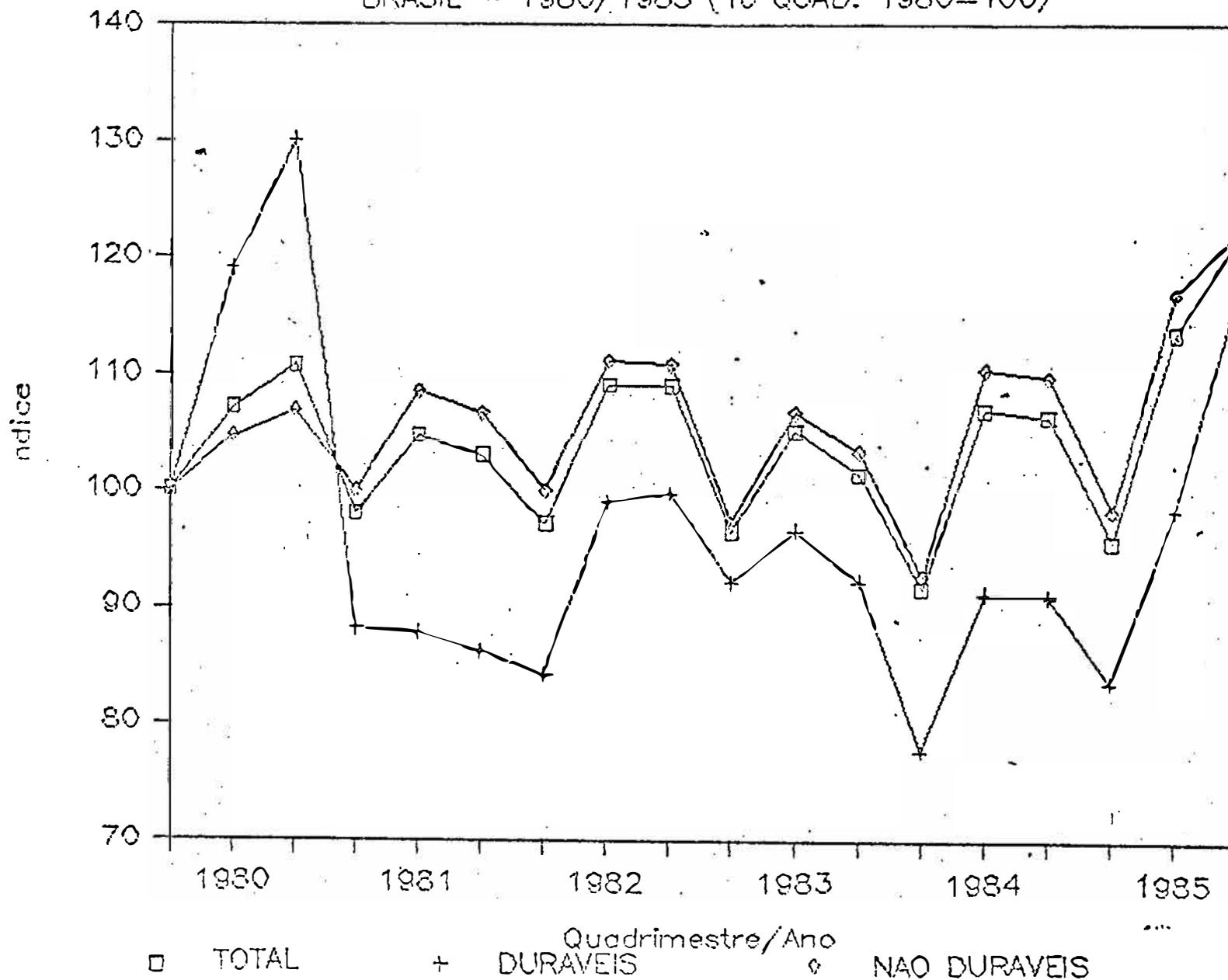
INDICE DA PROD. INDUSTRIAL P/CAT: USC

BRASIL - 1980/1985 (1º QUAD. 1980=100)



INDICE PROD. IND. BENS DE CONSUMO

BRASIL - 1980/1985 (1o QUAD. 1980=100)



de atividade.

Quanto à retomada, que é um aspecto importante para as considerações futuras sobre o mercado de trabalho, vale registrar as diferenças entre os grupos de indústrias, registradas nos gráficos (i) a do grupo de bens de capital já se define no segundo quadrimestre de 1984, prosseguindo a partir daí progressivamente: entre o primeiro quadrimestre de 1984 e o terceiro de 1985 o incremento de atividade do grupo foi de 38%; (ii) quanto aos bens de consumo duráveis, sua retomada, um tanto retardatária, dá-se em 1985, sendo que entre o primeiro quadrimestre e o último do referido ano, o aumento da produção correspondeu a 40%; (iii) aliás, o exame de comportamento da produção em 1985, segundo os seus quadrimestres, revela que, praticamente, todos os grupos industriais, a exemplo dos referidos anteriormente, tiveram um incremento significativo no seu nível de atividade: a de bens intermediários (18,7% entre o primeiro e último quadrimestres), a de bens de consumo não duráveis (24,9%) e da indústria em geral (23%).

Com isto, o que se pretende assinalar, precisando mais no tempo o comportamento da indústria, é que a uma crise prolongada e profunda que alcançou grupos importantes de indústrias, como os referidos, com repercussões significativas no nível de organização do mercado de trabalho, segue uma retomada na qual a indústria alcança os níveis anteriores de produção.

O Setor Público

Algumas considerações sumárias devem ser feitas a respeito do comportamento do setor público nesta descrição da crise. Isto, pelo fato de que ele tem influências múltiplas em relação à evolução da capacidade produtiva e da absorção direta e indireta da força de trabalho. Dependendo do seu comportamento no sentido de atenuar ou aprofundar a crise, dada sua significação na economia brasileira, pode-se ter uma atenuação ou aprofundamento do patamar no qual se situa o conjunto da economia.

A natureza da crise e as características de sua manifestação, de acordo com as informações disponíveis, levam a conclusão de que o modo com que ela alcançou o setor público não permitiu que este, nos anos 80 pudesse atuar no sentido de atenuar os impactos negativos da recessão. De fato, sua renda disponível como proporção do produto interno passa de um patamar de quase 12% em 1979 e 1980 (era de 16,6% em 1970) para 10% em 1981 e 1982 e 8,7% em 1983; o que está ligada a um declínio da sua carga tributária bruta de 1980 a 1984 (23,5%) comparativamente com 1974/79 (25,3%) e aumento das transferências (de 8,8% para 11,3% nos mesmos períodos) e dos subsídios (de 2% para 2,5%) em detrimento de sua carga tributária líquida (3).

Não resta dúvida que o peso das transferências comprometeram cada vez mais a capacidade do Estado no sentido de atuar visando amortecer o impacto negativo da crise sobre a economia. Isto, referido à administração central, deve ser acrescentada ao comportamento e à situação das empresas estatais, mesmo o seu segmento produtivo vinculado a petroquímica, siderúrgica, geração e distribuição de energia elétrica, transporte e comunicação, o qual em razão da política de preços e tarifas e da magnitude dos serviços de suas dívidas teve comprometida sua capacidade de investimento (4).

As Economias Regionais

No que se refere à evolução diferenciada das economias regionais ou estaduais na crise e recuperação, não estão dispo-

(3) Ver em particular trabalho de Werneck R. L. F. (1986).

(4) Considerando-se os grupos PETROBRAS, SIDERBRÁS, ELETROBRÁS, TELEBRÁS, CVRD, RFFSA, PORTOBRÁS e outros menos significativos, o índice de investimento real passa de 100 em 1980 para 105,6 em 1981, 104,5 em 1982 e 73,3 em 1983, Ver Werneck R. L. F. (1985) e Werneck R. L. F. (1985-1).

níveis, a não ser para o Nordeste, os indicadores macroeconômicos. Neste particular o que as informações sugerem é que o impacto sobre a referida região foi bem menor do que aquele ocorrido no país em seu conjunto. De fato, entre 1980 e 1985 o produto interno bruto do Nordeste expandiu-se 37,9% no total do período, em confronto com um crescimento de 8,8% para o produto interno brasileiro. O que distingue, no entanto, o comportamento dos indicadores referidos é o fato de que, enquanto o produto interno do país apresenta uma gradativa redução dos seus valores até 1983 ano, como já se acentuou, de maior declínio no nível de atividade econômica, o do Nordeste apresenta os mesmos valores entre 1980 e 1981, alcança um patamar mais alto em 1982, permanecendo no mesmo nível em 1983; a partir daí expande-se significativamente nos anos finais do período. Vale notar que em nenhum dos anos é negativa a taxa registrada para a evolução do produto nordestino (Ver Tabela 6).

TABELA 6

BRASIL E NORDESTE: EVOLUÇÃO DE PREÇOS CONSTANTES DO PRODUTO INTERNO BRUTO
1980-85

ESPECIFICAÇÃO	ANOS					
	1980	1981	1982	1983	1984	1985
Nordeste	100,0	100,8	111,7	112,1	126,2	137,9
Brasil	100,0	96,7	97,5	95,1	100,5	108,8

FONTE: SUDENE/CPR - Contas Regionais para o Nordeste. FGV para o Brasil.

O Nordeste apresenta declínio na sua atividade econômica no setor industrial em 1981 (-12,4%) e em 1983 (-1,7%), incluindo-se neste a extrativa mineral e a indústria de transformação, a construção civil e os serviços industriais de utilidade pública; e em vários anos do período isto ocorre com a agropecuária, tendo em vista o impacto da seca durante os primeiros anos da de

cada de 80. No entanto, esses declínios foram compensados, no caso do Nordeste, pelo crescimento dos serviços (comércio, transportes, atividades financeiras e serviços comunitários) que possuem uma participação significativa no produto e apresentaram taxas de expansão significativas, mesmo nos anos mais críticos (1981 a 1983).

O que surgirem tais informações e que o impacto da crise deve ter sido bem maior no núcleo central da economia brasileira do que nas suas áreas "periféricas". Além disso, na medida que os efeitos negativos incidiram mais diretamente no setor industrial, e este se concentra no Sudeste, notadamente em São Paulo, em especial os grupos de indústria de consumo duráveis e de bens de capital - os que mais receberam o impacto do declínio da atividade econômica - é de se esperar que a economia urbana das áreas mais industrializadas tenham assistido no nível de produção e no mercado de trabalho um declínio bem mais acentuado.

As informações da tabela 7 a respeito da produção da indústria de transformação ilustram o que se afirmou anteriormente. O índice relativo ao Nordeste até 1984 mantém-se praticamente no mesmo nível, inclusive em 1983 quando a atividade econômica do país em geral - e de sua indústria em particular - alcançou o seu patamar mais baixo. Comportamento análogo ocorre com o Estado de Minas Gerais, com a particularidade de uma recuperação relativamente precoce em 1984, provavelmente associado a uma importância relativa maior da indústria de bens intermediários na sua estrutura econômica e que, por conta da articulação com o comércio exterior, foi uma das que menor impacto sofreu nos anos críticos dessa fase recessiva.

São Paulo, Rio e a região Sul seguem - e seguramente definem - o padrão de comportamento da indústria de transformação do país: declínio gradativo até 1983 e a partir daí início de recuperação. No caso específico do Rio seu declínio é muito prolongado e seu início de recuperação apresenta sinais mais evidentes no último ano da série.

No estudo realizado no PIMES a respeito da recessão e desemprego, com as suas repercussões regionais, é sugerida a existência de um "padrão temporal da crise" segundo o qual a difusão da crise a partir das regiões mais industrializadas se dá com certa defasagem, alcançando só posteriormente as regiões menos industrializadas. Ao lado disso, ainda definindo este padrão, o estudo sugere que a recuperação se dá de forma simétrica, iniciando-se pelas regiões mais industrializadas (o estudo refere-se a Sudeste), prosseguindo, com defasagem, em relação as demais (5). Os dados da tabela 7, já referida, apenas confirma isto em relação a São Paulo e Nordeste. O Sul, por exemplo, parece seguir um padrão de evolução da sua indústria de forma próxima ao caso de São Paulo, tanto no declínio como na recuperação. Além disso, no interior do Sudeste há diferenças de comportamento como se pode perceber através dos dados já referidos, a exemplo do que ocorre em relação a São Paulo e Rio, de um lado, e Minas Gerais, de outro.

TABELA 7

ÍNDICES REGIONAIS DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL:

INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

1980-85

(1981=100)

ESTADOS E REGIÕES	ANOS				
	1981	1982	1983	1984	1985
Nordeste	100,0	103,9	99,2	100,6	112,1
Minas Gerais	100,0	104,6	99,1	109,2	117,4
Rio de Janeiro	100,0	103,5	90,4	88,6	92,5
São Paulo	100,0	98,8	92,4	98,8	107,5
Região Sul	100,0	98,0	94,4	101,4	108,2

FONTE: IBGE - Índice de Produção Industrial. Série Revista 1975-85

(5) Gomes G. M.; Osório C. & Irmão L.F. (1985) capítulo final.

Resumo

Os dados e as descrições apresentadas anteriormente permitem que sejam destacados, como resumo, os seguintes pontos:

Comparativamente a outros períodos recessivos, o ocorrido na primeira metade da década de 80 na economia brasileira constitui um dos mais intensos da história recente do país, seja pela duração seja pela sua profundidade.

- . Agrega-se a isto, o fato de que tratando-se agora de uma economia na qual mais de dois terços da renda e proporção similar do emprego são gerados na economia urbana, as alternativas de retorno a atividades agropecuárias, particularmente de subsistência, não são, seguramente, viáveis ou significativas para uma força de trabalho prevalecentemente urbana.

A crise alcançou em profundidade a atividade urbana do país e, nesta, o setor industrial. É claro que dada o seu papel estratégico na dinâmica econômica do país, atualmente, e de sua capacidade de geração direta e indireta de emprego, que o impacto da crise neste setor implicou um conjunto muito significativo de efeitos negativos sobre o mercado de trabalho, com a duração do nível de ocupação na maior parte dos segmentos da indústria.

O exame mais acurado do setor industrial revela que, entre os seus segmentos, a crise alcançou aqueles que do ponto de vista da absorção de mão-de-obra são os mais significativos: o da indústria de transformação e o da construção civil. O primeiro pelos efeitos para "frente" e para "trás" que é capaz de gerar, difundindo dinamismo na geração de renda e emprego sobre as demais atividades produtivas. O segundo, a

construção civil, em razão de sua grande capacidade de geração direta de empregos.

Adicione-se a estes aspectos o fato de que, no tocante à indústria de transformação, os ramos de atividade que mais sofreram na crise foram os de bens duráveis de consumo e o de bens de capital, ambos estratégicos, do ponto de vista da dinâmica econômica, pelas ligações e vínculos que mantém e difundem em toda a economia.

Além desse impacto sobre o setor industrial, o que se deve levar em conta é que a crise se deu fundamentalmente através da redução relativa da renda apropriada pelo setor público. Isto significa que face aos compromissos externos e internos, o Estado não só arcou com os serviços crescentes a eles associados, como reduziu a carga tributária e continua com a prática de subsídios e incentivos fiscais a setores privilegiados da economia privada. Com isto reduz-se significativamente sua capacidade de gastos em programas sociais e econômicos e na manutenção da própria máquina administrativa, o que leva à recorrência ao endividamento inclusive para pagamento dos próprios serviços da dívida e sua amortização. As empresas estatais, frequentemente utilizadas visando a obtenção de divisas via empréstimos externos, comprometem posteriormente sua capacidade de investimento na medida em que cessam os fluxos externos dos empréstimos adicionais.

Isto significa que o mercado de trabalho na crise passa a conviver não só com um menor dinamismo de segmentos privados dotados de grande capacidade de geração direta e indireta de emprego - o setor industrial e, neste, a indústria de transformação e a construção civil - como ocorre um declínio da capacidade

de investimento e de gastos do setor público, que através de múltiplas formas - investimentos diretos, encomendas, contratação de obras, gastos correntes - se constitui, sem dúvida, numa fonte geradora de emprego, notadamente o urbano.

Dadas as características assinaladas anteriormente, é possível identificar espacialmente o impacto do comportamento recessivo dos diversos setores sobre o mercado de trabalho. Em primeiro lugar trata-se de reconhecer que foi sobretudo urbana a crise recente. Em segundo lugar, que através do comportamento recessivo do setor público e da construção civil, houve de início uma significativa difusão, na economia urbana de todo país dos impactos negativos da crise sobre o nível de atividade global e o mercado de trabalho. No entanto, tratando-se de uma atividade extremamente concentrada em algumas áreas ou sub-regiões, os impactos negativos provenientes da redução do nível da atividade industrial deve ter sido, sobretudo no seu início, extremamente seletivo, em termos espaciais, alcançado sobretudo os centros urbanos mais industrializados do Sudeste, particularmente a Região Metropolitana de São Paulo. No entanto é de se esperar que, à medida que se prolongava a crise e dada a integração intra e interregional muito grande que hoje existe na economia brasileira, que esta redução da atividade econômica também tenha alcançado as áreas menos industrializadas com fortes vínculos econômicos com o núcleo industrial do país. É evidente que dependendo desses vínculos, das relações com o comércio internacional e da estrutura produtiva de cada área, há uma diferenciação de comportamento tanto na crise como na recuperação.

Ainda em relação ao setor industrial e seus impactos espaciais, deve-se levar em conta que a intensidade das flutuações deu-se em maior grau nas indústrias

de bens de capital e nas de consumo duráveis. Isto seguramente explica o fato de seu impacto ter sido maior no núcleo da economia industrial do país, onde tais segmentos estão concentrados em sua quase totalidade: o estado de São Paulo e em particular sua região metropolitana.

3 A DESESTRUTURAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO

3.1 - EMPREGO DURANTE A CRISE NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO: PNAD

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios apresenta diversos problemas como fonte de informações para o exame do comportamento do nível e composição do emprego na Região Metropolitana de São Paulo, durante a crise que sofreu a economia brasileira entre os anos de 1980 e 1983⁽¹⁾. Um desses problemas reside no fato desta Pesquisa não ter sido realizada no ano de 1980, devido ao levantamento do Censo Demográfico pelo IBGE, e de que a de 1982 não seja comparável às de 1981 e 1983, por causa da utilização de distintos períodos da referência⁽²⁾.

Portanto, não é possível o acompanhamento anual das mudanças no nível e composição do emprego entre 1980 e 1983 usando os dados do PNAD. Optamos por contornar este problema, considerando os anos de 1979 e 1983, numa tentativa de medir o impacto global da crise sobre o emprego na Região Metropolitana de São Paulo.

Outro problema reside no modo como foram expandidos os dados coletados pelo PNAD. A expansão desses dados não é feita "mediante o uso dos estimadores naturais, resultante do plano amostral mas sim através de informações complementares, advindas da operação de listagem dos domicílios (...) e das projeções de população elaboradas pelo Departamento de Estudos de População do IBGE"⁽³⁾. Essas projeções são elaboradas a partir dos resultados dos últimos censos demográficos e com base em hipóteses de crescimento da população associadas a determinadas taxas de fecundidade,

(1) Para mais detalhes ver anexo sobre as fontes de dados..

(2) As informações sobre mão-de-obra da PNAD-1981 tem por referência a 1ª semana de 8 a 14 de novembro enquanto a da PNAD-1983 é a de 24 a 30 de setembro. A PNAD-1982 foi realizada em 12 semanas, no intervalo entre 26 de setembro e 18 de dezembro, com que, não tem uma semana de referência fixa para todas as informações sobre mão-de-obra, variando ela, neste período.

(3) IBGE (1981).

mortalidade e migração.

Quando se considera uma área geográfica delimitada, os fluxos migratórios podem ter um peso desproporcional na determinação de sua dinâmica demográfica. Particularmente quando esta área delimitada é a Região Metropolitana de São Paulo, num período em que esteve sujeita a forte flutuação no ritmo de sua atividade econômica, a não consideração explícita do impacto desta oscilação sobre os fluxos migratórios pode gerar uma grande distorção na projeção do crescimento demográfico.

Nossa hipótese é que de fato essa distorção ocorreu e ela prejudica a utilização dos dados da PNAD, oficialmente publicados, para uma descrição das mudanças no nível e composição do emprego na Região Metropolitana de São Paulo entre 1979 e 1983. Ou seja, a expansão da amostra da PNAD utiliza uma projeção da população residente por sexo e 11 grupos de idade. O problema é que a crise pode ter modificado em profundidade a dinâmica populacional nesta região metropolitana, a ponto de impedir a materialização das tendências previstas. Provavelmente, o ritmo de crescimento demográfico na Grande São Paulo diminuiu, contrariamente ao esperado durante a crise, por causa de uma menor migração líquida. Caso isto seja verdade, o modo como se expandiu os dados da amostra PNAD conduziria a uma subestimação do impacto da crise sobre o nível de emprego na Região Metropolitana de São Paulo.

O Crescimento Demográfico

Para ilustrar a possibilidade de ter sido superestimado o ritmo de crescimento demográfico na Região Metropolitana de São Paulo, comparamos os dados oficiais da PNAD com os que resultam da expansão direta de sua amostra utilizando o inverso da fração de amostragem⁽⁴⁾. Os dados oficiais da PNAD indicam que a população

(4) Os dados da PNAD, expandidos pelo inverso da fração de amostragem, para os anos 1983 e 1985, bem como os dados da PNAD - 1979, revisados pelo IBGE a partir das informações proporcionadas pelo Censo Demográfico 1980, foram fornecidos pelo Instituto de Economia Industrial da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

residente na Região Metropolitana de São Paulo teria crescido ao ritmo equivalente a 3,6% em 12 meses, entre 31 de outubro de 1979 e 1º de outubro de 1983, enquanto a expansão da amostra da PNAD-1983 pelo inverso da fração de amostragem sugere que tal ritmo de crescimento demográfico teria sido de apenas 1,9% (Ver tabelas 1 e 2).

A expansão da amostra da PNAD para os anos de 1983 e 1985, pelo inverso da fração de amostragem, também sugere uma oscilação no ritmo de crescimento da população residente na Região Metropolitana de São Paulo, que acompanha a flutuação cíclica do nível de atividade econômica. De fato, entre 31 de outubro de 1979 e 1º de setembro de 1980, a população residente na grande São Paulo cresceu ao ritmo anual de 2,2%; entre 1º de setembro de 1980 e 1º de outubro de 1983 esse ritmo teria diminuído para 1,8% voltando a atingir 2,2% entre 1º de outubro de 1983 e 28 de setembro de 1985.

Esta oscilação no ritmo de crescimento da população residente na Região Metropolitana de São Paulo não aparece nos dados oficiais. Conforme esses dados, o crescimento demográfico na Grande São Paulo teria apresentado um ritmo anual de 4% entre 1º de setembro de 1980 e 1º de outubro de 1983 caindo para 3,8% entre 1º de outubro de 1983 e 28 de setembro de 1985. Aparentemente isto traduz uma previsão de ligeira queda no ritmo de crescimento populacional da Grande São Paulo durante a primeira metade da década dos oitenta, previsão que teria sido embutida na expansão da amostra da PNAD realizada pelo IBGE⁽⁵⁾.

(5) De fato comparando os dados oficiais da PNAD para os anos de 1981, 1983 e 1985 se observa um ritmo de crescimento anual da população residente na grande São Paulo de 3,9% entre 15 de novembro de 1981 e 1º de outubro de 1983 e de 3,8% entre 1º de outubro de 1983 e 28 de setembro de 1985. No primeiro dos períodos mencionados a taxa anual foi calculada segundo a fórmula $i = \left(\frac{P_{83}}{P_{81}} \right)^{\frac{1}{24}} - 1$ já que a data de referência localizou-se exatamente na metade do mês de novembro na PNAD - 1981.

TABELA 1

POPULAÇÃO RESIDENTE NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO: 1979/1980/1983/1985

POPULAÇÃO RESIDENTE	1979	1980	1983	1985
PNAD - Dados Publicados ¹	12 283 916	-	14 195 810	15 303 406
PNAD - Correção Oficial ²	12 358 969	-	-	-
Censo Demográfico	-	12 588 725	-	-
PNAD - Fração de Amostragem ³	-	-	13 283 700	13 887 410

¹Dados PNAD originalmente publicados.

²Dados PNAD-1979 resultantes de uma revisão feita pelo IBGE a partir das informações proporcionadas pelo Censo Demográfico de 1980. Esses dados foram proporcionados pelo IEI - UFRJ.

³Dados PNAD-1983 e PNAD-1985 resultantes da expansão da amostra pelo inverso da fração de amostragem. Esses dados foram proporcionados pelo IEI-UFRJ.

TABELA 2

TAXAS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO RESIDENTE DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO: 1979/1895

POPULAÇÃO RESIDENTE	1979/1980 ¹	1980/1983 ²	1983/1985 ³	1979/1983 ⁴
PNAD - Dados Oficiais	2,2	4,0	3,8	3,6
PNAD - Fração de Amostragem	-	1,8	2,2	1,9

¹ Comparam-se os dados de população residente do censo demográfico de 1980 com os da PNAD-1979 revisados pelo IBGE a partir das informações do censo demográfico de 1980. As datas de referência são 31 de outubro de 1979 e 1º de setembro de 1980. Foi calculado o ritmo de crescimento da população residente em 12 meses a partir da taxa geométrica mensal. Ou seja, sendo i a taxa de crescimento da população a cada 12 meses, P_{79} a população residente em 31 de outubro de 1979 e P_{83} a população residente em 1º de setembro de 1980, $i = \left(\frac{P_{83}}{P_{79}} \right)^{12} - 1$.

² Comparam-se os dados de população residente da PNAD-1983 com a expansão da amostra oficial do IBGE e pelo inverso da fração de amostragem com os dados do censo demográfico de 1980. Como a data de referência da PNAD-1983 é 1º de outubro $i = \left(\frac{P_{83}}{P_{80}} \right)^{12} - 1$.

³ Comparam-se os dados de população residente da PNAD-1985 com os da PNAD-1983 com a expansão da amostra oficial do IBGE e pelo inverso da fração de amostragem. Como a data de referência da PNAD-1985 é de 28 de setembro $i = \left(\frac{P_{85}}{P_{83}} \right)^{12} - 1$.

⁴ Comparam-se os dados de população residente da PNAD-1983 com a expansão da amostra oficial do IBGE e pelo inverso da fração de amostragem com os dados revisados pelo IBGE da PNAD-1979. $i = \left(\frac{P_{83}}{P_{79}} \right)^{12} - 1$.

Na hipótese de que seja correta a informação proporcionada pela expansão direta da amostra da PNAD pelo inverso da fração de amostragem, a expansão da mesma amostra, usando uma projeção demográfica independente, teria levado a uma superestimação da população residente na Grande São Paulo em 1983 de 6,9%, tendo ela aumentado para 10,2% em 1985. Esta possível superestimação dos residentes, por sua vez, se refletiria diretamente nos dados da PNAD sobre mão-de-obra.

População Economicamente Ativa

A PNAD indica um aumento de 946 mil pessoas na população economicamente ativa da Região Metropolitana de São Paulo entre 1979 e 1983. Isto corresponde a um aumento de 18,3% ou 4,3% ao ano. Expandindo a amostra pelo inverso de fração de amostragem, o aumento da PEA é muito menor, cerca de 447 mil pessoas, 8,6% ou 2,1% ao ano. Entretanto, a superestimação da ocupação pelo PNAD parece bem maior que a da desocupação. Segundo os dados oficiais, o nível de ocupação aumentou em 625 mil pessoas, ou seja, 12,5% ou 3,0% ao ano enquanto a desocupação aumentou em 231 mil pessoas, vale dizer multiplicou-se por 2,9, correspondendo a um ritmo de crescimento anual de 30,6%. Expandindo a amostra da PNAD-1983 pelo inverso da fração de amostragem os números são bem menores, principalmente no que diz respeito à ocupação. Esta teria aumentado em 176 mil pessoas ou seja somente 3,5% ou 0,9% ao ano, enquanto a desocupação teria aumentado em 271 mil pessoas, multiplicando-se portanto por 2,6, o que corresponde a um ritmo anual de crescimento de 27,1% (Tabela 3).

Nota-se, então, que a provável superestimação da população economicamente ativa na Grande São Paulo em 1983, produto da superestimação da população residente, distorce bastante a ilustração do que ocorreu com o emprego na crise, ao afetar principalmente os dados sobre o nível de ocupação. Segundo os dados oficiais da PNAD, apenas 1/3 do aumento da população ativa correspondeu ao aumento do número de pessoas desocupadas sendo que os ou-

TABELA 3

POPULAÇÃO ATIVA, OCUPAÇÃO E DESOCUPAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO: 1979, 1983, 1985

	1979	1983	1985	VARIÇÃO 1979/1983		VARIÇÃO 1983/1985	
				Período (%)	Anual (%)	Período (%)	Anual (%)
PEA - PNAD oficial	5 177 783	6 124 201	6 825 875	18,3	4,3	11,5	5,6
PEA - PNAD fração amostragem	5 177 783	5 625 627	6 035 037	8,6	2,1	7,3	3,6
P. ocupado PNAD oficial	5 009 574	5 634 656	6 459 124	12,5	3,0	14,6	7,1
P. ocupado PNAD fração amostragem	5 009 574	5 186 366	5 719 619	3,5	0,9	10,3	5,0
P. desocupado PNAD oficial	168 209	489 545	366 751	191,0	30,6	-25,1	-13,4
P. desocupado PNAD fração amostragem	168 209	439 261	315 418	161,1	27,1	-28,2	-15,3

tros 2/3 teve oportunidade de encontrar alguma ocupação. Com os dados da PNAD expandida pelo inverso da fração de amostragem, o aumento da PEA foi pouco mais da metade do observado com os dados oficiais e o aumento do número de desocupados correspondem a 60,5% do aumento da PEA contra 39,5% de aumento no número de ocupados.

A superestimação da população residente na Grande São Paulo pelos dados oficiais da PNAD parece ter diminuído entre 1983 e 1985, em consequência da possível retomada das migrações. Entretanto, a comparação dos dados oficiais para 1983 e 1985 não parece ilustrar corretamente o que ocorreu com o emprego no início da recuperação da atividade econômica.

Pelos dados oficiais da PNAD, a população economicamente ativa aumentou em 701 mil pessoas, ou seja 11,5% ao ano, enquanto a expansão da amostra pelo inverso da fração de amostragem indica um aumento de 409 mil pessoas que corresponde a 7,3% ou 3,6% ao ano. No que diz respeito à ocupação ela teria aumentado em 824 mil pessoas (14,6% ou 7,1% ao ano) pelos dados oficiais e em 533 mil pessoas (10,3% ou 5,0% ao ano) pela expansão direta da amostra pelo inverso da fração de amostragem. Ao contrário, o ritmo da diminuição do número de pessoas desocupadas é ligeiramente subestimado pelos dados oficiais. Eles indicam uma queda de 25,1% ou 13,4% ao ano contra um queda de 28,2% ou 15,3% ao ano. Entretanto, por coincidência, a redução do número absoluto de desocupados é o mesmo para os dois tipos de dados (123 mil pessoas), havendo uma compensação entre a superestimação do número de desocupados em 1983 e a subestimação da proporção em que diminuiu o número de desocupados entre 1983 e 1985.

A superestimação do crescimento da população residente na Grande São Paulo, embutida na expansão oficial da amostra da PNAD, não impediu essa fonte de informação de ilustrar corretamente a evolução das taxas de participação, ocupação e desocupação entre 1979 e 1985. Os dados oficiais do PNAD, do mesmo

modo que a expansão de sua amostra pelo inverso da fração de amostragem, indicam que a relação entre população economicamente ativa e população residente aumentou ligeiramente em todo o período passando de 41,9% para 43,1% (42,3% segundo a expansão da amostra pelo inverso de fração de amostragem) entre 1979 e 1983, atingindo 44,6% (43,5% com a expansão da amostra pelo inverso da fração de amostragem) em 1985, ao mesmo tempo em que a taxa de desocupação aumentou de 3,2% para 8,0% (7,8% pelo inverso da fração de amostragem) entre 1979 e 1983, caindo para 5,4% (5,2% pelo inverso da fração de amostragem) em 1985 (Tabela 4).

Pessoas Ocupadas: Setores e Posição na Ocupação

Para analisar as mudanças na composição da ocupação por setor de atividade econômica e por posição na ocupação entre 1979 e 1983 e entre este último ano e 1985, repartimos o total de ocupados resultante da revisão oficial da PNAD-1979 e da expansão direta da PNADs 1983 e 1985 pelo inverso das frações de amostragem, em função das proporções observadas nos dados oficialmente publicados.

Foi necessário reunir as posições na ocupação de conta-própria, empregados e não remunerados numa única categoria porque somente a PNAD-1985 tem dados publicados que permitem classificar, ao nível de cada ramo de atividade econômica, os ocupados por posição na ocupação. Neste nível de agregação, as PNAD-1979 e PNAD-1983 somente permite distinguir os empregados, com e sem carteira de trabalho assinada pelo atual empregador, das outras posições na ocupação, ou seja, o conjunto de conta-própria, empregadores e sem remuneração.

Além deste problema, o conceito de empregado variou entre a PNAD-1979 e as PNAD-1983 e PNAD-1985. A PNAD-1979 identifica, ao nível de cada ramo de atividade, os empregados em qualquer um dos trabalhos que exerceam na semana de referência. Tais empregados foram classificados em função da posse ou não de carteira de trabalho assinada pelo atual empregador. Entretanto,

TABELA 4

TAXAS DE PARTICIPAÇÃO, OCUPAÇÃO E DESOCUPAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO: 1979,1983 E 1985

	1979 (1)	1983 (2)	1983 (3)	1985 (4)	1985 (5)
População Ativa/População residente (%)	41,9	43,1	42,3	44,6	43,5
Pessoal ocupado/População Ativa (%)	96,8	92,0	92,2	94,6	94,8
Pessoal Desocupado/População Ativa (%)	3,2	8,0	7,8	5,4	5,2

¹PNAD - 1979 revistos pelo IBGE a partir das informações do Censo Demográfico de 1980.

²PNAD - 1983 - dados oficiais.

³Revisão PNAD - 1983 - expansão da amostra pelo inverso da fração de amostragem.

⁴PNAD - 1985 - dados oficiais.

⁵Revisão PNAD - 1985 - expansão da amostra pelo inverso da fração de amostragem.

alguns deles não declararam a posse ou não de carteira de trabalho. Os que não o fizeram constituíram 0,2% dos empregados na totalidade dos ramos de atividade econômica. Ao nível de cada ramo isoladamente, a maior proporção de empregados sem declaração de posse de carteira de trabalho foi de 0,7% e se verificou em prestação de serviços. Repartimos os empregados sem declaração de posse de carteira de trabalho de modo a obter, em cada ramo, para o total de empregados, a mesma distribuição segundo a posse ou não de carteira assinada, observada para os empregados que zeram essa declaração.

Nas PNAD-1983 e PNAD-1985 todos os empregados fizeram a declaração de posse ou não de carteira de trabalho assinada pelo atual empregador. Entretanto, considerou-se como empregado apenas os que assim se declararam no trabalho principal e não os empregados em qualquer um dos trabalhos que exerceram durante a semana de referência. É provável que não sejam muitos os empregados que declararam como trabalho principal outra posição na ocupação, principalmente tratando-se de atividades urbanas numa região metropolitana como a de São Paulo. De modo que, a diferença de conceito de empregado não deve distorcer, muito o acompanhamento da evolução da composição do emprego entre 1979 e 1985.

O balanço global dos efeitos da crise sobre a população economicamente ativa, a desocupação e as posições na ocupação é bastante diferente quando são usados os dados oficiais da PNAD ou a expansão da amostra pelo inverso da fração de amostragem (Tabela 5). Em primeiro lugar, os dados oficiais indicam um ligeiro aumento no número absoluto de empregados com carteira de trabalho assinado pelo atual empregador entre 1979 e 1983, enquanto a expansão da amostra pelo inverso da fração de amostragem indica uma queda expressiva no número desses empregados que equivale a mais da metade do aumento observado na população economicamente ativa.

Em todo caso, tomando como verdadeiros os dados que resultam da expansão da amostra da PNAD-1983 pelo inverso da fra-

TABELA 5

REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO: BALANÇO GLOBAL DAS MUDANÇAS
NA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, NA DESOCUPAÇÃO E NAS
POSIÇÕES NA OCUPAÇÃO ENTRE 1979 E 1983

	ABSOLUTO	PROPORÇÃO
<u>PNAD - Dados Oficiais</u>		
Aumento da População Economicamente Ativa	946 418	100,0
Total	946 418	100,0
Aumento Desocupados	321 336	33,9
Aumento Empregados com Carteira	18 914	2,0
Aumento Empregados sem Carteira	392 449	41,5
Aumento Outras Posições na Ocupação	213 719	22,6
Total	946 418	100,0
<u>PNAD - Fração da Amostragem</u>		
Aumento da População Economicamente Ativa	447 844	64,0
Diminuição Empregados com Carteira	252 234	36,0
Total	700 078	100,0
Aumento Desocupados	271 052	38,7
Aumento Empregados sem Carteira	301 821	43,1
Aumento Outras Posições na Ocupação	127 205	18,2
Total	700 078	100,0

ção da amostragem, a intensidade da crise e seus efeitos no sentido de reduzir o crescimento da população residente na Grande São Paulo, não impediu que o aumento da população economicamente ativa pesasse muito mais que a desocupação de empregados com carteira de trabalho, no aumento da "disponibilidade" de mão-de-obra. De fato, o aumento da população ativa representou quase 2/3 da soma deste aumento com o número em que diminuíram os empregados com carteira de trabalho.

Quanto ao uso dado à maior "disponibilidade" de mão-de-obra em termos de posição na ocupação, os dados oficiais indicam que o aumento da desocupação pesou com 33,9% enquanto o aumento dos empregados sem carteira de trabalho representou 41,4% e o de outras posições na ocupação 22,6%. Enquanto isto os dados da expansão da amostra pelo inverso da fração de amostragem, sugerem ter sido mais importante a desocupação (38,7%) e o aumento dos empregados sem carteira (43,1%) e menos expressivo o aumento das outras posições na ocupação (18,2%).

Tomando como verdadeiros os dados obtidos pela expansão de amostra da PNAD-1983 pelo inverso da fração de amostragem, os efeitos globais da crise sobre o empregado na Região Metropolitana de São Paulo foram basicamente uma redução no número de empregados com carteira de trabalho assinada pelo empregador, um aumento no número de desocupados e de empregados sem carteira de trabalho assinada pelo empregador, tendo sido bem menor o aumento no número total de conta-própria, empregadores e sem remuneração.

Essas mudanças na situação global da ocupação na Grande São Paulo entre 1979 e 1983 refletem o impacto diferenciado da crise sobre os diversos ramos de atividade econômica, tanto a diversidade de comportamentos dos níveis ocupacionais dos vários ramos, que são muito diferentes em termos de estruturas de posições na ocupação, quanto a ocorrência de mudança na própria estrutura de cada um dos ramos.

Quanto ao primeiro aspecto da questão, observa-se que na totalidade dos ramos os empregados com e sem carteira de trabalho representavam 82,6% dos ocupados em 1979 enquanto o conjunto de conta-própria, empregadores e não remunerados pesaria apenas 17,4%. Ou seja, de cada 5 ocupados na Grande São Paulo mais de 4 eram empregados enquanto menos de 1 tinha outra posição na ocupação. Entre os empregados, 82% possuíam carteira de trabalho assinada pelo empregador, de modo que eles representavam 2/3 do total de ocupados (Tabela 6)

Entretanto, ao nível de ramos de atividade econômica, variava muito, em 1979, as estruturas de posições na ocupação. No que diz respeito a importância de conta-própria, empregadores e sem remuneração ela era desprezível nos ramos administração pública⁽⁶⁾, outras atividades industriais⁽⁷⁾, indústrias de transformação, atividades sociais⁽⁸⁾ e outras atividades⁽⁹⁾. Em todas essas atividades também é grande o peso dos empregados com car-

(6) Na administração pública estão incluídos os poderes legislativos e judiciário, os serviços administrativos federais, estaduais, municipais e autárquicos, as forças armadas, a polícia militar e civil, o corpo de bombeiros e outras organizações governamentais de segurança.

(7) No ramo outras atividades industriais se inclui extração de minerais metálicos e não metálicos, combustíveis minerais e minerais radioativos, produção e distribuição de energia elétrica, produção e distribuição de gás encanado, abastecimento de água e serviços de esgotos, limpeza pública e remoção de lixo.

(8) O ramo de atividades sociais inclui assistência social e associação beneficente, previdência social, entidades de classe e sindicais, instituições científicas, tecnológicas, filosóficas, culturais e religiosas, entidades desportivas e recreativas, organizações cívicas e políticas, outros serviços comunitários e sociais, serviços médicos, odontológicos e de veterinária, ensino público e particular.

(9) No ramo outras atividades se inclui crédito e investimento, financiamento e bancos de desenvolvimento, seguros e resseguros, capitalização, administração, locação, compra e venda e incorporação de imóveis, bolsas de valores e comércio de títulos e valores mobiliários, concessionárias de loteria, exclusive agência lotéricas, organizações de cartão de crédito, sorteios, consórcios, clubes de mercadorias e similares, representações estrangeiras além de outras atividades não compreendidas nas demais classes e atividades mal definidas ou não declaradas.

TABELA 6

REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO: DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO

NOS RAMOS DE ATIVIDADE ECONÔMICA EM 1979

RAMOS DE ATIVIDADE	EMPREGADO COM CARTEIRA	EMPREGADO SEM CARTEIRA	OUTRAS POSIÇÕES NA OCUPAÇÃO	PESSOAL OCUPADO
Agricultura	26,4	30,9	42,7	100,0
Indústria de Transformação	90,6	5,6	3,8	100,0
Indústria da Construção	47,7	12,4	39,9	100,0
Outras Atividades Industriais	89,9	10,1	0	100,0
Comércio de Mercadorias	52,6	13,8	33,6	100,0
Prestação de Serviços	36,7	29,5	33,8	100,0
Serviços Auxiliares da Atividade Econômica	60,0	9,0	31,0	100,0
Transporte e Comunicação	69,3	5,1	25,6	100,0
Atividades Sociais	65,7	27,9	6,4	100,0
Administração Pública	40,7	59,3	0	100,0
Outras Atividades	87,8	5,1	7,1	100,0
TOTAL ATIVIDADES	67,7	14,9	17,4	100,0

teira de trabalho assinada pelo empregador no total dos empregados. Eles representam 90% ou mais do total de empregados em outras atividades em geral, indústria de transformação e outras atividades industriais. O peso dos com carteira de trabalho é bem menor em atividades sociais (70% do total de empregados) e especialmente na administração pública (41% do total de empregados) principalmente porque nessas atividades predominam outros regimes não regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho que não implicam a assinatura de carteira de trabalho pelo empregador.

Dentre os ramos em que tem um peso expressivo o total de conta própria, empregadores e não remunerados, também é muito grande a proporção do total de empregados que tem carteira de trabalho assinada pelo empregador. As exceções são agricultura e prestação de serviços⁽¹⁰⁾, onde o número de empregados com carteira de trabalho é muito semelhante, quando não inferior ao de empregados que não tem carteira de trabalho assinado pelo empregador. A proporção de empregados sem carteira é bem menor em transporte e comunicação⁽¹¹⁾ (6,9% do total de empregados) e em serviços auxiliares de atividade econômica⁽¹²⁾ (13% do total de empregados) e um pouco mais expressiva em comércio de mercado-

(10) Na prestação de serviços se inclui alojamento e alimentação, reparação de veículos, máquinas e aparelho de uso pessoal e doméstico, artigos de madeira e mobiliário, instalações elétricas, hidráulicas e de gás, serviços de higiene e embelezamento pessoal, confecção sob medida e reparação do vestuário, tinturarias e lavandarias, serviços de limpeza e conservação de casas, escritórios e edifícios, serviços de vigilância, serviços domésticos remunerados, diversões e promoção de espetáculos, rádio-difusão e televisão.

(11) Em transporte e comunicação se inclui o transporte rodoviário, ferroviário, por veículo a tração animal, marítimo, fluvial e lacustre, aéreo, correio e telégrafos e comunicações telefônicas.

(12) Nos serviços auxiliares da atividade econômica se inclui os serviços jurídicos, de despachantes e procuradores, contabilidade e auditoria, assessoria, consultoria, pesquisa, análise e processamento de dados, engenharia, geologia, geodesia, cartografia, aerofotogrametria, topografia, arquitetura, urbanismo e paisagismo, publicidade, propaganda, organização e promoção de congressos, exposições e feiras, produção e reprodução de documentos, pintura, desenho, escultura e decoração, investigação particular, serviços auxiliares de agricultura e criação de animais, do transporte, do comércio e da indústria de atividades de seguro, finanças e valores.

rias (20,8% do total de empregados) e na indústria de construção (20,6% do total de empregados).

Os dados oficiais da PNAD-1983 indicam um crescimento da ocupação total na Grande São Paulo de 12,5% entre 1979-1983; e sugerem que, os dois ramos onde teriam diminuído o número de pessoas ocupadas seriam agricultura e indústria de transformação. A importância relativa da queda do nível de ocupação nesses dois ramos transparece no fato de se tal nível não tivesse diminuído, a de ocupação total teria aumentado em 15,8% entre 1979 e 1983 na Região Metropolitana de São Paulo, em vez dos 12,5% apontados pelos dados oficiais da PNAD (Tabela 7).

Os dados da expansão da amostra da PNAD-1983, pelo inverso da fração de amostragem, indicam um crescimento do nível ocupacional global muito menor entre 1979 e 1983 na Grande São Paulo (3,5% contra 12,5%) e ele teria diminuído mais fortemente na agricultura e na indústria de transformação, além do segmento constituído pelas outras atividades industriais e os serviços auxiliares da atividade econômica. Se não houvesse diminuído o número de pessoas ocupadas nesses 4 ramos o nível global de ocupação na Grande São Paulo teria aumentado em 9,8% entre 1979 e 1983 e não apenas 3,5% como indicado pelos dados da expansão da amostra da PNAD-1983 pelo inverso da fração de amostragem.

Em grande medida, os resultados anteriores são explicados pelo desempenho do nível ocupacional da indústria de transformação. Isto significa que a superestimação do crescimento da ocupação na Grande São Paulo, entre 1979 e 1983 pelos dados oficiais da PNAD contribuiria para mascarar a magnitude do declínio do emprego na indústria de transformação; o que certamente pesou no fato de tais pesquisas não indicarem, corretamente, a diminuição do número de empregados com carteira de trabalho assinado pelo empregador, dado o peso desses empregados na ocupação total da indústria de transformação.

TABELA 7

REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO: DECOMPOSIÇÃO DO CRESCIMENTO DO PESSOAL OCUPADO TOTAL ENTRE
1979 E 1983 POR RAMO DE ATIVIDADE ECONÔMICA

RAMO DE ATIVIDADE	PESSOAL OCUPADO EM 1979 (1)	VARIAÇÃO PROPORCIONAL 79/83 NÃO OFICIAL (2)	VARIAÇÃO PROPORCIONAL 79/ 83 PNAD CORRIGIDA (3)	(1)X(2)	(1)X(3)
Agricultura	0,8	-28,0	-33,8	-0,28	-0,27
Indústria de Transformação	37,9	-8,3	-15,6	-3,15	-5,91
Indústria da Construção	5,9	32,1	21,6	1,89	1,27
Outras Atividades Industriais	1,3	6,6	-1,9	0,09	-0,03
Comércio de Mercadorias	11,6	24,9	15,0	2,89	1,74
Prestação de Serviços	17,2	29,7	19,4	5,11	3,34
Serviços Auxiliares da Atividade Econô- mica	5,1	5,8	-2,6	0,30	-0,13
Transporte e Comunicação	4,7	26,1	16,1	1,23	0,76
Atividades Sociais	7,0	32,3	21,8	2,26	1,53
Administração Pública	3,5	10,7	1,9	0,37	0,07
Outras Atividades	5,0	33,9	23,3	1,70	1,17
TOTAL ATIVIDADES	100,0	12,5	3,5	12,47	3,49

Por outro lado, os dados oficiais da PNAD-1983 parecem enaltecer indevidamente o crescimento da ocupação total dos ramos outras atividades, atividades sociais, construção civil, prestação de serviços, transporte e comunicação, comércio de mercadorias e administração pública. Se os demais ramos tivessem um nível ocupacional constante entre 1979 e 1983, o desempenho desses ramos levaria a um crescimento de 15,5% do nível ocupacional global na Grande São Paulo. Entretanto, com os dados da expansão da amostra pelo inverso da fração de amostragem esse crescimento teria sido de apenas 9,9%.

Os dados oficiais do PNAD-1983 indicam que o número de empregados com carteira de trabalho assinada pelo empregador permaneceu praticamente constante na Grande São Paulo entre 1979 e 1983. Ele teria diminuído na agricultura, indústria de transformação, outras atividades industriais, serviços auxiliares da atividade econômica e administração pública, mas foi compensado principalmente pelo aumento em indústria de construção, comércio de mercadorias, transporte e comunicação e outras atividades (tabela 8).

Os dados da expansão da amostra da PNAD-1983 pelo inverso da fração de amostragem sugerem que a queda do número de empregados com carteira de trabalho foi subestimado em indústria de transformação, outras atividades industriais e serviços auxiliares da atividade econômica, e, ademais, que o seu aumento foi superestimado em indústria de construção, comércio de mercadorias, prestação de serviços, transporte e comunicação e outras atividades. Além disso o número de empregados com carteira de trabalho teria diminuído em vez de ter aumentado em atividades sociais. De modo que, em vez de permanecer constante, o número total de empregados com carteira de trabalho teria dimi-

TABELA 8

REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO: DECOMPOSIÇÃO DO CRESCIMENTO DOS EMPREGADOS COM CARTEIRA DE TRABALHO

ENTRE 1979 E 1983 POR RAMO DE ATIVIDADE ECONÔMICA

RAMOS DE ATIVIDADE	EMPREGADOS COM CARTEIRA EM 1979 (1)	VARIAÇÃO PROPORCIONAL 79/83 PNAD OFICIAL (2)	VARIAÇÃO PROPORCIONAL 79/83 PNAD CORRIGIDO (3)	(1)X(2)	(1)X(3)
Agricultura	0,3	-75,6	-77,5	-0,23	-0,23
Indústria de Transformação	50,7	-11,4	-18,5	-5,78	-9,38
Indústria da Construção	4,2	21,1	11,4	0,89	0,48
Outras Atividades Industriais	1,7	-0,8	-8,7	-0,01	-0,15
Comércio de Mercadorias	9,0	22,3	12,6	2,01	1,13
Prestação de Serviços	9,3	11,9	3,0	1,11	0,28
Serviços Auxiliares da Atividade Eco- nômica	4,5	-0,9	-8,8	-0,04	-0,40
Transporte e Comunicação	4,8	24,6	14,7	1,18	0,70
Atividades Sociais	6,8	2,4	-5,7	0,16	-0,39
Administração Pública	2,2	-52,4	-56,2	-1,15	-1,24
Outras Atividades	6,5	37,1	26,2	2,41	1,70
TOTAL ATIVIDADES	100,0	0,6	-7,5	0,55	-7,50

nuido em 7,5% na Grande São Paulo entre 1979 e 1983⁽¹³⁾.

Os dados oficiais da PNAD indicam que o numero de empregados sem carteira de trabalho aumentou em 52,6% entre 1979 e 1983. A expansão da amostra da PNAD-1983 pelo inverso da fração de amostragem sugere que esse crescimento do número de empregados sem carteira de trabalho foi de 40,4%. A queda dos empregados sem carteira teria sido maior na agricultura e o seu aumento menor nos demais ramos de atividade (Tabela 9). Em todo caso, os ramos responsáveis por este rápido aumento do numero de empregados sem carteira seriam indústria da construção, atividades sociais, transporte e comunicações, administração pública, outras atividades industriais e prestação de serviços onde o número de empregados sem carteira de trabalho aumentou em no mínimo 40% ou seja quase 9% ao ano.

Não obstante, mesmo na indústria de transformação e em serviços auxiliares da atividade econômica, foi rápido o crescimento do número de empregados sem carteira de trabalho, cerca de 20% entre 1979 e 1983, correspondendo a um ritmo anual de 4,7%. Somente no ramo de outras atividades não foi grande o seu aumento; além disso ele diminuiu na agricultura. De modo que foi generalizado o aumento do número de empregados sem carteira na Grande São Paulo entre 1979 e 1983, o que não necessariamente significa uma substituição, de fato, de empregados com carteira por empregados sem carteira durante a crise. Dado que o nível de agregação dos ramos é muito elevado, o rápido aumento do número de empregados sem carteira pode estar traduzindo, simplesmente, o declínio da ocupação em subramos em que pesa mais os empregados com carteira simultaneamente a um aumento da ocupação em subramos onde pesa mais os empregados sem carteira.

Finalmente, o numero de ocupados que não são empregados, ou seja conta própria, empregadores e trabalhadores sem remuneração, aumentou entre 1979 e 1983 na Grande São Paulo em 24,4%, segundo os dados oficiais do PNAD. Esse aumento teria sido de somente 14,5% conforme a expansão da amostra da PNAD-

TABELA 9

REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO: DECOMPOSIÇÃO DO CRESCIMENTO DOS EMPREGADOS SEM CARTEIRA
DE TRABALHO ENTRE 1979 E 1983 POR RAMO DE ATIVIDADE ECONÔMICA

RAMO DE ATIVIDADE	EMPREGADOS SEM CARTEIRA EM 1979 (1)	VARIAÇÃO PROPORCIONAL 79/83 PNAD OFICIAL (2)	VARIAÇÃO PROPORCIONAL 79/83 CORRIGIDA (3)	(1)X(2)	(1)X(3)
Agricultura	1,7	-2,8	-10,6	-0,05	-0,18
Indústria de Transformação	14,1	30,7	20,3	4,33	2,86
Indústria da Construção	4,9	122,6	104,9	6,01	5,14
Outras Atividades Industriais	0,9	52,4	40,3	0,47	0,36
Comércio de Mercadorias	10,8	26,4	16,3	2,85	1,76
Prestação de Serviços	34,1	52,2	40,1	17,80	13,67
Serviços Auxiliares de Atividade Econômica	3,0	32,0	21,5	0,96	0,65
Transporte e Comunicação	1,6	70,9	57,3	1,13	0,92
Atividades Sociais	13,1	85,1	70,3	11,15	9,21
Administração Pública	14,1	54,2	41,9	7,64	5,91
Outras Atividades	1,7	15,5	6,3	0,26	0,11
TOTAL ATIVIDADES	100,0	52,6	40,4	52,55	40,41

1983 pelo inverso da fração de amostragem (Tabela 10). Não somente a queda observada na agricultura teria sido maior que a apontada nos dados oficiais, como praticamente não se teria modificado na indústria de transformação, serviços auxiliares da atividade econômica e no ramo outras atividades. Com isto fica mais claro, com a expansão direta da amostra pelo inverso da fração de amostragem, que o crescimento do número de ocupados não empregados se concentrou em prestação de serviços e no comércio de mercadorias, no qual cresceu pouco menos de 20% ou seja 4,7% ao ano. Se o número de ocupados não empregados tivesse se mantido constante nos demais ramos, o seu crescimento na prestação de serviços e no comércio de mercadorias levaria a um aumento global de 10,5% tendo crescido de fato 14,5%. Essa diferença se explica totalmente pelo desempenho dos ramos atividades sociais e construção civil. O primeiro pesa pouco no total de ocupados não empregados, mas seu número quase dobrou neste ramo. Ao contrário, na indústria de construção, o número de ocupados não empregados aumentou somente 7,9% entre 1979 e 1983 ou seja 1,9% ao ano mas este ramo representava quase 14% do total de ocupados não empregados na Grande São Paulo em 1979.

De modo que os dados oficiais da PNAD dão, provavelmente, uma idéia muito distorcida do impacto da crise sobre o nível e composição do emprego na Grande São Paulo. De um lado, eles encobrem a redução do número de empregados com carteira de trabalho assinada pelo empregador, ao não indicar corretamente o grande declínio observado no nível ocupacional global da indústria de transformação e ao superestimar o aumento dos empregados com carteira nos outros ramos de atividade, notadamente outras atividades, transporte e comunicação, comércio de mercadorias e indústria da construção. Por outro lado, dão uma idéia equivocada de que teria havido um aumento muito grande de ocupados não empregados que de fato foi bem menor e se concentrou nos ramos prestação de serviços e comércio de mercadorias. Finalmente, superestimam o aumento generalizado do número de empregados sem carteira de trabalho assinada pelo empregador.

TABELA 10

REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO APULO: DECOMPOSIÇÃO DO CRESCIMENTO DAS PESSOAS EM OUTRAS POSIÇÕES NA
OCUPAÇÃO QUE NÃO EMPREGADOS ENTRE 1979 E 1983 POR RAMO DE ATIVIDADE ECONÔMICA

RAMO DE ATIVIDADE	OUTRAS POSIÇÕES NA OCUPAÇÃO EM 1979 (1)	VARIAÇÃO PROPORCIONAL 79/83 PNAD OFICIAL (2)	VARIAÇÃO PROPORCIONAL 79/83 CORRIGIDA (3)	(1)X(2)	(1)X(3)
Agricultura	2,0	-16,9	-23,5	-0,34	-0,47
Indústria de Transformação	8,3	8,5	-0,0	0,71	-0,00
Indústria de Construção	13,6	17,3	7,9	2,35	1,08
Outras Atividades Industriais	0	-	-	0	0
Comércio de Mercadorias	22,3	28,4	18,2	6,33	4,06
Prestação de Serviços	33,3	29,5	19,2	9,82	6,40
Serviços Auxiliares da Atividade Econô- mica	9,0	11,3	2,4	1,02	0,22
Transporte e Comunicação	6,9	21,2	11,5	1,46	0,80
Atividades Sociais	2,6	108,3	91,7	2,82	2,39
Administração Pública	0	0	0	0	0
Outras Atividades	2,0	8,1	-0,1	0,16	-0,00
TOTAL ATIVIDADES	100,0	24,4	14,5	24,33	14,48

De fato, ao contrário do indicado pelos dados oficiais da PNAD, a expansão da amostra pelo inverso da fração de amostragem sugere que a queda absoluta de empregados com carteira de trabalho na indústria de transformação foi muito maior que o aumento dos empregados com carteira noutros ramos de atividade econômica e inclusive superou o aumento dos empregados sem carteira em todos os ramos (tabela 11). Por sua vez, o aumento absoluto dos empregados sem carteira de trabalho foi mais do dobro do aumento dos ocupados não empregados em todos os ramos e o aumento absoluto desses últimos nos ramos prestação de serviços e comércio de mercadorias foi equivalente a 2,5 vezes o aumento observado nos demais ramos de atividade econômica.

O Caráter Moderno dos Efeitos da Crise

Em resumo, os dados oficiais da PNAD, quando considerados seus valores absolutos, contribuem para esconder o caráter extremamente moderno dos efeitos da crise econômica sobre a situação do emprego na Região Metropolitana de São Paulo. Eles não mostram a redução do ritmo migratório na direção da Grande São Paulo provocado pela crise e não dão uma idéia correta do impacto da crise sobre o nível e composição do emprego. Ocultam o fato da crise repercutir eminentemente sobre o emprego da indústria de transformação que por sua vez tem importantes repercussões em termos de mudanças na estrutura de posições na ocupação, com o declínio dos empregados com carteira de trabalho e aumento dos empregados sem carteira de trabalho. Finalmente, sugerem, equivocadamente, que se teriam ampliado significativamente os ocupados não empregados, o que quando muito parece ter se limitado aos ramos de prestação de serviços e comércio de mercadorias.

A superestimação do crescimento da população residente na região metropolitana de São Paulo foi menor entre 1983 e 1985 do que entre 1979 e 1983. Não obstante, ao ter mascarado o que ocorreu com o nível de emprego na grande São Paulo durante

TABELA 11

REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO: VARIAÇÃO ABSOLUTA DA OCUPAÇÃO ENTRE 1979 E 1983

	PNAD OFICIAL	PNAD FRAÇÃO AMOSTRAGEM
Redução Empregados com Carteira na Indústria de Transformação	-196 568	-317 619
Aumento Empregados com Carteira Noutros Ramos de Atividade	215 482	65 385
Aumento Empregados sem Carteira em Todos os Ramos de Atividade	392 449	301 821
Aumento Ocupados Não Empregados em Prestação de Serviços e Comércio de Mercadorias	141 108	91 213
Aumento Ocupados Não Empregados Noutros Ramos de Atividade	<u>72 611</u>	<u>35 992</u>
Aumento dos Ocupados em Todos os Ramos de Atividade Econômica	625 082	176 792

a crise, a PNAD tampouco informa corretamente os efeitos do início da recuperação da atividade econômica sobre o nível de emprego nesta região metropolitana.

Segundo os dados oficiais da PNAD teria havido um aumento de 14,6% na ocupação total da Grande São Paulo entre 1983 e 1985. Isto equivale a um ritmo anual de crescimento de 7,1%. Entretanto, expandindo a amostra pelo inverso da fração de amostragem, o ritmo de crescimento da ocupação total na Grande São Paulo teria sido de 5%. A diferença não parece muito grande, mas, o nível ocupacional de 1985 superava o de 1979 em 14,2% e não em 28,9%, como apontado pelos dados oficiais da PNAD (Tabela 12).

O número de empregados com carteira de trabalho, que diminuiu em termos absolutos entre 1979 e 1983, apenas teria voltado ao nível de 1979 em 1985. Já os empregados sem carteira de trabalho e os ocupados não empregados continuam aumentando no mesmo ritmo entre 1983 e 1985, so que esse ritmo seria bem menor que o indicado pelos dados oficiais da PNAD. Na totalidade do período 1979/1985, o número de empregados sem carteira aumentou em 8,4% ao ano (10,6% segundo os dados oficiais) e o de ocupados não empregados 3,6% ao ano (5,7% pelos dados oficiais).

De modo que, a profunda mudança ocorrida na estrutura de posições na ocupação da região metropolitana de São Paulo durante a crise, não foi revertida pelo início da recuperação. Pelo contrário, entre 1983 e 1985 o número de empregados sem carteira continua aumentando mais do que o de empregados com carteira, embora esses últimos, que tinham diminuído entre 1979 e 1983, aumentam mais rápido que o de ocupados não empregados entre 1983 e 1985.

Essas mudanças na estrutura de posições na ocupação da região metropolitana de São Paulo tem a ver com o comportamento diferenciado da ocupação total por ramo de atividade econômica e com modificações dessa estrutura em cada um dos ramos. Quanto ao primeiro aspecto da questão, os dados oficiais da PNAD

TABELA 12

REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO: EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO ENTRE 1979 E 1985

POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	PNAD - DADOS OFICIAIS				PNAD - FRAÇÃO DE AMOSTRAGEM			
	1983		1985		1983		1985	
	1979 = 100	Taxa Anual (79/83)	1979 = 100	Taxa Anual (83/85)	1979 = 100	Taxa Anual (79/83)	1979 = 100	Taxa Anual (83/85)
Empregado com Carteira	100,6	0,1	114,3	6,6	92,6	-1,9	101,2	4,6
Empregado sem Carteira	152,6	11,1	183,2	9,6	140,4	8,9	162,2	7,5
Ocupado Não Empregado	124,5	5,6	139,3	5,8	114,6	3,5	123,4	3,8
TOTAL OCUPADOS	112,5	3,0	128,9	7,1	103,5	0,9	114,2	5,0

não dão uma idéia tão clara do que ocorreu na Grande São Paulo durante a crise e início da recuperação (Tabela 13).

Em ramos como indústria de transformação, outras atividades industriais e serviços auxiliares da atividade econômica, o nível ocupacional de 1985 parece ainda não atingir o de 1979, ao contrário do informado pelos dados oficiais. Particularmente nos dois primeiros, pesa muito os empregados com carteira de trabalho, de modo que o fato deles não terem ainda recuperado, em 1985, o nível ocupacional de 1979, afeta a estrutura de posição na ocupação da Grande São Paulo.

Ao contrário, nos ramos prestação de serviços, atividades sociais, comércio de mercadorias e outras atividades é rápido o crescimento do nível ocupacional total em todo o período 1979/1985, embora num ritmo mais lento que o sugerido pelos dados oficiais. Com exceção do ramo outras atividades e, em particular, na prestação de serviços e em atividades sociais, e bastante expressivo o número de empregados sem carteira de trabalho de modo que o rápido aumento da ocupação total desses ramos contribuiu para a mudança na estrutura de posições na ocupação entre 1979 e 1985.

A superestimação do crescimento da ocupação no comércio de mercadorias pelos dados oficiais da PNAD tem mais a ver com a superestimação do aumento dos ocupados não empregados. Neste sentido também operou a superestimação do aumento na ocupação total dos ramos construção e transporte e comunicação entre 1979 e 1983 e a subestimação do declínio do nível ocupacional desses ramos entre 1983 e 1985. Neles, do mesmo modo em que no comércio de mercadorias, os ocupados não empregados pesam relativamente mais que os empregados sem carteira de trabalho.

Não obstante, mais importante, para a modificação na estrutura de posições na ocupação da Grande São Paulo entre 1979 e 1985, do que o comportamento diferenciado da ocupação total por ramos foram as mudanças na estrutura de posições na ocupa-

TABELA 13

REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO: EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO ENTRE 1979 E 1985

POR RAMO DE ATIVIDADE ECONÔMICA

RAMO DE ATIVIDADE	PNAD - DADOS OFICIAIS				PNAD - FRAÇÃO DE AMOSTRAGEM			
	1983		1985		1983		1985	
	1979 = 100	Taxa Anual (79/83)	1979 = 100	Taxa Anual (83/85)	1979 = 100	Taxa Anual (79/83)	1979 = 100	Taxa Anual (83/85)
Agricultura	72,0	-7,9	93,1	13,7	66,2	-9,8	82,5	11,6
Ind. de Transformação	91,7	-2,2	107,8	8,5	84,4	-4,2	95,5	6,4
Ind. de Construção	123,1	7,2	126,0	-2,3	131,6	5,0	111,6	-4,2
Outras Atividades Industriais	106,6	1,6	111,8	2,4	98,1	-0,5	99,0	0,5
Com. de Mercadorias	124,9	5,7	154,7	11,3	115,0	3,6	137,0	9,1
Prestação de Serviços	129,7	6,7	145,1	5,7	119,4	4,5	128,4	3,7
Serv. Auxiliares da Atividade Econômica	105,8	1,4	111,1	2,5	97,4	-0,7	98,4	0,5
Transporte e Comunicação	126,1	6,0	125,6	-0,2	116,1	3,8	111,3	-2,1
Atividades Sociais	132,3	7,2	156,1	8,6	121,8	5,0	138,3	6,6
Administração Pública	110,7	2,6	131,1	8,8	101,9	0,5	116,1	6,7
Outras Atividades	133,9	7,6	168,5	12,2	123,3	5,4	149,2	10,0
TOTAL ATIVIDADES	112,5	3,0	128,9	7,1	103,5	0,9	114,2	5,0

ção de cada um dos ramos. Isto pode ser ilustrado através de um exercício numérico, aplicando à ocupação total de cada ramo em 1983 e 1985, a estrutura de posição na ocupação vigente em 1979 (Tabela 14).

Os resultados obtidos expressam o número teórico de pessoas em cada posição na ocupação, de cada ramo, na hipótese dessas estruturas não terem se modificado entre os anos de 1979 e 1985. A soma dos valores obtidos nos diversos ramos permite expressar a estrutura global de posições na ocupação que estaria vigente na Grande São Paulo em 1983 e 1985, se não tivesse havido qualquer mudança nessas estruturas ao nível de cada ramo, e somente tivesse sido diferente o comportamento da ocupação total nos vários ramos.

A grande mudança na estrutura de posição na ocupação ocorreu entre 1979 e 1983. A proporção dos empregados com carteira de trabalho diminuiu de 67,7% para 60,5% ao mesmo tempo em que aumentaram a dos empregados sem carteira de 14,9% para 20,2% e a dos ocupados não empregados de 17,4% para 19,3%.

O aumento da proporção dos ocupados não empregados reflete, quase que exclusivamente, o aumento desproporcional da ocupação total em ramos como indústria da construção, comércio de mercadorias, prestação de serviços e transporte e comunicação, no qual é relativamente elevado o peso dos ocupados não empregados. De fato, a proporção dos ocupados não empregados seria exatamente igual ao valor efetivamente observado em 1983, se não tivesse havido qualquer mudança na estrutura de posições na ocupação de cada um dos ramos.

Isto não ocorre com os empregados com e sem carteira de trabalho. Se não tivessem acontecidas as mudanças que efetivamente ocorreram nas estruturas de posições na ocupação dos diversos ramos, a proporção dos empregados com carteira de trabalho na Grande São Paulo teria diminuído de 67,7% para 65,1% entre 1979 e 1983 e não para 60,5% como de fato ocorreu. Por sua

TABELA 14

REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO: IMPORTÂNCIA RELATIVA DO CRESCIMENTO DIFERENCIADO DA
OCUPAÇÃO TOTAL DOS RAMOS DE ATIVIDADE ECONÔMICA NA MUDANÇA DA
ESTRUTURA GLOBAL DE POSIÇÕES NA OCUPAÇÃO

POSIÇÕES NA OCUPAÇÃO	ESTRUTURA 1979	ESTRUTURA TEÓRICA PARA 1983 (1)	ESTRUTURA 1983	ESTRUTURA TEÓRICA I PARA 1985 (2)	ESTRUTURA 1985	ESTRUTURA TEÓRICA II PARA 1985 (3)
Empregado com Carteira	67,7	65,1	60,5	61,0	60,0	65,6
Empregado sem Carteira	14,9	15,9	20,2	20,1	21,2	15,9
Ocupado não Empregado	17,4	19,0	19,3	18,9	18,8	18,5
OCUPAÇÃO TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

- (1) Resultado da aplicação da estrutura de posições na ocupação de 1979 à ocupação total de cada ramo de atividade econômica observada em 1983.
- (2) Resultado da aplicação da estrutura de posições na ocupação de 1983 à ocupação total de cada ramo de atividade econômica observada em 1985.
- (3) Resultado da aplicação da estrutura de posições na ocupação de 1979 à ocupação total de cada ramo de atividade econômica observado em 1985.

vez, o aumento da proporção dos empregados sem carteira de trabalho teria sido de 14,9% para 15,9% e não para 20,2, com o que o número absoluto de empregados sem carteira não teria ultrapassado o de ocupados não empregados como de fato ocorreu.

Efetivamente, de um modo geral, entre 1979 e 1983 ocorreram poucas alterações nas proporções dos ocupados não empregados de cada um dos ramos de atividade econômica. As exceções são os aumentos da proporção de ocupados não empregados em agricultura e atividades sociais e da redução na indústria de construção. As mudanças são mais pronunciadas, e de um modo geral na mesma direção, no caso das proporções de empregados com e sem carteira de trabalho. Apenas no comércio de mercadorias, transporte e comunicação e outras atividades não houve um aumento significativo na proporção de empregados sem carteira às custas principalmente de uma redução na de empregados com carteira (Tabela 15).

Entre 1983 e 1985 mudou muito pouco a estrutura de posições na ocupação da Grande São Paulo. Novamente a proporção de ocupados não empregados observada em 1985 é praticamente a mesma da obtida por simulação, mantendo em 1985, em todos os ramos, a estrutura de posição na ocupação observada em 1983. De fato o peso dos ocupados não empregados só mudou substancialmente entre 1983 e 1985 no comércio de mercadorias, no qual aumentou, e em transporte e comunicações, no qual diminuiu (Tabelas 14 e 15).

No caso dos empregados, não prossegue na recuperação a queda generalizada na proporção dos com carteira com aumento da dos sem carteira. Isto só ocorre em indústria de transformação e comércio de mercadorias e outras atividades. Porém tampouco ocorre uma reversão à estrutura de posição na ocupação verificada em 1979. Isto praticamente só deu em outras atividades industriais. Entretanto, mesmo que todos os ramos voltassem a apresentar a mesma estrutura de posição na ocupação de 1979, a estrutura global seria bastante diferente, devido a composição da ocupação total por ramo de atividade econômica.

TABELA 15

REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO: ESTRUTURA DE POSIÇÕES NA OCUPAÇÃO DE ATIVIDADE ECONÔMICA EM 1979/1985

RAMO DE ATIVIDADE	1979				1983				1985			
	Empregado com Carteira	Empregado sem Carteira	Ocupado não Empregado	Total Ocupado	Empregado com Carteira	Empregado sem Carteira	Ocupado não Empregado	Total Ocupado	Empregado com Carteira	Empregado sem Carteira	Ocupado não Empregado	Total Ocupado
Agricultura	26,4	30,9	42,7	100,0	9,0	41,7	49,3	100,0	20,5	31,5	48,0	100,0
Indústria de Transformação	90,6	5,6	3,8	100,0	87,6	7,9	4,5	100,0	85,0	10,2	4,8	100,0
Indústria da Construção	47,7	12,4	39,9	100,0	43,8	20,8	35,4	100,0	44,5	19,9	35,6	100,0
Outras Atividades Industriais	89,9	10,1	0	100,0	83,6	14,5	1,9	100,0	91,2	7,5	1,3	100,0
Comércio de Mercadorias	52,6	13,8	33,6	100,0	51,5	14,0	34,5	100,0	44,8	17,0	38,2	100,0
Prestação de Serviços	36,7	29,5	33,8	100,0	31,7	34,6	33,7	100,0	31,1	36,3	32,6	100,0
Serviço Auxiliar de Atividade Econômica	60,0	9,0	31,0	100,0	56,2	11,2	32,6	100,0	56,5	11,7	31,8	100,0
Transporte e Comunicação	69,3	5,1	25,6	100,0	68,5	6,9	24,6	100,0	74,1	8,1	17,8	100,0
Atividades Sociais	65,7	27,9	6,4	100,0	50,8	39,0	10,2	100,0	51,9	38,6	9,5	100,0
Administração Pública	40,7	59,3	0	100,0	17,5	82,5	0	100,0	29,4	70,6	0	100,0
Outras Atividades	87,8	5,1	7,1	100,0	89,9	4,4	5,7	100,0	87,7	6,9	5,4	100,0
TOTAL GERAL	67,7	14,9	17,4	100,0	60,5	20,2	19,3	100,0	60,0	21,2	18,8	100,0

De fato, aplicando as estruturas de posição na ocupação dos ramos observada em 1979 as suas ocupações totais de 1983 e 1985, é pouco o que se altera entre esses dois últimos anos a estrutura global teórica das posições na ocupação da Grande São Paulo. A proporção dos empregados sem carteira seria exatamente a mesma (19,5%), a dos empregados com carteira aumentaria ligeiramente (65,1% para 65,6%) enquanto diminuiria a dos ocupados não empregados (19% para 18,5%) (Tabela 14).

Isto porque a composição da ocupação total, por ramo de atividade econômica, não reverte a situação prévia à crise. De um lado, isto se deve a que 1985 é apenas o início da recuperação que prosseguiu durante 1986. Em parte por isto, a proporção da ocupação total na indústria de transformação que caiu de 37,9% para 30,8% entre 1979 e 1983 ainda se situava em 31,7% em 1985. Simetricamente, a proporção da ocupação total na prestação de serviços que havia aumentado de 17,2% para 19,8% entre 1979 e 1983 começa a diminuir na recuperação, mas ainda e de 19,3%. Ocorre, entretanto, que em ramos como o comércio de mercadorias, atividades sociais e outras atividades, que aumentaram seu peso na ocupação total durante a crise, continuaram a se expandir durante a recuperação não dando mostra em 1985 de diminuir sua proporção na ocupação total (Tabela 16).

De modo que, embora parte da expansão da ocupação de muitos ramos entre 1979 e 1983 tenha sido provocado em grande medida pelo desemprego que a crise provocou principalmente na indústria de transformação, outra parte deve-se ao próprio crescimento "vegetativo" desses ramos. Isto faz com que a recuperação do nível de emprego da indústria de transformação não signifique um processo de reversão à estrutura do emprego prévia a crise. Não apenas não se retorna à mesma composição da ocupação total prévia à crise, como, tampouco, à estrutura global de posições na ocupação.

TABELA 16

REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO: DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS POR RAMO DE
ATIVIDADE ECONÔMICA EM 1979, 1983 E 1985

RAMO DE ATIVIDADE	PESSOAL OCUPADO		
	1979	1983	1985
Agricultura	0,8	0,5	0,6
Indústria de Transformação	37,9	30,8	31,7
Indústria da Construção	5,9	7,0	5,8
Outras Atividades Industriais	1,3	1,2	1,1
Comércio de Mercadorias	11,6	12,9	13,9
Prestação de Serviços	17,2	19,8	19,3
Serviços Auxiliares da Atividade Econômica	5,1	4,8	4,3
Transporte e Comunicação	4,7	5,2	4,6
Atividades Sociais	7,0	8,3	8,5
Administração Pública	3,5	3,5	3,6
Outras Atividades	5,0	6,0	6,6
TOTAL ATIVIDADES	100,0	100,0	100,0

3.2 - EMPREGO INDUSTRIAL NA GRANDE SÃO PAULO: RAIS E FIESP

Problemas para a Utilização da RAIS

A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) também apresenta uma série de problemas para retratar o comportamento do emprego durante a crise e início da recuperação da atividade econômica, na Região Metropolitana de São Paulo. Tratando-se de levantamento administrativo com a finalidade de fiscalização da realização de programas governamentais e/ou de cumprimento de normas estabelecidas pelo Governo, foge de qualquer controle estatístico próprio de levantamentos com base em amostragem, realizados por instituições especializadas para fins específicos de pesquisa (1).

Um desses problemas pode ser particularmente grave devido à implantação recente deste sistema de coleta de dados. Não se trata apenas de dificuldades comuns associadas ao caráter ainda "experimental" do levantamento. Por pretender coletar dados sobre o universo das informações, e não para uma amostra representativa, o aperfeiçoamento gradativo do sistema de coleta pode sugerir, nos resultados apresentados, uma evolução das variáveis que não corresponde ao seu comportamento efetivo.

Assim, por exemplo, o registro pela RAIS de um aumento número de empregos entre dois anos consecutivos pode estar refletindo, não a criação de postos de trabalho adicionais em consequência da ampliação da atividade econômica, mas sim um resultado da melhora na eficiência do sistema de coleta de dados ao ampliar-se sua cobertura no universo das instituições que constituem o objeto do levantamento.

As informações são fornecidas pelas instituições empregadoras. Elas se enquadram nas diversas classificações e conceitos através de instruções. Nisto, há vantagens e desvantagens

(1) Ver Anexo.

com relação a levantamentos realizados em domicílios, onde quem presta as informações são as pessoas entrevistadas. Provavelmente, estas últimas estão melhor capacitadas para fornecer informações sobre as características pessoais do trabalhador enquanto o empregador tem melhores condições para descrever as características do emprego.

Isto não isenta de problemas os levantamentos de estabelecimentos. Por exemplo, o auto-enquadramento do empregador via instruções pode levar a distorções no caso de haver centralização na administração geral dos dados referentes a estabelecimentos ou órgãos situados noutras localidades. Essas distorções prejudicariam a própria descrição da distribuição do emprego por tipo de atividade econômica.

Esses problemas a RAIS comparte com outros levantamentos de estabelecimentos. Cabe destacar, entretanto, que o conceito de estabelecimentos da RAIS é diferente do aplicado nas pesquisas e censos da atividade econômica realizadas pelo IBGE. O conceito de estabelecimento da RAIS está mais próximo da idéia de unidade local que de unidade de registro de custos que prevalece no IBGE. Ambos têm vantagens e desvantagens. É provável que o do IBGE permita uma melhor aproximação aos processos de produção enquanto o da RAIS expressa melhor a entidade que toma as decisões de emprego e remuneração.

Um problema específico da RAIS tem a ver com o fato de se levantar informações sobre um ano determinando a partir de declarações do empregador em março do ano seguinte. Além da possibilidade de acumulação de erros na descrição dos dados sobre as variáveis no transcurso do ano, não são contabilizados, no ano base, todos os empregos de estabelecimentos que encerraram suas atividades em algum momento entre o início do ano base e o mês da declaração da RAIS.

É difícil estimar a ordem de grandeza dos efeitos desta última fonte de distorção. Uma idéia grosseira sobre ela é proporcionada pelo confronto do emprego em 31 de dezembro, de

um ano particular, com o de 1º de janeiro do ano seguinte. Esses números foram declarados nos levantamentos de dois anos consecutivos, respectivamente em março dos anos seguintes (tabela 1). As diferenças podem ser atribuídas não só a erros nas declarações mas também a variações no número de estabelecimentos que declaram a RAIS.

Para o conjunto de todas as atividades econômicas da grande São Paulo a maior diferença de dados de emprego entre 31 de dezembro e 1º de janeiro no período 1980/1985 é de 99 mil empregos e ocorre entre 1980 e 1981. Isto significa uma redução de emprego entre 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2,5%. Esta queda de emprego é registrada em quase todos os ramos da atividade econômica, notadamente na administração pública direta e autárquica. O curioso é que neste ramo sempre registram-se aumentos significativos de emprego entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de cada ano informado pela mesma RAIS. Tudo indica que a administração pública tem problemas específicos para informar corretamente o emprego na RAIS e isto afeta muito o resultado no conjunto de todas as atividades econômicas.

Nos demais ramos, as diferenças de emprego entre 31 de dezembro e 1º de janeiro são muito menores e podem estar associadas em grande medida ao desaparecimento ou surgimento efetivo de estabelecimentos entre datas sucessivas de declaração da RAIS. Assim, por exemplo, uma queda de emprego entre 31 de dezembro de 1980 e 1º de janeiro de 1981 pode estar, em parte, relacionado com o desaparecimento de estabelecimentos entre março de 1981 e março de 1982, datas das declarações da RAIS de 1980 e 1981. Do mesmo modo, um aumento de emprego entre 31 de dezembro de 1983 e 1º de janeiro de 1984 pode ser em parte relacionado ao aumento no número de estabelecimentos entre março de 1984 e março de 1985.

Não obstante, existem claros sintomas de que, além de erros de declaração e variações no número de estabelecimentos que declaram a RAIS, há também problemas de classificação dos estabelecimentos. Um deles se expressa no constante aumento do

TABELA 1

REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO: DIFERENÇA DE EMPREGO REGISTRADO NA RAIS ENTRE

31 DE DEZEMBRO E 1º DE JANEIRO DE ANOS CONTÍGUOS

RAMOS DE ATIVIDADE	DIFERENÇA ABSOLUTA DE EMPREGO ENTRE 31 DE DEZEMBRO E 1º DE JANEIRO				
	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84	1984/85
Extração e Tratamento de Minerais	40	115	156	206	403
Indústria de Produtos de Minerais Não-Metálicos	-1 762	-166	-1 005	753	153
Indústria Metalúrgica	-5 814	-5 632	-9 127	6 537	-5 280
Indústria Mecânica	-1 458	-6 271	-7 528	2 532	-976
Indústria de Material Elétrico e de Comunicações	-2 545	-2 653	-1 204	1 779	1 721
Indústria de Material de Transporte	2 401	3 729	-7 456	2 122	-1 164
Indústria da Madeira	-471	-110	53	-310	-73
Indústria do Mobiliário	-832	-745	-1 772	73	-648
Indústria de Papel e Papelão	-1 797	1 038	-2 127	852	-116
Indústria da Borracha	-274	5	-1 200	897	3 779
Indústria de Couros e Peles	657	-797	-220	-208	-329
Indústria Química	-10 838	-159	-994	4 808	61
Indústria de Produtos Farmacêuticos	-182	-1 414	231	773	323
Indústria de Perfumaria, Sabões e Velas	-29	-698	-1 104	861	-22
Indústria de Produtos de Matéria Plástica	-1 282	738	-1 468	-194	-1 265
Indústria Têxtil	227	-982	-9 333	1 680	-1 921
Indústria de Vestuário e Calçados	-2 210	-235	-788	240	-1 706
Indústria de Produtos Alimentares	-3 256	-817	-260	2 026	306
Indústria de Bebidas	-297	-279	-36	-25	72
Indústria de Fumo	61	71	-297	655	4
Indústria de Editorial e Gráfica	-570	-562	-3 879	3 706	-487
Indústrias Diversas	-1 318	2 612	-2 950	1 081	-448
Indústria de Utilidade Pública	3 264	-1 364	-1 939	2 545	621
Indústria da Construção	3 005	-2 684	-6 079	5 092	-5 941
Agricultura e Criação	-41	450	-482	-138	98
Serviços de Transporte	-286	-14 898	-999	941	512
Serviços de Comunicação	-1 421	-861	-12 876	13 999	1 553
Serviços de Alojamento e Alimentação	-994	-1 319	-1 356	2 128	-1 513
Serviços de Reparação, Manutenção e Conservação	-907	-800	-686	-96	-1 050
Serviços Pessoais	-2 563	-1 080	-2 967	-3 230	-1 367
Serviços Comerciais	-8 123	-2 406	-15 575	9 111	185
Serviços de Diversões	-84	278	-256	6	-309
Escritório Central e Regional de Gerência e Administração	6 275	9 245	7 874	9 605	7 564
Entidades Financeiras	-1 798	-1 574	102	8 900	13 736
Comércio Atacadista	-1 793	4 549	-919	1 974	-1 281
Comércio Varejista	-5 370	-1 218	-2 883	-3 890	1 989
Comércio, Incorporação, Loteamento e Administração de Imóvel	-501	-840	401	567	-283
Atividade Não Especificada ou Não Classificadas	-3 204	2 569	1 148	-1 417	1 408
Cooperativas	-17	-22	191	395	69
Fundações e Entidades Assistenciais sem fins de Lucro	-383	-639	1 143	10 444	13 571
Administração Pública Direta e Autárquica	-49 665	-42 341	-18 369	-10 836	-26 300
Não Declarou Atividade	-2 991	-7 594	51 297	-71 259	-20 223
TOTAL ATIVIDADES	-99 146	-75 761	-55 538	5 685	-24 574

FONTE: RAIS.

emprego no ramo escritório central e regional de gerência e administração, entre 31 de dezembro e 1º de janeiro, durante todo o período 1980/1985. Provavelmente isto está refletindo a mencionada centralização do registro do emprego na administração geral das empresas, repartições ou outras instituições.

Outro problema de classificação por atividade econômica se manifesta no grande aumento do emprego, entre 31 de dezembro de 1982 e 1º de janeiro de 1983, entre estabelecimentos que não declararam o ramo de atividade. A este aumento corresponde uma brusca redução de emprego em vários ramos, notadamente em serviços de comunicação e serviços comerciais. A situação reverte no ano seguinte. O emprego diminui fortemente nos estabelecimentos que não declaram atividade econômica entre 31 de dezembro de 1983 e 1º de janeiro de 1984 e aumenta bruscamente em vários ramos, principalmente nos serviços de comunicação e de comércio. Provavelmente houve uma atípica não declaração de ramo de atividade em março de 1984 (2).

Como predominou a redução de emprego entre 31 de dezembro e 1º de janeiro em anos contíguos não deve ter sido muito importante a ampliação da cobertura do cadastro de estabelecimentos que declaram a RAIS, pelo menos no que diz respeito à Região Metropolitana de São Paulo. Se isto de fato ocorreu, apenas escondeu a verdadeira magnitude de queda do emprego na crise e enalteceu o seu aumento na recuperação sem impedir o registro desta flutuação.

Utilização no Exame da Indústria

Estamos particularmente interessados em usar os dados da RAIS para ilustrar o comportamento do emprego na indústria de transformação da Grande São Paulo. Considerando a totalidade dos estabelecimentos da indústria de transformação, a queda proporcional do emprego, entre 31 de dezembro e 1º de janeiro, só é mais expressiva entre 1982 e 1983, e pode estar em parte relacionada ao aumento de emprego no ramo de escritório central e

(2) Isto não necessariamente envolve não declaração de atividade em muitos estabelecimentos. Basta que alguns poucos, porém muito grandes, não tenham declarado corretamente a atividade econômica.

regional de gerência e administração e entre estabelecimentos que não declararam atividade (tabela2)

Por sua vez, o aumento do emprego entre 31 de dezembro de 1983 e 1º de janeiro de 1984, na indústria de transformação da Grande São Paulo, pode estar refletindo, ao menos em parte, não o surgimento de novos estabelecimentos durante a recuperação entre março de 1984 e março de 1985, mas sim o retorno à declaração correta da atividade econômica de parte de alguns dos estabelecimentos industriais que não o fizeram em março de 1984.

De todos modos, a comparação da variação do emprego entre 31 de dezembro e 1º de janeiro, tal como informado pela RAIS de dois anos consecutivos, com a variação do emprego entre 1º de janeiro e 31 de dezembro, informado pela RAIS de um ano determinado, sugere que a queda do emprego nos anos de retração da atividade econômica e seu aumento nos anos de retomada da economia, deve-se mais a redução ou aumento da produção em estabelecimentos que ao desaparecimento ou surgimento de novos estabelecimentos.

Isto pode ter a ver com o fato de serem os estabelecimentos de menor tamanho em termos de emprego, aqueles que preponderantemente desaparecem na crise ou surgem no início de uma recuperação. Em todo caso, de ser verdadeira a hipótese de que o efetivo sobre o emprego da variação da produção em estabelecimentos, serviria de testemunha do grau de maturidade já atingida pela estrutura produtiva, ao menos na Grande São Paulo e levaria a qualificar teses que destacam o papel das empresas na geração do emprego

(3)

Medindo a queda do emprego na indústria de transformação, da Grande São Paulo, pela variação do emprego em 31 de dezembro, verifica-se que ela foi de 14,4% entre 1980 e 1981 e de 11,4% entre 1982 e 1983 (4). No primeiro caso a queda atribuível à redução no número de estabelecimentos corresponderia a 1,9% enquanto a associada à redução de produção nos estabeleci-

(3) Isto pode também estar refletindo a pequena cobertura das empresas pequenas pela RAIS, menos nos municípios da Grande São Paulo.

(4) O emprego em 31 de dezembro de 1982 é praticamente o mesmo de 31 de dezembro de 1983.

TABELA 2

REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO: VARIAÇÕES DO EMPREGO REGISTRADO PELA RAIS NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO ENTRE

31 DE DEZEMBRO E 1º DE JANEIRO DE ANOS CONTÍGUOS E ENTRE 1º DE JANEIRO E 31 DE DEZEMBRO

GÊNEROS INDUSTRIAIS	1980/1981		1981/1982		1982/1983		1983/1984		1984/1985	
	31 Dez/ 1º Jan	1º Jan/ 31 Dez								
Produtos de Minerais Não-Metálicos	-2,9	-12,0	-0,3	-5,8	-2,1	-15,1	1,9	3,7	0,4	9,8
Metalúrgica	-2,2	-16,0	-2,6	-2,1	-4,4	-8,3	3,6	6,4	-2,7	11,8
Mecânica	-0,9	-13,6	-4,5	-7,2	-6,2	-10,9	2,5	6,2	-0,9	14,6
Material Elétrico e de Comunicações	-1,5	-15,5	-1,9	1,8	-0,9	-10,2	1,4	8,0	1,3	8,4
Material de Transporte	1,1	-26,4	2,3	6,7	-4,3	-6,5	1,4	13,8	-0,6	11,8
Madeira	-3,3	-10,5	-0,9	-2,4	0,5	-6,0	-2,8	0,8	-0,7	12,4
Mobiliário	-2,1	-9,2	-2,2	6,4	-4,9	-8,3	0,2	6,9	-1,9	14,7
Papel e Papelão	-3,8	-11,1	2,6	1,3	-5,1	-4,8	2,3	3,7	-0,3	6,4
Borracha	-0,8	-18,5	0,0	6,3	-4,3	-4,0	3,5	15,5	12,2	10,2
Couros e Peles	7,7	-6,1	-9,3	5,4	-2,7	-4,7	-2,7	1,0	-4,4	11,7
Química	-13,4	-6,9	-0,2	-2,9	-1,6	-3,2	8,0	0,7	0,1	5,0
Produtos Farmacêuticos	-0,7	-4,5	-5,3	0,1	0,9	-7,7	3,3	-3,1	1,4	0,4
Perfumaria, Sabões e Velas	-0,3	-1,9	-6,4	4,2	-10,4	-0,1	9,1	-0,8	-0,2	9,8
Produtos de Matéria Plástica	-1,7	-10,4	1,1	4,3	-2,1	-7,1	-0,3	8,4	-1,8	18,7
Têxtil	0,2	-9,6	-0,8	-3,0	-7,9	-11,5	1,7	4,5	-1,9	10,2
Vestuário e Calçado	-2,1	0,4	-0,2	7,2	-0,7	-6,1	0,2	4,8	-1,6	20,4
Produtos Alimentares	-4,3	-2,1	-1,1	-3,8	-0,4	-3,3	3,1	-3,7	0,5	5,1
Bebidas	-3,4	-0,6	-3,3	1,4	-0,4	-5,9	-0,3	-1,4	0,9	3,1
Fumo	2,8	-3,9	3,5	-8,5	-14,9	-30,7	55,5	-30,1	0,3	-8,4
Editorial e Gráfica	-1,0	-3,6	-1,0	4,4	-6,9	-7,3	7,6	1,6	-0,9	14,7
Diversos	-2,1	-10,0	4,8	1,4	-5,1	-6,7	2,1	11,3	-0,8	17,7
TOTAL INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	-1,9	-12,7	-0,9	0,5	-3,7	-7,9	2,5	6,1	-0,6	11,8

FONTE: RAIS.

mentos existentes seria de 12,7%. Já na queda de 11,4% observada entre 31 de dezembro de 1982 e 31 de dezembro de 1983, no máximo 3,7% corresponderia ao desaparecimento de estabelecimentos e 7,9% à queda da produção nos que sobreviveram.

Por sua vez, do aumento, de 8,7% no emprego da indústria de transformação da Grande São Paulo entre 31 de dezembro de 1983 e 31 de dezembro de 1984, no máximo 2,5% pode ser atribuível ao surgimento de novos estabelecimentos, enquanto 6,1% tem a ver com o aumento da produção em estabelecimentos existentes. Algo semelhante ocorreu entre 1984 e 1985. Praticamente todo o aumento de 11,2% no emprego se deve à maior produção de estabelecimentos existentes, já que ficou praticamente constante o emprego entre 31 de dezembro de 1984 e 1º de janeiro de 1985 declarados respectivamente em março de 1985 e março de 1986.

Os únicos ramos, nos quais a queda no emprego entre 31 de dezembro de 1980 e 1º de janeiro de 1981 foi proporcionalmente maior que a entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 1981, foram química, vestuário e calçado, produtos alimentares e bebidas. Já em 1982/83 isto ocorre em papel e papelão, borracha e perfumaria, sabões e velas. Na recuperação, em química, produtos alimentares, fumo e editorial e gráfica em 83/84 a borracha e produtos farmacêuticos em 84/85, o emprego aumentou proporcionalmente mais entre 31 de dezembro e 1º de janeiro que entre 1º de janeiro e 31 de dezembro.

Painel Fixo

Entretanto, fica a dúvida de se a RAIS consegue ilustrar corretamente o que ocorre com o emprego da indústria de transformação na Grande São Paulo. Tentaremos ajudar a dirimir essa dúvida comparando os dados da RAIS com os de outras fontes de informação. Começaremos comparando os dados brutos da RAIS com as informações de seu painel fixo (Tabela 3).

A rigor não se trata de um painel fixo que abrange em todos os anos os mesmos estabelecimentos, permitindo auferir

TABELA 3

REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO: EMPREGO NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

ENTRE 1980 E 1985

FONTES	1980		1981		1982		1983		1984		1985	
	Índice	Taxa	Índice	Taxa	Índice	Taxa	Índice	Taxa	Índice	Taxa	Índice	Taxa
RAIS - 31 de Dezembro	100,0	-	85,6	-14,4	85,2	-0,5	75,5	-11,4	82,1	8,7	91,3	11,2
RAIS - Painel - 31 de Dezembro	100,0	-	85,4	-14,6	84,5	-1,1	76,4	-9,6	82,5	8,0	-	-
RAIS - Dezembro	100,0	-	85,5	-14,5	85,2	-0,3	75,5	-11,4	81,6	8,0	90,6	11,0
FIESP - Dezembro	100,0	-	86,6	-13,4	84,5	-2,4	75,6	-10,5	78,5	3,8	88,8	13,1
RAIS - Média Mensal	100,0	-	91,5	-8,5	86,7	-5,2	78,8	-9,1	79,1	0,4	86,4	9,2
FIESP - Média Mensal	100,0	-	91,4	-8,6	87,1	-4,7	78,8	-9,5	76,4	-3,1	85,3	11,7

exatamente o comportamento do emprego nesses estabelecimentos , evitando possíveis flutuações de cobertura do cadastro. Na verdade, trata-se de painéis fixos apenas para anos consecutivos, não se mantendo o mesmo painel para comparações de anos consecutivos. Em todo caso ficam parcialmente excluídos os efeitos sobre o emprego de alterações no número de estabelecimentos.

A comparação da evolução do emprego em 31 de dezembro, segundo o painel e os dados brutos da RAIS, põe em evidência que ambas fontes de informações fornecem basicamente o mesmo quadro do comportamento do emprego da indústria de transformação da Região Metropolitana de São Paulo, no período de 1980 a 1984. Apenas a queda do emprego teria sido um pouco mais acentuada em 1982, segundo painel, ocorrendo o contrário em 1983 quando a queda seria mais pronunciada, segundo os dados brutos da RAIS.

A coerência dessas duas fontes de informação, quanto ao quadro global do comportamento do emprego no período 1980/1984, é um sintoma adicional de que as variações do emprego, por alterações no nível de estabelecimentos existentes são mais importantes que as variações no emprego por mudanças no número de estabelecimentos.

Os estabelecimentos que declararam a RAIS tanto em março de 1982 quanto em março de 1983 tiveram uma queda de emprego um pouco maior que a registrada para todos os estabelecimentos que declararam a RAIS nas duas oportunidades. Ou seja, a entrada e saída de estabelecimentos no cadastro dos declarantes da RAIS teve, nesta oportunidade, o efeito de suavizar a queda do emprego em 1982, seja porque aumentou o número de estabelecimentos, seja porque os que saíram do cadastro, de um modo geral, empregavam menos que os que entravam. Em 1983 ocorre exatamente o contrário, talvez refletindo o aprofundamento da crise entre março de 1983 e março de 1984.

Com as informações da RAIS sobre emprego em 1º de janeiro e 31 de dezembro, e sobre admissões e desligamentos em

cada um dos meses, tratamos de reconstruir a evolução mensal do emprego (5). Consideramos a média do emprego no início e no final de cada mês como representativo do emprego nesses meses.

Emprego segundo a RAIS e FIESP

A comparação da evolução do emprego no mês de dezembro, segundo os dados brutos da RAIS e o índice de emprego da FIESP também põe em evidência que as duas fontes de informação oferecem, grosso modo, o mesmo quadro global do comportamento do emprego da indústria de transformação na Grande São Paulo (Tabela 3).

A principal divergência é que segundo a RAIS o emprego cai mais em 1981 e 1983, permanecendo quase que constante em 1982, e há uma recuperação forte já desde 1984. Conforme o índice de emprego da FIESP a queda maior do emprego é também em 1981 e 1983, mas ela também diminui em 1982, e a recuperação do emprego é bem mais suave em 1984 e acelera mais bruscamente em 1985. Em todo caso, o fundo do poço em 1983 é de nível de emprego inferior em 25% ao de 1980 nas duas fontes de informações, enquanto que ela se situaria ainda em torno de 10% abaixo do de 1980 em 1985.

Uma coerência ainda maior, na informação do quadro da evolução do emprego industrial na Grande São Paulo na crise e início da recuperação, é proporcionada pela média mensal do emprego segundo os dados brutos da RAIS e o índice de emprego da FIESP (Tabela 3). A única discordância mais expressiva é que a FIESP acusa uma ligeira queda de emprego médio mensal entre 1983

(5) O emprego no último dia de janeiro foi obtido somando ao emprego em 1º de janeiro o número de admitidos durante este mês e diminuindo do resultado obtido o número dos desligados naquele mesmo mês. Considerou-se que este também seria o emprego em 1º de fevereiro. A repetição deste procedimento permitiu obter o emprego no início e no final de cada um dos meses do ano. Houve um problema: alguns estabelecimentos não consideram o mês em que ocorreram os desligamentos. Contornamos esse problema distribuindo proporcionalmente entre os meses do ano, o total de desligados sem data de desligamento.

e 1984 enquanto nos dados brutos da RAIS há uma constância no emprego médio mensal entre esses dois anos. Essa divergência é algo compensada, no ano seguinte, quando a FIESP acusa um aumento mais acentuado de emprego médio mensal (6).

Outro contraste do comportamento do emprego medido pelo estoque de final de ano e pela média mensal é muito significativo. O estoque de emprego no final do ano cai muito mais que a média mensal em 1981. No ano seguinte ocorre o contrário: a média mensal cai mais que o estoque de final de ano. Em 1983 o comportamento dos dois indicadores é bastante semelhante e voltam a divergir principalmente em 1984, início da recuperação, quando o estoque de final de ano aumenta mais rápido que a média mensal.

Essa divergência de indicações reflete a cronologia mensal do comportamento do emprego na crise e recuperação. Tratem-se de perceber essa evolução com os dados brutos da RAIS e o índice de emprego da FIESP (Tabela 4 e 5). Os números não são exatamente os mesmos mas eles oferecem um quadro geral das mudanças mensais de emprego na indústria de transformação da Grande São Paulo que é basicamente idêntico.

Os principais aspectos do comportamento mensal do emprego na indústria de transformação da Grande São Paulo ilustrados pelas duas fontes de informação são os seguintes: o crescimento mensal do emprego desacelera desde meados de 1980 e no final deste ano chega a declinar o próprio nível absoluto de emprego. Em 1981 o emprego diminui em todos os meses, mas a queda desacelera no final do ano. Em 1982 há uma ligeira recuperação do emprego desde o início do ano e que dura até meados do ano, voltando a diminuir o nível absoluto de emprego. Esta que-

(6) Recordando que houve um aumento significativo de emprego entre 31 de dezembro de 1983 e 19 de janeiro de 1984, talvez refletindo um aumento no número de estabelecimentos entre março de 1984 e março de 1985, essa divergência entre os dados da RAIS e FIESP poderia ser interpretada como resultado de uma adaptação mais rápida do cadastro da RAIS à variação no número de estabelecimentos durante a recuperação.

TABELA 4

REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO: VARIAÇÃO MENSAL DO EMPREGO NA INDÚSTRIA

DE TRANSFORMAÇÃO 1980/1985

MESES	1980		1981		1982		1983		1984		1985	
	RAIS	FIESP										
Janeiro	-	-	-2,9	-1,0	-1,4	0,1	-4,9	-1,4	1,6	-0,6	0,0	4,8
Fevereiro	0,8	0,3	-0,6	-0,9	0,4	0,4	-1,0	-2,1	0,1	-0,1	1,3	0,9
Março	0,7	1,0	-1,1	-1,6	0,5	0,5	-1,0	-1,2	0,0	0,0	0,9	0,7
Abril	0,7	0,1	-1,5	-2,4	0,9	-0,1	-0,5	-1,2	0,2	0,0	0,8	0,0
Maior	0,6	0,5	-1,5	-2,7	1,1	0,4	-0,0	-0,4	0,6	0,6	0,5	0,2
Junho	0,6	0,5	-1,4	-0,8	0,8	0,4	-0,1	-0,5	0,6	0,6	0,6	0,3
Julho	0,4	0,3	-1,3	-1,5	0,1	0,0	-0,6	-0,3	0,5	-0,4	0,8	1,3
Agosto	0,1	0,2	-1,8	-1,4	-0,2	0,0	-0,8	-0,8	0,7	0,8	0,9	0,4
Setembro	0,2	0,0	-1,6	-1,0	-0,1	-0,9	-0,8	-0,9	0,9	1,2	1,2	1,5
Outubro	0,3	0,3	-0,6	-0,5	-0,2	-0,7	-0,4	-1,0	1,1	0,8	1,6	1,6
Novembro	0,1	-0,3	-0,3	0,3	-0,7	-1,0	-0,5	-0,3	1,1	0,6	1,4	1,1
Dezembro	-1,0	-0,8	-1,0	-0,8	-1,4	-1,6	-1,3	-1,0	0,2	0,2	0,4	-0,4

TABELA 5

REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO: VARIACÃO DO EMPREGO NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO EM RELAÇÃO AO
MESMO MÊS DO ANO ANTERIOR 1980/1985

MÊS	1980/1981		1981/1982		1982/1983		1983/1984		1984/1985	
	RAIS	FIESP								
Janeiro	0,6	1,1	-13,2	-12,5	-3,8	-3,9	-5,3	-9,7	6,3	9,5
Fevereiro	-0,8	-0,1	-12,3	-11,3	-5,2	-6,3	-4,3	-7,9	7,6	10,6
Março	-2,6	-2,6	-10,9	-9,4	-6,6	-7,9	-3,2	-6,7	8,6	11,3
Abril	-4,7	-5,1	-8,7	-7,3	-7,9	-8,9	-2,5	-5,6	9,1	11,3
Maio	-6,7	-8,1	-6,4	-4,3	-8,9	-9,7	-1,9	-4,7	9,0	10,9
Junho	-8,5	-9,3	-4,3	-3,1	-9,7	-10,5	-1,2	-3,7	9,0	10,6
Julho	-10,1	-11,0	-2,9	-1,6	-10,4	-10,8	-0,0	-3,8	9,3	12,5
Agosto	-11,8	-12,4	-1,4	-0,2	-10,9	-11,5	1,5	-2,2	9,6	12,0
Setembro	-13,4	-13,3	0,1	-0,1	-11,5	-11,4	3,2	-0,2	9,9	12,4
Outubro	-14,1	-14,0	0,5	-0,4	-11,7	-11,7	4,8	1,6	10,4	13,2
Novembro	-14,5	-13,4	0,1	-1,6	-11,5	-11,1	6,4	2,6	10,8	13,7
Dezembro	-14,5	-13,4	-0,3	-2,5	-11,4	-10,5	8,0	3,9	11,0	13,0

da de emprego se prolonga todo o ano de 1983, desacelerando no final do ano. O emprego começa a recuperar-se desde o início de 1984, num ritmo que cresce com o passar do tempo e continua aumentando rapidamente durante todo o ano de 1985.

A comparação do emprego em iguais meses de anos consecutivos confirma os aspectos do seu comportamento mensal antes observados. A queda do emprego, entre 1980 e 1981, é cada vez maior a medida que avançamos no ano, ao fazer comparação antes referidas. Isto reflete o crescimento do emprego em quase todos os meses de 1980 e sua redução em todos os meses de 1981, o que fornece a razão pela qual a queda do emprego é maior entre 1980 e 1981, medindo-o pelo estoque de fim de ano comparativamente à média mensal.

Ocorre o contrário entre 1981 e 1982. A comparação do emprego nos primeiros meses do ano acusa uma queda substancial que vai diminuindo com o passar do ano. Reflete a queda do emprego em todos os meses de 1981 e sua ligeira recuperação em 1982. É isto que explica porque a queda da média mensal de emprego entre 1981 e 1982 é maior que a do estoque de fim de ano.

Entre 1982 e 1983 volta a ocorrer algo parecido ao observado em 1980/1981. A queda do emprego é cada vez maior a medida que avançamos nos meses do ano para fazer a comparação. Porém, a diferença, entre início e final do ano, não é tão grande. Isto parece refletir principalmente não só a maior queda do emprego durante 1981 que em 1983, mas também o fato de que o emprego industrial na Grande São Paulo em 1980 teve um comportamento mensal bem melhor que o observado em 1982. Por isso a queda do estoque de fim de ano foi bem maior, comparativamente a média mensal, em 1980/1981 do que em 1982/83.

Entre 1983 e 1984 a queda do emprego vai diminuindo a medida que avançamos no mês de comparação, e no final

do ano começa a aumentar (7). Isto reflete a queda do emprego em todos os meses de 1983 e seu aumento em quase todos os de 1984 e responde pelo fato do estoque de fim de ano aumentar muito mais que a média mensal entre 1983 e 1984.

Finalmente o crescimento do emprego é cada vez mais rápido ao avançar no mês de comparação dos anos de 1984 e 1985 mas sem que seja muito pronunciada as diferenças em consequência do emprego ter aumentado em quase todos os meses de 1984 e 1985. Por isso não é muito diferente o comportamento do estoque de fim de ano e da média mensal entre esses anos.

De modo que há uma consistência bastante grande de duas fontes de dados muito diferentes sobre o emprego na indústria de transformação da Grande São Paulo. Essa consistência é ulteriormente confirmada levando em conta, adicionalmente, os dados da PNAD sobre o número de empregados na indústria de transformação nesta região metropolitana (Tabela 6).

Os dados sobre mão-de-obra da PNAD-1979 referem-se a semana de 22 a 28 de outubro enquanto os da PNAD-1983 e PNAD-1985 tem por referência as semanas de 25 de setembro a 1º de outubro e de 22 a 28 de setembro, respectivamente. Para comparar as informações consideramos o índice da FIESP para os meses de outubro de 1979 e setembro de 1983 e 1985 e a média do emprego no início e final do mês de setembro de 1983 e 1985 segundo os dados brutos da RAIS.

O contraste dos dados da PNAD para empregados total e so os com carteira de trabalho assinada por empregadores, da indústria de transformação da Região Metropolitana de São Paulo, com o índice de emprego da FIESP, aponta no mesmo sentido que as

(7) Comparando ad duas fontes de informação, a queda é maior no início do ano e seu aumento é menor no final do ano pelo índice da FIESP. Nas taxas mensais a principal diferença entre as fontes ocorre no mês de janeiro que como vimos aumenta muito em relação a dezembro de 1983 segundo a RAIS.

TABELA 6

REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO: EMPREGO NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO EM 1979, 1983 e 1985

CONFORME FIESP E PNAD

FONTE DE INFORMAÇÃO	OUTUBRO/1979		SETEMBRO/1983		SETEMBRO/1985	
	Índice	Taxa Anual	Índice	Taxa Anual	Índice	Taxa Anual
PNAD - Oficial - Total de empregados	100,0	-	91,0	-2,4	106,7	8,3
PNAD - Oficial - Empregados com carteira	100,0	-	88,6	-3,1	101,2	6,9
PNAD - Fração amostragem - Total empregados	100,0	-	83,8	-4,4	94,5	6,2
PNAD - Fração amostragem - Empreg. c/carteira	100,0	-	81,5	-5,1	89,6	4,9
FIESP	100,0	-	78,7	-5,9	88,3	6,0
RAIS	-	-	-	-	-	6,5

suspeitas levantadas na seção anterior: a expansão da amostra da PNAD usando uma projeção independente do crescimento da população na Grande São Paulo subestima a queda do emprego entre 1979 e 1983 e superestima o aumento do emprego entre 1983 e 1985.

Entretanto, a expansão da amostra da PNAD pelo inverso da fração de amostragem parece ainda subestimar a queda do emprego industrial na Grande São Paulo entre 1979 e 1983 e superestimar o aumento deste emprego entre 1981 e 1985 (8). O índice da FIESP sugere que a queda do emprego industrial na Grande São Paulo teria sido de 6% ao ano entre 1979 e 1983 e não de 5% enquanto na recuperação teria aumentado também no ritmo de 6% ao ano e não de 5% (Tabela 6).

De modo que há uma razoável consistência nos dados de emprego industrial da Grande São Paulo no sentido de apontar uma forte queda durante os anos de 1981 e 1983, o qual se recupera desde 1984. Cabe aprofundar a descrição deste comportamento do emprego considerando-se a evolução dos números de empregados admitidos e desligados conforme a RAIS (Tabela 7 e 8).

Admissão e Desligamento Segundo a RAIS

No ano de 1980 o emprego industrial aumentou na Grande São Paulo. Em praticamente todos os meses deste ano as admis-

(8) É interessante apontar que o quadro do comportamento do emprego fornecido pelo índice da FIESP é compatível com um maior declínio na taxa de crescimento demográfico da Grande São Paulo do que o apontado pela expansão da amostra da PNAD pelo inverso da fração de amostragem. Ou seja, a divergência entre os dados de emprego da FIESP e da PNAD pode estar associada a uma possível subestimação da queda nas migrações para a Grande São Paulo durante a crise pelo procedimento estatístico de expansão pelo inverso da fração de amostragem. Se isto for verdadeiro, as observações do item anterior não captam devidamente os problemas da PNAD para retratar o comportamento do emprego na Região Metropolitana de São Paulo durante a crise, quer dizer, a subestimação da queda do emprego industrial é ainda maior do que o apontado.

TABELA 7

REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO: ADMISSÕES E DESLIGAMENTOS NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO EM 1980/1985

	1980		1981		1982		1983		1984		1985	
	Admissões (Milhares)	Deslig. (Milhares)										
Janeiro	92,2	74,2	69,1	73,5	55,0	46,6	42,4	50,4	42,9	41,4	64,6	41,3
Fevereiro	85,2	77,5	70,8	84,7	55,9	52,9	37,4	55,6	47,1	45,8	55,6	43,5
Março	94,4	80,1	55,4	78,2	70,2	58,8	46,1	55,6	43,6	44,6	61,5	48,4
Abril	77,0	67,1	40,8	64,7	60,6	45,8	36,6	39,4	42,4	35,1	52,3	45,5
Maiο	82,9	71,4	42,6	64,3	63,2	47,5	44,1	42,1	48,1	39,2	53,6	47,5
Junho	78,0	68,7	43,4	63,7	55,4	49,0	38,0	43,6	43,7	37,0	52,0	42,1
Julho	77,6	73,7	46,2	66,5	55,5	58,3	36,1	45,8	49,0	41,7	61,2	48,8
Agosto	75,8	75,2	47,1	80,6	58,4	61,6	41,4	53,0	52,1	41,8	66,7	52,3
Setembro	76,9	72,0	46,0	59,5	52,6	53,5	37,5	46,7	49,1	36,5	69,4	49,3
Outubro	70,3	65,6	46,8	50,3	40,2	45,4	34,2	35,8	53,8	36,4	72,7	45,2
Novembro	59,5	61,8	42,7	49,0	35,2	49,3	30,6	41,4	49,2	37,5	62,5	47,1
Dezembro	31,1	61,2	23,3	45,4	22,1	49,0	20,0	41,5	29,6	36,1	38,8	43,2
MÉDIA	75,1	70,7	47,9	65,0	52,0	51,5	37,0	45,9	45,9	39,4	59,3	46,0

FONTE: RAIS.

TABELA 8

REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO: TAXAS DE ADMISSÃO E DESLIGAMENTOS NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO EM 1980/1985

	1980		1981		1982		1983		1984		1985	
	Taxa Admissão %	Taxa Deslig. %										
Janeiro	5,7	4,6	4,3	4,6	3,9	3,3	3,1	3,7	3,4	3,2	4,8	3,0
Fevereiro	5,3	4,8	4,4	5,3	4,0	3,8	2,8	4,2	3,7	3,6	4,0	3,2
Março	5,8	4,9	3,5	4,9	5,0	4,2	3,5	4,2	3,4	3,5	4,4	3,5
Abril	4,7	4,1	2,6	4,1	4,2	3,2	2,8	3,0	3,3	2,7	3,7	3,1
Maiο	5,0	4,3	2,8	4,2	4,4	3,3	3,4	3,2	3,7	3,0	3,8	3,4
Junho	4,7	4,1	2,9	4,2	3,8	3,4	2,9	3,3	3,4	2,9	3,7	3,0
Julho	4,7	4,4	3,1	4,4	3,8	4,0	2,8	3,5	3,8	3,2	4,3	3,4
Agosto	4,5	4,5	3,2	5,5	4,0	4,2	3,2	4,1	4,0	3,2	4,6	3,6
Setembro	4,6	4,3	3,2	4,1	3,6	3,7	2,9	3,6	3,7	2,8	4,8	3,4
Outubro	4,2	3,9	3,2	3,5	2,8	3,1	2,7	2,8	4,0	2,7	4,9	3,1
Novembro	3,5	3,7	3,0	3,4	2,5	3,4	2,4	3,3	3,6	2,8	4,2	3,1
Dezembro	1,9	3,7	1,6	3,2	1,6	3,5	1,6	3,3	2,2	2,7	2,6	2,9
MÉDIA	4,5	4,3	3,1	4,3	3,6	3,6	2,8	3,5	3,5	3,0	4,1	3,2

FONTE: RAIS

sões superaram os desligamentos. Proporcionalmente à média de empregados em cada um dos meses, os números de admitidos e desligados são elevados, refletindo uma alta taxa de rotatividade. Durante 1980, as contratações para repor os empregados desligados superaram, em grande proporção, as contratações que permitiram expandir o emprego. Assim, na média mensal, foram contratados 75,1 mil empregados industriais sendo que 79,7 mil para substituir empregados desligados. Ou seja, todos os meses, em média, se contratou o equivalente a 4,5% do emprego total para permitir uma expansão de apenas 0,2% sendo 4,3% simples reposição de empregados desligados.

A forte queda do emprego durante 1981 esteve relacionada a uma redução no número de admissões. Salvo exceções, o número de empregados desligados mensalmente não aumentou entre 1980 e 1981. As exceções foram os meses de fevereiro e agosto. Nesses meses aumentou bruscamente o número de empregados industriais desligados na Grande São Paulo. Respondem por isto os ramos "metalúrgicos", notadamente material de transporte. Só em agosto de 1981 foram desligados do ramo material de transportes cerca de 18,6 mil empregados, correspondendo a 10% do emprego médio deste ramo industrial naquele mês de 1981.

É interessante observar a relativa constância das taxas de desligamento mensal na indústria de transformação da Grande São Paulo entre 1980 e 1981. Esta constância, entretanto, não reflete a presença generalizada de um padrão sazonal de dispensas que se preservasse entre 1980 e 1981, ao nível dos diversos gêneros da atividade industrial. Na verdade, ocorreram compensações entre ramos, notando-se uma tendência à queda nas taxas de desligamento, mascaradas por eventuais aumentos bruscos de desligamentos em ramos particulares, como o ocorrido em agosto de 1981 com material de transporte.

Os aumentos bruscos de dispensas em ramos particulares, porém importantes do ponto de vista do emprego, introduzem uma defasagem na queda das taxas de desligamento na indústria

de transformação da Grande São Paulo. As taxas de admissão diminuíram fortemente em 1981 mas as taxas de desligamento só caíram significativamente em 1982, quando se estabilizou o nível de emprego industrial na Grande São Paulo.

Algo análogo ocorreu durante a forte queda do emprego industrial em 1983. As taxas de admissão declinam bruscamente enquanto as taxas de desligamento só diminuíram no ano seguinte, quando deixou de diminuir o emprego. Novamente, as explosões localizadas de dispensas retardaram a manifestação da tendência ao declínio das taxas de desligamento.

De modo que as altas taxas de rotatividade imperantes na indústria de transformação paulista impõem uma estreita relação entre as taxas de admissão e dispensa. Devemos entretanto ter presente que nos referimos a agregados de indústrias que podem estar apresentando comportamentos de emprego, com o que não são os mesmos estabelecimentos que contratam e desligam a mão-de-obra. De fato, somente quando referidos a unidades produtivas particulares as taxas de admissão e desligamentos necessariamente indicam substituição de empregados.

Em todo caso, as enormes flutuações de emprego observadas em indústrias e unidades produtivas particulares são expressão de precariedade e instabilidade das relações de emprego no país e portanto de altas taxas de rotatividade. Estas, se manifestam não somente na dispensa de empregados e contratação simultânea de novos trabalhadores, mas também na facilidade com que se dispensa sempre que diminuem as perspectivas de sustentação da atividade econômica.

Seria importante poder distinguir as duas situações de instabilidade nas relações de emprego: a que está associada a flutuações no nível de emprego de várias indústrias e a que diz respeito propriamente à substituição de empregados por novos trabalhadores, mantido o nível de emprego da indústria. No primeiro caso, a correlação entre os números de admissões e desligamentos apenas indica compensações setoriais num agregado heterogêneo, sem necessariamente ter maiores implicações sobre o perfil da mão-de-obra que permanece empregada em cada um dos setores. Assim, por exemplo, a queda nas taxas de admissão e desligamento embora traduzam a instabilidade das relações de emprego não indicam queda na rotatividade do trabalho. Além disso, a defasagem na redução das taxas de desligamento também, é efeito de comportamentos setoriais específicos, que retardam a manifestação de uma tendência à queda

nos desligamentos associada à menor flutuação no emprego dos diversos setores.

Outra seria a situação de uma unidade produtiva isolada para a qual a queda nas taxas de admissão e dispensa estão associadas a menor rotatividade de trabalho. Neste caso, um atraso na queda da taxa de desligamento significaria uma expressiva alteração no perfil da mão-de-obra que permanece no emprego em termos de seu tempo de serviço no mesmo estabelecimento. Ao se admitir menor número de novos trabalhadores e continuar dispensado grandes contingentes de empregados, a queda no nível de emprego é acompanhada de uma diminuição na proporção da mão-de-obra com maior tempo de serviço, provavelmente melhor qualidade e/ou especializada.

De modo que, quando as altas taxas de admissão e desligamento de correm, pura e simplesmente, de comportamento divergente do emprego num agregado heterogêneo de unidades produtivas não indicam rotatividade ou substituição de mão-de-obra. Portanto, neste caso, uma redução nas taxas de admissão e desligamento não significam tampouco menor rotatividade ou substituição de empregados. Apenas indicam menor flutuação setorial no nível de emprego a partir de menores contratações e dispensas de mão-de-obra temporária, sem afetar significativamente o grupo fixo que sempre se mantém empregado no mesmo estabelecimento.

Não temos informação suficiente para isolar estatisticamente as duas situações, o que é necessário para uma avaliação mais adequada do comportamento de emprego industrial na grande São Paulo durante a crise. Ela é necessária, inclusive, para a correta interpretação do fato de, no Brasil, por conta de instabilidade das relações de emprego, a queda do seu nível ocorrer, mais por redução de admissões que por aumento de dispensas (9). A afirmação é sempre verdadeira mas, num caso, o desemprego afeta o pessoal mais estável, qualificado e/ou especializado e, no outro, incide exclusivamente sobre os que, noutras circunstâncias de nível de atividade econômica, estariam empregados, temporária ou permanentemente.

Informações mais detalhadas que as atualmente disponíveis sobre o tempo de serviço dos que foram desligados na crise e dos que permaneceram empregados nos mesmos estabelecimentos, ajudariam a esclarecer a questão anterior sobre as quais foram os empregados mais afetados pela crise. Mudanças muito bruscas nas distribuições de empregados e desligados, por tempo de serviço, completariam os dados sobre proporções de admissões e dispensas, ajudando a caracterizar o fenômeno da rotatividade no trabalho.

(9) Ver Saboia J. e Tolipan R. (1986)

As poucas informações neste sentido apontam para um aumento no tempo de serviço dos empregados durante a crise, o que vai na direção de um menor efeito de queda do emprego sobre os trabalhadores com maior tempo de serviço (10). Enquanto os dados são muito agregados setorial e geograficamente, dificultando uma melhor interpretação deste resultado.

No início da recuperação ocorre um movimento simétrico nas taxas de admissão e desligamento. As taxas de admissão aumentam rapidamente enquanto as de desligamento, primeiro diminuem pelo efeito defasagem durante a queda no emprego e, depois, aumentam, porém mais lentamente. De modo que, no final de 1985 as taxas de admissão estão praticamente nos níveis de fim de 1980 enquanto as de desligamento são bastante inferiores. O emprego, portanto, se recuperará rapidamente.

Ainda não há dados disponíveis mas provavelmente as taxas de desligamento voltaram aos níveis pré-crise em 1986. Como permaneceu uma forte retomada do emprego industrial na Grande São Paulo, as taxas de admissão devem ter superado significativamente as observadas em 1980. Considerando que diminuiu o ritmo de crescimento da população ativa na Grande São Paulo durante a crise, e que o emprego noutros setores da atividade econômica não foi tão afetado pela crise como o da indústria de transformação, deve ter havido problemas de escassez de mão-de-obra em 1986 apesar de que, segundo o índice de emprego da FIESP, o nível de emprego industrial na Grande São Paulo, em fins de 1986, ainda era ligeiramente inferior ao observado em fins de 1980.

O significado preciso desses prováveis problemas de escassez de mão-de-obra depende da avaliação mais detalhada do que ocorreu com o emprego industrial, na crise. Assim, por exemplo, se o desemprego na crise afetou o estoque fixo de mão-de-obra mais estável, qualificada e/ou especializada, a escassez de mão-de-obra na recuperação é também um problema de qualidade formação profissional da força trabalho. Se ao contrário, as empresas preservaram, na crise, seu grupo de mão-de-obra mais estável, qualificada e/ou especializada, com o que a crise afetou, na margem, a mão-de-obra mais temporária, o problema da escas-

(10) Ver Saboia J. e Tolipan R. (1986)

sez de mão-de-obra na recuperação é fundamentalmente um problema quantitativo. E decorrente da própria instabilidade das relações de trabalho no país que faz com que, num nível de emprego ainda inferior ao da pré-crise, a rapidez com que se recuperou leva a taxas de admissão e desligamentos tão elevadas que, se requer um estoque de mão-de-obra disponível bastante superior ao nível de emprego alcançado. Por isto, apesar do nível das taxas de desemprego observadas em fins de 1986 ainda serem relativamente altas, pode-se dizer que já estariam refletindo o desemprego friccional dos que mudam de emprego.

Os movimentos observados nas taxas de admissão e desligamento, no conjunto da indústria de transformação da Grande São Paulo, ocorreu de um modo geral em todos os ramos. Tanto na crise como na recuperação as taxas de admissão são mais sensíveis, as de desligamento não aumentam na crise, diminuem com um atraso em relação à queda na atividade econômica e aumentam com defasagem na recuperação (Tabela 9)

Admissões e Desligamentos Segundo Setores

Há, entretanto, grandes diferenças setoriais de taxas de admissão e desligamento. Em geral a taxa de admissão é mais alta nos ramos onde a taxa de desligamento também é mais alta. Assim, em 1980, os números médios mensais de admitidos e de desligados superam 5% do emprego médio mensal em produtos de minerais não metálicos, madeira, mobiliário, couros e peles, produtos de matéria plástica, vestuário, calçados e diversos. Por outro lado, essas proporções são bem menores que 4% em ramos como material de transporte, química, produtos farmacêuticos, bebidas e fumo.

As menores relações entre admissões e emprego médio mensal se verificam em 1983. Mesmo neste ano, essa relação supera 4% em madeira, mobiliário, couro e pele, vestuário e calçado e está muito próximo de 4% em produtos de matéria plástica, produtos alimentares, editorial e gráfica e diversos. Já o ano de

TABELA 9

REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO: RELAÇÕES ENTRE ADMISSÕES, DESLIGAMENTOS E EMPREGO MÉDIO MENSAL POR

RAMO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

RAMO INDUSTRIAL	1980		1981		1982		1983		1984		1985	
	Admis- são ¹	Des- lig. ²										
Produtos de Minerais Não-Metálicos	5,1	5,0	3,8	4,8	3,5	4,0	2,8	4,2	3,8	3,5	4,1	3,4
Metalúrgica	4,8	4,5	3,1	4,6	3,6	3,8	2,7	3,4	3,4	2,9	4,0	3,1
Mecânica	4,1	3,7	2,7	3,9	2,8	3,4	2,4	3,4	3,5	3,0	4,2	3,1
Material Elétrico e de Comunicações	4,0	3,7	2,4	3,8	3,2	3,1	2,0	2,9	2,9	2,3	3,5	2,8
Material de Transporte	3,3	3,0	1,5	4,0	2,3	1,8	1,5	2,0	2,6	1,5	2,8	1,9
Madeira	5,4	5,2	4,0	4,9	4,4	4,6	4,1	4,6	4,2	4,2	5,2	4,2
Mobiliário	5,5	5,4	4,3	5,1	5,3	4,8	4,1	4,9	4,7	4,1	5,8	4,7
Papel e Papelão	4,3	4,0	2,9	3,8	3,5	3,4	2,9	3,3	3,3	3,0	3,5	3,0
Borracha	4,5	3,9	2,4	4,1	3,6	3,1	2,4	2,7	3,5	2,3	3,4	2,6
Couros e Peles	6,5	5,5	4,8	5,3	5,4	5,0	4,4	4,8	4,3	4,3	4,9	4,0
Química	3,1	2,9	2,3	2,9	2,3	2,5	1,9	2,2	2,3	2,1	2,7	2,3
Produtos Farmacêuticos	3,2	3,3	2,4	2,8	2,4	2,4	1,7	2,4	2,0	2,2	2,3	2,2
Perfumaria, Sabões e Velas	4,1	4,0	3,4	3,5	3,2	2,8	2,9	2,9	2,7	2,8	3,8	3,0
Produtos de Matéria Plástica	6,3	5,8	4,4	5,3	4,9	4,6	3,7	4,3	4,3	3,6	5,5	4,1
Têxtil	4,5	4,5	3,4	4,3	3,8	4,0	3,0	4,0	3,7	3,3	4,1	3,3
Vestuário e Calçado	6,5	6,1	5,7	5,7	5,9	4,7	5,1	5,6	5,6	5,2	6,6	5,0
Produtos Alimentares	5,0	4,9	4,4	4,5	4,1	4,4	3,7	4,0	3,4	4,0	4,6	4,2
Bebidas	2,8	3,4	2,8	2,8	2,3	2,2	1,5	2,0	2,0	2,2	2,2	2,0
Fumo	1,4	2,4	1,7	2,0	0,6	1,3	0,5	3,4	1,3	4,5	1,5	2,3
Editorial e Gráfica	4,5	4,4	3,6	3,9	4,1	3,7	3,6	4,3	3,8	3,6	4,7	3,5
Diversos	5,7	5,4	4,0	4,9	4,5	4,4	3,5	4,1	4,5	3,6	5,6	4,2
TOTAL INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	4,5	4,3	3,2	4,3	3,6	3,6	2,8	3,5	3,5	3,0	4,1	3,2

FONTE: RAIS.

NOTAS: ¹Relação entre o número médio mensal de admissões e o emprego médio mensal expresso em porcentagem.²Relação entre o número médio mensal de desligamentos e o emprego médio mensal expresso em porcentagem.

menores relações entre desligamentos e emprego médio mensal e 1984. Neste ano essa relação supera 4% em madeira, mobiliário, couro e peles, vestuário e calçados, produtos alimentares e fumo e está próximo de 4% em produtos de minerais não metálicos, produtos de matéria plástica, editorial e gráfica e diversos. Esses, com exceção de fumo, são os ramos onde é mais instável o emprego.

As menores admissões em relação ao emprego médio mensal em 1983 se verificam em material de transporte, química, produtos farmacêuticos, bebidas e fumo (inferiores a 2%) já as menores relações entre desligamentos e emprego médio mensal em 1984 se verificam em material elétrico e de comunicações, material de transporte, borracha, química, produtos farmacêuticos e bebidas. Esses são os ramos onde é menos instável o emprego.

Na crise, o emprego diminui tanto nos ramos em que ela é muito instável quanto nos que a sua instabilidade é menor. Entretanto, a queda no emprego foi setorialmente muito diferenciada, notando-se importantes modificações em sua composição por ramo industrial. Assim, durante a primeira grande queda no emprego industrial da Grande São Paulo em 1981 ela se concentrou basicamente nos ramos metalúrgica, material elétrico e comunicações, material de transporte e química, que perderam participação relativa no emprego industrial global (Tabela 10).

Medindo o emprego em 31 de dezembro, esses 5 ramos alcançaram 46% do emprego industrial da Grande São Paulo em 1980 empregando 759,9 mil pessoas (11). Perderam em conjunto 152,3

(11) A cronologia mensal do comportamento do emprego industrial na Grande São Paulo sugere que o estoque de emprego no final do ano retrata melhor a evolução da crise e início da recuperação que a média mensal de cada ano. Esta última não deixa tão claro o comportamento do emprego porque dilui a descontinuidade dos movimentos: queda em 1981, manutenção de nível em 1982, nova queda em 1983, recuperação a partir de 1984.

mil empregos entre 1980 e 1981. Esta perda significou 64,1% da queda global do emprego industrial na Grande São Paulo entre 31 de dezembro de 1980 e 31 de dezembro de 1981 que afetou 237,6 mil pessoas.

Embora todos os ramos tivessem uma queda de emprego entre 1980 e 1981, ela foi bem menor em ramos como têxtil, vestuário e calçado e produtos alimentares. Esses ramos empregavam 314,6 mil pessoas em 31 de dezembro de 1980 abarcando 19% do emprego industrial da Grande São Paulo. Não obstante, tiveram em conjunto uma perda de 19,3 mil empregados entre 1980 e 1981, respondendo por apenas 8,1% da queda global do emprego industrial na Grande São Paulo.

A diminuição do emprego foi muito pequena entre 1981 e 1982. Afetou a 6,6 mil pessoas entre 31 de dezembro de 1981 e 31 de dezembro de 1982. Novamente há diferenças setoriais, notando-se algumas mudanças na composição do emprego industrial da Grande São Paulo, nuns ramos o emprego aumentou e noutros o emprego diminuiu. Assim, material de transporte (14,8 mil) e vestuário e calçado (7,0 mil) empregavam mais pessoas em 31 de dezembro de 1982 que em 31 de dezembro de 1981, ocorrendo o contrário na metalúrgica (10,0 mil) e na mecânica (15,7 mil).

A queda de emprego industrial foi novamente grande e generalizada entre 1982 e 1983. Embora atingindo todos os ramos, a queda do emprego também se concentrou em alguns poucos. Do grupo de ramos mais afetados com a recessão de 1980/81 mudou apenas um deles entre os mais afetados pela de 1982/83. A têxtil subsistiu a química entre os ramos principais responsáveis pelo desemprego.

Metalúrgica, mecânica, material elétrico e de comunicação, material de transporte e têxtil empregavam 760,5 mil pessoas em 31 de dezembro de 1982 abarcando 54,2% do emprego industrial da Grande São Paulo. Responderam no entanto pelo desemprego de 101,1 mil pessoas que perderam o emprego entre esta

última data e 31 de dezembro de 1983. Como a queda no emprego industrial de São Paulo foi de 159,0 mil, atingiu 63,6% deste total.

De modo que, considerando todo o período da crise 1980/1983 houve uma redução de 403,2 mil empregos industriais na Grande São Paulo. Os 4 ramos "metalúrgicos" que abarcaram metade deste emprego industrial foram responsáveis por 60,5% desta queda, desempregando 243,9 mil pessoas entre 31 de dezembro de 1980 e 31 de dezembro de 1983..

Embora muito concentrado nos metalúrgicos o desemprego afetou todos os ramos industriais da Grande São Paulo. Outros ramos muito afetados foram têxtil, química e produtos de minerais não metálicos. Com 16,7% do emprego industrial de 1980 responderam por 19,8% da queda neste emprego entre 1980 e 1983. Dos ramos com alguma exprego os menos afetados foram mobiliário, papel e papelão, borracha, produtos de matéria plástica, vestuário e calçados, produtos alimentares, editorial e gráfica e diversos. O peso do conjunto desses ramos aumentou de 29,8% para 34,0% do emprego industrial global na Grande São Paulo entre 1980 e 1983.

Na recuperação a partir de 1984 o emprego também aumenta em todos os ramos. Entretanto, o emprego industrial global em 31 de dezembro de 1985 supera o de 31 de dezembro de 1983 em 259,1 mil, ou seja, recuperaram-se apenas 64,3% dos empregos industriais da Grande São Paulo perdidos na crise, durante os anos de 1984 e 1985.

A recuperação desses empregos no início da retomada da atividade econômica na Grande São Paulo não se deu de modo tão concentrado em poucos ramos como o sucedido com a perda de empregos na crise. Assim, os 4 ramos "metalúrgicos" só recuperaram 129,5 mil dos 234,9 mil empregados perdidos na crise durante os anos de 1984 e 1985, ou seja 53,1%.

Pelo contrário, a maioria dos ramos que perderam poucos empregos entre 1980 e 1983 ultrapassaram em 1985 o nível de emprego de 1980. Isto ocorre em mobiliário, borracha, produtos

TABELA 10

REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO: EMPREGO POR GÊNERO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO EM 1980/1985

GÊNERO INDUSTRIAL	EMPREGO EM 31 DE DEZEMBRO											
	1980		1981		1982		1983		1984		1985	
	Milha res	%	Milha res	%	Milha res	%	Milha res	%	Milha res	%	Milha res	%
Produtos de Minerais Não-Metálicos	59,9	3,6	51,1	3,6	48,0	3,4	39,9	3,2	42,1	3,1	46,4	3,1
Metalurgia	262,9	15,9	215,8	15,3	205,8	14,7	180,3	14,5	198,9	14,7	216,4	14,4
Mecânica	160,9	9,8	137,8	9,8	122,1	8,7	102,1	8,2	111,1	8,2	126,2	8,4
Material Elétrico e de Comunicações	168,5	10,2	140,2	9,9	140,0	10,0	124,6	10,0	136,5	10,1	149,9	10,0
Material de Transporte	214,9	13,0	159,9	11,3	174,7	12,4	156,3	12,6	180,3	13,3	200,3	13,3
Madeira	14,2	0,9	12,3	0,9	11,9	0,8	11,2	0,9	11,0	0,8	12,3	0,8
Mobiliário	38,8	2,4	34,4	2,4	35,9	2,6	31,2	2,5	33,5	2,5	37,7	2,5
Papel e Papelão	46,8	2,8	40,0	2,8	41,6	3,0	37,6	3,0	39,9	2,9	42,3	2,8
Borracha	32,7	2,0	26,5	1,9	28,1	2,0	25,8	2,1	30,9	2,3	38,2	2,5
Couros e Peles	8,4	0,5	8,5	0,6	8,2	0,6	7,6	0,6	7,4	0,6	7,9	0,5
Química	80,9	4,9	65,2	4,6	63,2	4,5	60,2	4,8	65,5	4,8	68,8	4,6
Produtos Farmacêuticos	27,9	1,7	26,5	1,9	25,1	1,8	23,4	1,9	23,4	1,7	23,8	1,6
Perfumaria, Sabões e Velas	11,1	0,7	10,8	0,8	10,6	0,8	9,4	0,8	10,2	0,8	11,2	0,7
Produtos de Matéria Plástica	75,8	4,6	66,8	4,7	70,4	5,0	64,1	5,1	69,2	5,1	80,7	5,3
Têxtil	135,3	8,2	122,6	8,7	117,9	8,4	96,1	7,7	102,1	7,5	110,4	7,3
Vestuário e Calçado	103,1	6,2	101,3	7,2	108,3	7,7	100,9	8,1	106,1	7,8	125,6	8,4
Produtos Alimentares	76,2	4,6	71,4	5,1	67,9	4,8	65,4	5,2	64,9	4,8	68,6	4,5
Bebidas	8,7	0,5	8,4	0,6	8,2	0,6	7,7	0,6	7,6	0,6	7,9	0,5
Fumo	2,1	0,1	2,1	0,1	1,9	0,1	1,1	0,1	1,2	0,1	1,1	0,1
Editorial e Gráfica	56,9	3,5	54,3	3,9	56,1	4,0	48,4	3,9	52,9	3,9	60,1	4,0
Diversos	61,6	3,7	54,2	3,8	57,6	4,1	51,0	4,1	58,0	4,3	67,7	4,5
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	1 648,6	100,0	1 411,0	100,0	1 404,4	100,0	1 245,4	100,0	1 353,7	100,0	1 504,5	100,0

de matéria plásticas, vestuário e calçados, editorial e gráfica e diversos. Não obstante, alguns outros ramos, mesmo com um nível de emprego ainda inferior ao de 1980, já tinha em 1985 uma participação no emprego industrial global da Grande São Paulo igual ou superior à de 1980. Eles são material de transporte, papel e papelão, couros e peles, perfumaria, sabões e velas, bebidas e fumo.

Apesar do desempenho de material de transporte em termos de emprego durante o início da recuperação, a participação do total dos 4 ramos "metalúrgicos" no emprego industrial global da Grande São Paulo ainda não tinha retomado ao nível pré-crise. Em 1980 abarcaram 48,9% do emprego industrial desta região metropolitana, diminuindo para 45,3% em 1983 e atingindo 46,1% em 1985.

Nos ramos produtos de minerais não metálicos, química e têxtil que embora menos que os "metalúrgicos" também foram responsáveis pela queda do emprego industrial na Grande São Paulo durante a crise, a participação conjunta no emprego industrial global evoluiu de 16,7 em 1980 para 15,7% em 1983 e 15,0% em 1985. Este prosseguimento da perda de posição relativa durante o início da recuperação só não ocorreu para o conjunto dos ramos "metalúrgicos" devido ao bom desempenho do emprego em material de transporte.

Este mau desempenho relativo do emprego no início da recuperação em ramos que tem grande responsabilidade pela queda no emprego durante a crise é compatível com uma característica do início da recuperação apontada na seção anterior: o grande crescimento do emprego sem carteira de trabalho assinada na indústria de transformação. De fato, se admitimos que para cada trabalhador registrado com carteira de trabalho em ramos como mobiliário, produtos de matéria plásticas, vestuário e calçado e diversos, onde são altas as taxas de admissão e desligamento, existe um maior número de empregados sem carteira de trabalho, a menor queda no emprego desses ramos na crise e a superação do nível de emprego pré-crise durante o início da "recuperação

a ajuda explicar o aumento do número de empregados sem carteira na indústria de transformação da Grande São Paulo, na primeira metade dos anos oitenta.

Esta situação pode ter se revertido com o prolongamento da recuperação através do ano de 1986. Assim, por exemplo, tabulações especiais da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE sugerem que o emprego com carteira de trabalho, especialmente na indústria de transformação, se acelerou bruscamente entre 84/85 e 85/86 (tabela 11).

Os dados da PME podem superestimar as taxas de crescimento do emprego por basear-se, do mesmo modo que a PNAD, em projeções independentes de população, mas fica claro que aumentou mais fortemente o emprego, e em particular, o empregado com carteira na indústria de transformação entre 1985 e 1986. Isso pode estar associado com o prosseguimento da recuperação do emprego industrial principalmente nos ramos que mais sofreram com a crise, além dos "metalúrgicos", minerais não metálicos, química e têxtil.

Em síntese, as informações da RAIS são coerentes com outras fontes de dados, não somente no que diz respeito ao comportamento do nível de emprego industrial da Grande São Paulo, como também no que se refere a algumas características das relações de emprego que se pressentem, meio que impressionisticamente, presente na realidade industrial brasileira. Em particular se destaca a extrema instabilidade dos empregos no Brasil. Esta característica atrasada no mundo industrial brasileiro tem manifestações contraditórias. Quando o nível de emprego diminui, a queda se manifesta mais em redução das admissões que em dispensas massivas, aparentando declínio nas taxas de rotatividade, o que é coerente, do ponto de vista do empregado, com as menores oportunidades de emprego alternativo. Em muitos ramos a taxa de rotatividade mantém-se alta e entre eles estão justamente os ramos onde menos diminuiu o emprego na crise. Nestes casos, o desemprego por queda na atividade econômica não é mui

TABELA 11

REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO: OCUPAÇÃO CONFORME A PME

	TOTAL OCUPADOS		EMPREGADOS COM CARTEIRA		OCUPADOS - INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	
	Set/83 = 100	Taxa Anual	Set/83 = 100	Taxa Anual	Set/83=100	Taxa Anual
Set/84	109,5	9,5	103,7	3,7	107,4	7,4
Set/85	113,9	4,0	112,0	8,0	116,2	8,2
Set/86	122,2	7,3	124,0	10,7	136,3	17,3

FONTE: Tabulações Especiais PME/IBGE.

NOTA: Dados publicados na Tabela A.7.8 do Relatório de Pesquisa, Ministério do Trabalho, Instituto de Economia Industrial "O Mercado de Trabalho Brasileiro: estrutura e conjuntura, abril, 1987, mimeo.

to alto mas eles continuam contribuindo na crise para um alto desemprego friccional com suas altas taxas de rotatividade. Num segundo tipo de ramo há queda forte de emprego na crise e se mantém uma alta taxa de desligamento sugerindo forte rotatividade. Eles contribuem das duas maneiras para o desemprego na crise. Finalmente, os ramos com menor rotatividade, que desempregam por queda na atividade econômica. Entre eles alguns provocaram circunstanciais dispensas massivas e depois dela mantiveram uma taxa de desligamento não muito elevada.

Na recuperação ao contrário, os ramos que sofreram maior queda de atividade com maior ou menor atraso ajudam a aumentar o emprego. No entanto, simultaneamente, ao aumentarem sua taxa de admissão e desligamento, ajudam a aumentar o desemprego friccional. Por isso as taxas de desemprego logo encontram limites em seu declínio na recuperação. Este é o aspecto, do lado da demanda, que complementa o do aumento da população economicamente ativa, quando o emprego aumenta, no lado da oferta, na explicação dos paradoxos do aumento de emprego e do desemprego na expansão e da escassez em meio da abundância de mão-de-obra que caracterizam estes momentos de bom desempenho da atividade econômica (12)

(12) Ver Salm Claudio (1972) e Souza Paulo Renato (1980).

3.3 - RECIFE VERSUS SÃO PAULO SEGUNDO A PNAD

O que se faz nas páginas que seguem e, após o exame do comportamento do mercado de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), realizados nos itens anteriores, estabelecer comparações entre esta e a Região Metropolitana do Recife (RMR). O que se pretende verificar com isto é se o Grande Recife repete nesta primeira metade da década de 80, o que constatou nas partes anteriores do trabalho. Como é menor a disponibilidade de dados na área metropolitana do Recife, comparativamente com a de São Paulo, além de existirem problemas de representatividade da amostra para a primeira área, optou-se pela utilização de alguns dados e pelo exame restrito de alguns aspectos que pudessem ser detectados pelos dados da PNAD, não obstante os problemas já assinalados (ver anexo). Ressalte-se que todas as comparações e análises feitas a seguir consideram as proporções extraídas da amostra. Em nenhum momento foram consideradas comparações entre os valores absolutos dos dados da PNAD.

Antes porém de se descer ao exame específico do mercado de trabalho é importante ter em vista algumas diferenças marcantes na estrutura produtiva das duas regiões metropolitanas, que podem ser detectadas pela simples comparação da composição setorial da população ocupada. As informações para 1985 referentes à distribuição da população ocupada segundo as atividades produtivas chamam, de imediato, a atenção para o grande peso que, comparativamente com o Recife, tem a indústria na Região Metropolitana de São Paulo, explicada pela grande participação da indústria de transformação. Além disso, a maior presença do comércio, da prestação de serviços e das atividades sociais, nas quais é marcante a participação do governo, diferencia o Recife do aglomerado urbano da Grande São Paulo. (Ver Tabela 1)

Como cada uma dessas atividades possui relações de trabalho distintas e se comportam diferentemente no movimento cíclico da economia, esta estrutura vislumbrada a partir da dis

tribuição setorial da população ocupada não pode deixar de ser considerada no comportamento do emprego na crise recente, e no confronto que se faz entre as duas regiões metropolitanas.

Posição na Ocupação

O confronto entre Recife/São Paulo pode ser iniciado a partir do exame na posição na ocupação, considerando-se de um lado os empregados com e sem carteiras assinadas - e de outro as demais posições reunidas (autônomos, empregadores, etc). Além disso faz-se o destaque para os desempregados. Na tabela 2 são apresentados os dados mais relevantes para a referida comparação entre as regiões.

O que as informações da tabela 2 sugerem é que, em seus traços gerais, na Região Metropolitana de São Paulo a desaceleração da economia e a redução do nível de atividade incidem significativamente sobre os assalariados (empregados) e, no conjunto destes, sobre os possuidores de carteira de trabalho assinadas pelo patrão; isto é aqueles que possuem relações de trabalho institucionalizadas e bem definidas. Neste caso, ao declínio da participação dos empregados não corresponde um aumento que possa ser considerado significativo das outras posições na ocupação, isto é dos autônomos e dos empregadores. O que teve, de imediato, um aumento significativo foi a taxa de desemprego que passou de 2,6% em 1978 para 8,0% em 1983, ano mais crítico do período recessivo considerado. Há, ainda, aumento da participação dos empregados sem carteira assinada, que prossegue, mesmo no início da retomada do crescimento da economia, nos anos 1984 e 1985. No entanto, de modo algum, este aumento é suficiente para compensar o declínio relativo dos empregados com carteira assinada.

O caso específico da Região Metropolitana do Recife apresenta algumas diferenças de comportamento do mercado de trabalho. Ocorre, à medida que se avança no processo recessivo, um

TABELA 1
REGIÕES METROPOLITANAS DO RECIFE E DE SÃO PAULO: DISTRIBUIÇÃO
SETORIAL DA POPULAÇÃO OCUPADA
1985

ATIVIDADES ECONÔMICAS	PESSOAS OCUPADAS	
	Recife	São Paulo
Agricultura	<u>4,8</u>	<u>0,6</u>
Indústria	<u>22,1</u>	<u>38,5</u>
Transformação	13,4	31,6
Construção	6,9	5,8
Outras Atividades Industriais	1,8	1,1
Atividades Terciárias	<u>66,9</u>	<u>54,3</u>
Comércio de Mercadorias	17,7	13,9
Prestação de Serviços e Serviços Auxiliares	27,9	23,7
Transporte e Comunicação	4,7	4,6
Social	10,4	8,5
Administração Pública	6,2	3,6
Outras Atividades	<u>6,2</u>	<u>6,6</u>
TOTAL	<u>100,0</u>	<u>100,0</u>

FONTE: IBGE - PNAD - 1985.

TABELA 2
REGIÕES METROPOLITANAS DO RECIFE E DE SÃO PAULO: EVOLUÇÃO DO
EMPREGO SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO
1978-1985

ESPECIFICAÇÃO	%					
	1978	1981	1982	1983	1984	1985
<u>SÃO PAULO</u>						
Empregados	<u>80,2</u>	<u>74,8</u>	<u>76,8</u>	<u>74,3</u>	<u>74,7</u>	<u>76,8</u>
Com Carteira Assinada	65,0	58,5	59,3	55,7	54,8	56,8
Sem Carteira Assinada	15,2	16,3	17,5	18,6	19,9	20,0
Outras Posições na Ocupação	<u>17,2</u>	<u>18,5</u>	<u>17,8</u>	<u>17,8</u>	<u>18,5</u>	<u>17,8</u>
Total das Pessoas Ocupadas	<u>97,4</u>	<u>93,5</u>	<u>94,6</u>	<u>92,0</u>	<u>93,2</u>	<u>94,6</u>
Desempregados	<u>2,6</u>	<u>6,7</u>	<u>5,3</u>	<u>8,0</u>	<u>6,8</u>	<u>5,4</u>
População Economicamente Ativa	<u>100,0</u>	<u>100,0</u>	<u>100,0</u>	<u>100,0</u>	<u>100,0</u>	<u>100,0</u>
<u>RECIFE</u>						
Empregados	<u>72,0</u>	<u>68,9</u>	<u>70,2</u>	<u>66,8</u>	<u>65,2</u>	<u>65,5</u>
Com Carteira Assinada	47,3	45,5	44,8	41,2	41,2	42,0
Sem Carteira Assinada	24,7	23,4	25,4	25,6	24,0	23,5
Outras Posições na Ocupação	<u>22,1</u>	<u>21,3</u>	<u>23,2</u>	<u>25,6</u>	<u>26,4</u>	<u>29,5</u>
Total das Pessoas Ocupadas	<u>94,1</u>	<u>92,1</u>	<u>93,4</u>	<u>92,4</u>	<u>91,6</u>	<u>95,1</u>
Desempregados	<u>5,9</u>	<u>7,9</u>	<u>6,6</u>	<u>7,6</u>	<u>8,4</u>	<u>4,9</u>
População Economicamente Ativa	<u>100,0</u>	<u>100,0</u>	<u>100,0</u>	<u>100,0</u>	<u>100,0</u>	<u>100,0</u>

FONTE: IBGE, PNAD.

crescimento do desemprego aberto, no entanto, partindo-se de um patamar já alto (5,9% em 1978) alcança-se um nível similar ao de São Paulo. Isto por si só qualifica, neste caso, o papel do desemprego aberto na recessão. A exemplo do que ocorreu em São Paulo, o mercado de trabalho no Recife apresenta um declínio significativo do empregado, notadamente daquele possuidor de carteira assinada, no entanto diferentemente do que foi constatado na Região Metropolitana de São Paulo, não se verifica um aumento na participação dos empregados sem carteira assinada, que pudesse sugerir uma espécie de transferência dos empregados com regime mais institucionalizados para aqueles com vínculos mais precários de trabalho. No caso de São Paulo ocorre um acréscimo que se prolonga até 1985.

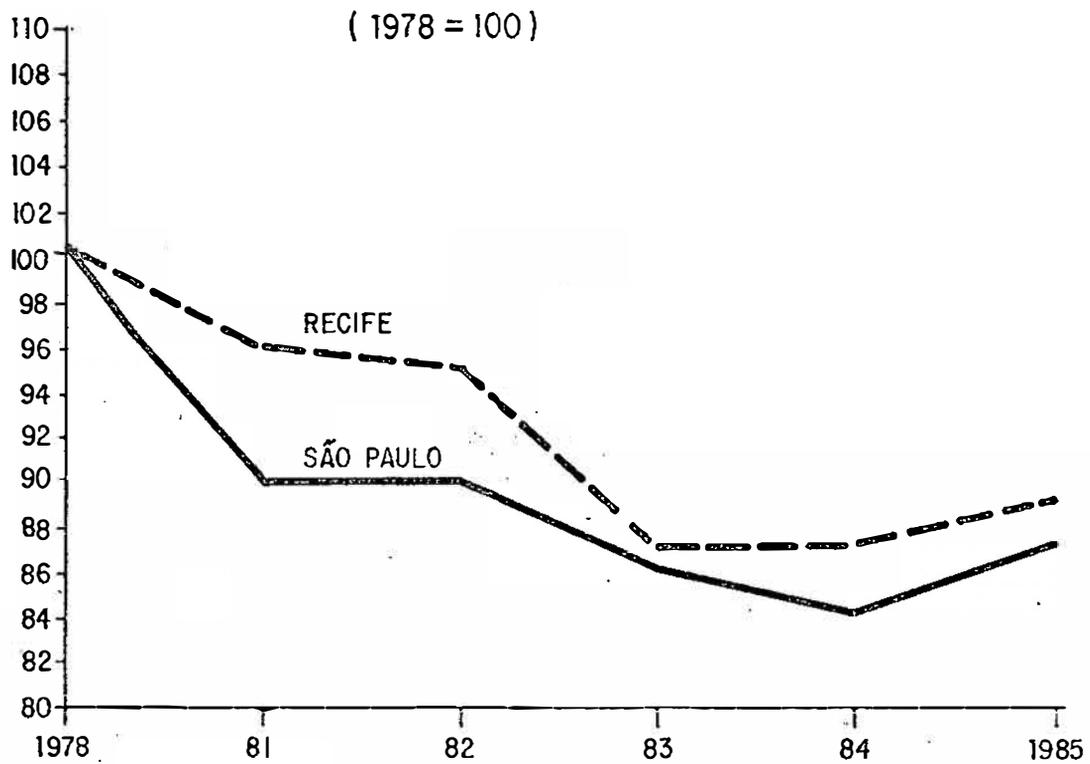
No entanto, o que parece caracterizar o comportamento do mercado de trabalho no Recife, na crise e na recuperação da primeira metade dos anos 80, é a evolução dos trabalhadores classificados em outras posições na ocupação (autônomos e empregadores). Neste caso, contrariamente ao que se constatou em São Paulo, onde esta categoria, praticamente, guarda a mesma importância relativa, no Recife há um aumento de sua participação entre 1978 e 1983 (de 22,1% para 25,6%) que continua nos anos posteriores (26,4% em 1984 e 29,5% em 1985) quando a economia brasileira inicia sua retomada.

Essas constatações são ilustradas e mais facilmente percebidas através dos gráficos 1-A, 1-B, 1-C e 1-D. Através deles são apresentados o comportamento similar para os trabalhadores com carteira assinada pelos empregadores e as diferenças detectadas pelas demais categorias.

Em resumo, diante da crise, o mercado de trabalho na região metropolitana mais industrializada do país, na qual as relações de trabalho mais avançaram no contexto do capitalismo brasileiro, reduz relativamente os assalariados, notadamente os

Gráfico 1

A - EMPREGADOS COM CARTEIRA



B - EMPREGADOS SEM CARTEIRA

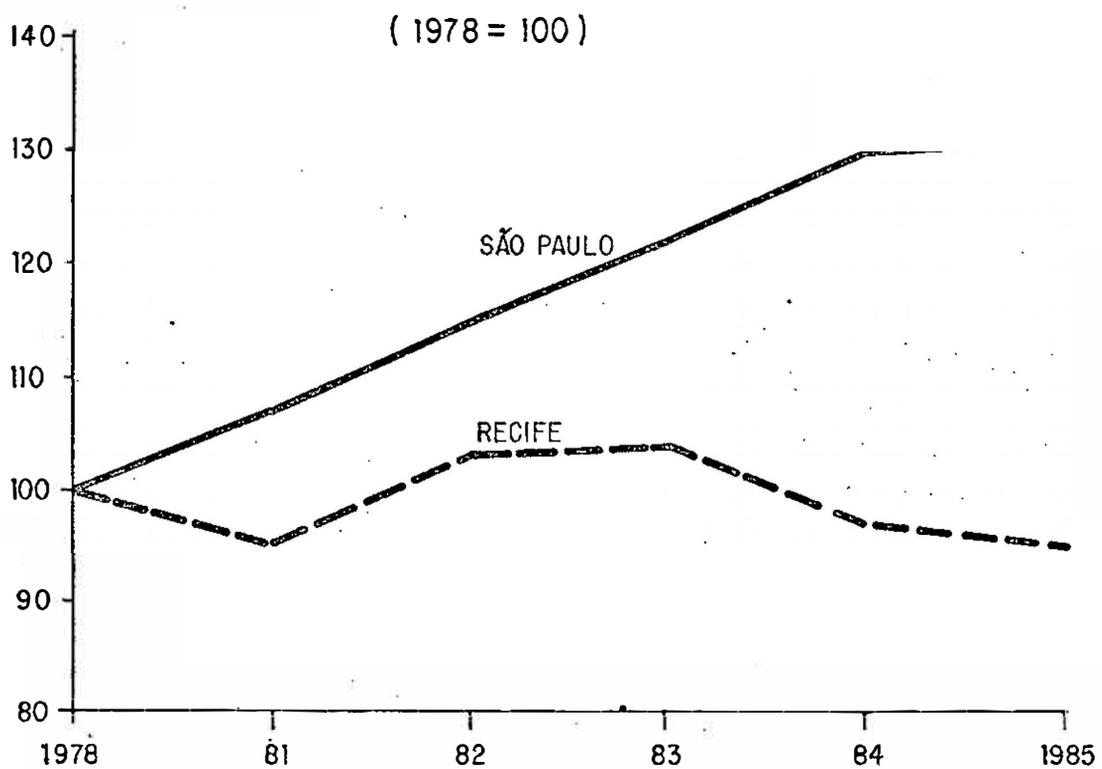
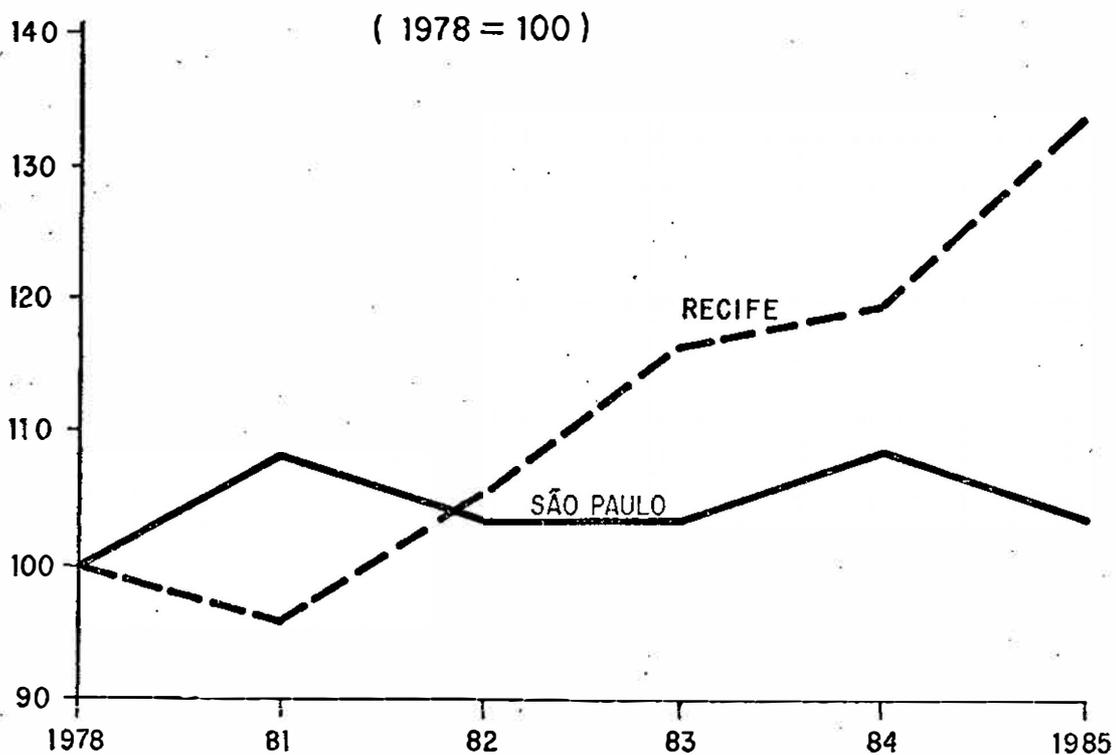
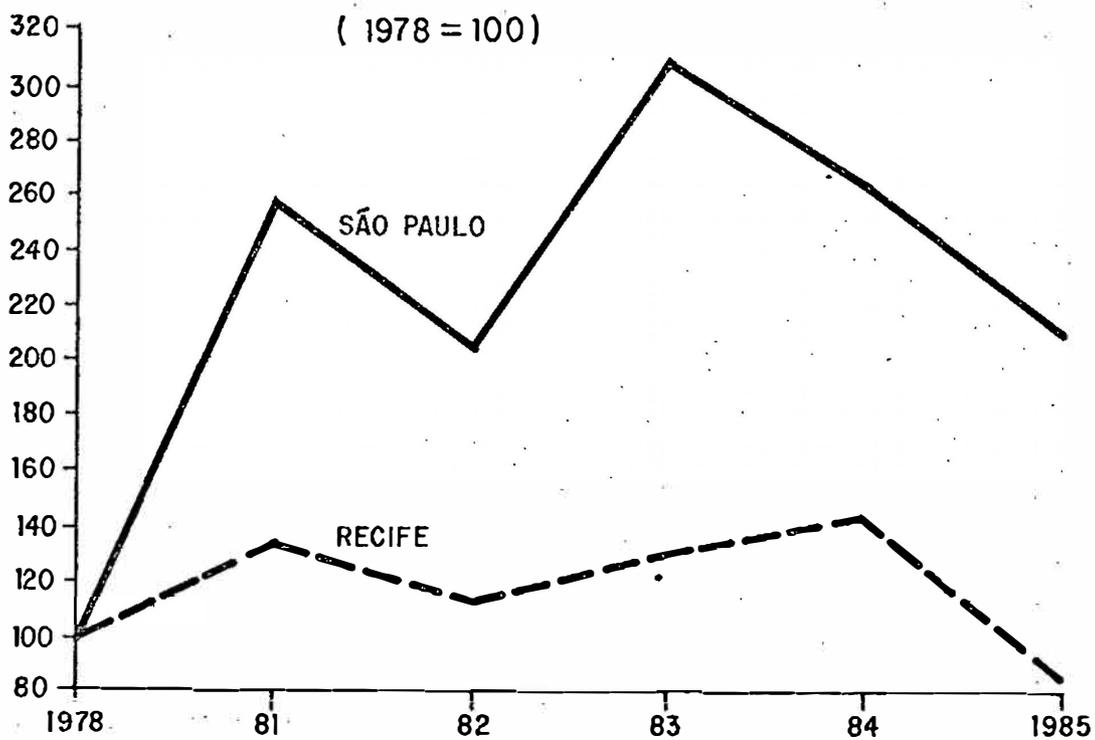


Gráfico 1 (continuação)

C - OUTRAS POSIÇÕES NA OCUPAÇÃO



D - DESEMPREGADOS



que possuem carteira de trabalho assinadas, aumentando em primeiro lugar o desemprego e, secundariamente os assalariados com vínculos mais precários de emprego, isto é, aqueles sem carteira assinada. No caso do Recife, a crise afeta principalmente, também, o trabalhador assalariado, notadamente aquele com carteira de trabalho assinada. No entanto, constata-se que um aumento no desemprego ocorre, simultaneamente, com um aumento relativo das pessoas ocupadas sob outras condições que não empregados. Vale lembrar que o crescimento da taxa de desemprego foi bem menor que o que se constatou para São Paulo.

Posição na Ocupação Segundo Setores

Para um exame mais detido da questão é relevante descer aos dados a respeito dos principais setores da economia.

Antes de se fazer o exame do comportamento do mercado de trabalho segundo as atividades econômicas e as diferentes posições na ocupação, é conveniente considerar alguns aspectos relativos à taxa de atividade e sua evolução recente na crise e recuperação. Considerando-se, tanto para a Região Metropolitana do Recife como para a de São Paulo, a relação pessoas ocupadas/população em idade de trabalho (10 anos e mais) ou, ainda, população economicamente ativa (PEA)/população em idade de trabalho, verifica-se que estas permanecem, para a RMR e RMSP, praticamente as mesmas, quer no período que antecedeu a recessão, que nos anos mais críticos. No entanto, à medida que ocorreu a retomada (1984 e 1985 para São Paulo e 1985 para o Recife), aumenta a participação tanto das pessoas ocupadas como da população economicamente ativa no total da população em idade de trabalho. Isto significa que, ao lado de um comportamento mais comumente esperado, na retomada, do aumento das pessoas ocupadas sobre aquelas em idade de trabalhar, há também uma maior pressão sobre o mercado de trabalho decorrente do aumento relativo da PEA. Provavelmente, no caso do comportamento da PEA, está-se na presença, no mercado de trabalho, dos "desalentados", para usar expressão consagrada na pesquisa DIEESE/SEADE. Os dados da tabela 3 mostram a evolução das relações referidas para São Paulo e

TABELA 3
REGIÕES METROPOLITANAS DO RECIFE E SÃO PAULO: PARTICIPAÇÃO DAS
PESSOAS OCUPADAS E DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA NO TOTAL
DAS PESSOAS EM IDADE DE TRABALHAR
1978-85

ESPECIFICAÇÃO	%					
	1978	1981	1982	1983	1984	1985
RECIFE						
Pessoas Ocupadas/Pop. em Idade de Trabalho	43,9	42,4	43,9	43,3	42,8	47,1
PEA/Pop. em Idade de Trabalho	46,7	46,0	47,0	46,9	46,7	49,5
SÃO PAULO						
Pessoas Ocupadas/Pop. em Idade de Trabalho	53,2	52,1	52,8	51,8	53,2	54,9
PEA/Pop. em Idade de Trabalho	55,2	55,8	55,7	56,3	57,1	58,0

FONTE: IBGE - PNAD.

Recife, Deve-se ressaltar que ao lado da diferença encontrada com a maior participação da população ocupada e da PEA no total da população em idade de trabalho em São Paulo, relativamente ao Recife, o que distingue o comportamento das duas regiões e o fato de o aumento da relação referida ser defasada no Recife, comparativamente a São Paulo.

Vale ainda registrar o aumento significativo que os dados da PNAD apresentam, para 1985, da relação pessoas ocupadas/população em idade de trabalhar, no Recife, que implicou, como foi assinalado, uma redução significativa do desemprego entre 1984 e 1985, na referida região.

O exame da evolução do mercado de trabalho segundo os setores produtivos nas duas regiões metropolitanas consideradas, deve iniciar-se pela apresentação dos dados gerais a respeito da ocupação no período 1978/85. A Tabela 4 mostra que, neste nível de agregação, é similar o comportamento da Região Metropolitana de São Paulo, comparativamente ao da região do Recife. Na verdade, o impacto da crise iniciado especificamente nas atividades industriais, implica a redução da participação deste setor no total dos empregos gerados. A indústria de transformação de São Paulo muda a sua participação que em 1978 era de 38,3% para 30,8% em 1983, ano mais crítico do período examinado. Observa-se que a elevação ocorrida nos dois últimos anos não foi suficiente, segundo os dados da PNAD, para recuperar o percentual registrado no primeiro ano da série, como já foi mencionado.

Na Região Metropolitana do Recife, onde a atividade industrial, como se assinalou, tem um peso relativo bem menor, o comportamento constatado no período é idêntico ao registrado para São Paulo. No Recife a atividade de transformação industrial reduz sua participação de 16,4% no primeiro ano da série para 13,5% em 1983. Verifica-se que no caso da RMR a participação em 1985, na fase de recuperação da economia brasileira, era

TABELA 4
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO E DO RECIFE: DISTRIBUIÇÃO DA
POPULAÇÃO OCUPADA SEGUNDO ATIVIDADES PRODUTIVAS

1978-1985

ATIVIDADES	(%)					
	1978	1981	1982	1983	1984	1985
<u>SÃO PAULO</u>						
Agricultura	<u>1,0</u>	<u>0,7</u>	<u>0,7</u>	<u>0,5</u>	<u>0,6</u>	<u>0,6</u>
Indústria	<u>46,0</u>	<u>42,7</u>	<u>41,8</u>	<u>39,0</u>	<u>38,7</u>	<u>38,5</u>
Transformação	<u>38,3</u>	<u>34,7</u>	<u>33,6</u>	<u>30,8</u>	<u>32,0</u>	<u>31,6</u>
Construção	<u>6,4</u>	<u>6,9</u>	<u>7,2</u>	<u>7,0</u>	<u>5,7</u>	<u>5,8</u>
Outras Atividades Industriais	<u>1,3</u>	<u>1,1</u>	<u>1,0</u>	<u>1,2</u>	<u>1,0</u>	<u>1,1</u>
Atividades Terciárias	<u>48,0</u>	<u>51,2</u>	<u>52,1</u>	<u>54,5</u>	<u>54,6</u>	<u>54,3</u>
Comerc. Mercadorias	<u>11,4</u>	<u>13,1</u>	<u>12,6</u>	<u>12,9</u>	<u>13,9</u>	<u>13,9</u>
Prestação de Serviços	<u>20,9</u>	<u>22,0</u>	<u>22,7</u>	<u>24,6</u>	<u>24,5</u>	<u>23,7</u>
Transporte e Comunicações	<u>4,7</u>	<u>4,8</u>	<u>5,0</u>	<u>5,2</u>	<u>4,6</u>	<u>4,6</u>
Social	<u>7,4</u>	<u>7,6</u>	<u>7,8</u>	<u>8,3</u>	<u>8,2</u>	<u>8,5</u>
Administração Pública	<u>3,6</u>	<u>3,7</u>	<u>4,0</u>	<u>3,5</u>	<u>3,4</u>	<u>3,6</u>
Outras Atividades	<u>5,0</u>	<u>5,4</u>	<u>5,4</u>	<u>6,0</u>	<u>6,1</u>	<u>6,6</u>
TOTAL	<u>100,0</u>	<u>100,0</u>	<u>100,0</u>	<u>100,0</u>	<u>100,0</u>	<u>100,0</u>
<u>RECIFE</u>						
Agricultura	<u>5,2</u>	<u>4,8</u>	<u>5,1</u>	<u>6,0</u>	<u>5,3</u>	<u>4,8</u>
Indústria	<u>26,8</u>	<u>27,2</u>	<u>24,4</u>	<u>23,4</u>	<u>23,7</u>	<u>22,1</u>
Transformação	<u>16,4</u>	<u>15,8</u>	<u>13,9</u>	<u>13,5</u>	<u>13,9</u>	<u>13,4</u>
Construção	<u>8,4</u>	<u>9,1</u>	<u>8,5</u>	<u>7,9</u>	<u>7,7</u>	<u>6,9</u>
Outras Atividades Industriais	<u>2,0</u>	<u>2,3</u>	<u>2,0</u>	<u>2,0</u>	<u>2,1</u>	<u>1,8</u>
Atividades Terciárias	<u>64,6</u>	<u>63,8</u>	<u>66,6</u>	<u>66,1</u>	<u>65,6</u>	<u>66,9</u>
Comerc. Mercadorias	<u>15,9</u>	<u>15,6</u>	<u>17,7</u>	<u>18,9</u>	<u>18,2</u>	<u>17,7</u>
Prestação de Serviços	<u>27,8</u>	<u>26,2</u>	<u>27,3</u>	<u>26,0</u>	<u>25,3</u>	<u>27,9</u>
Transporte e Comunicações	<u>5,5</u>	<u>5,2</u>	<u>5,3</u>	<u>4,9</u>	<u>4,7</u>	<u>4,7</u>
Social	<u>9,4</u>	<u>10,0</u>	<u>9,5</u>	<u>9,6</u>	<u>10,5</u>	<u>10,4</u>
Administração Pública	<u>6,0</u>	<u>6,8</u>	<u>6,8</u>	<u>6,7</u>	<u>6,9</u>	<u>6,2</u>
Outras Atividades	<u>3,4</u>	<u>4,2</u>	<u>3,9</u>	<u>4,5</u>	<u>5,4</u>	<u>6,2</u>
TOTAL	<u>100,0</u>	<u>100,0</u>	<u>100,0</u>	<u>100,0</u>	<u>100,0</u>	<u>100,0</u>

FONTE: IBGE-PNAD.

idêntica a do ano mais crítico do período considerado (1983).

Evidentemente a redução nas atividades industriais foi acompanhado de um aumento das atividades terciárias, em ambas regiões. Neste particular, foram as atividades de comércio de mercadorias e de prestação de serviços que sustentaram a maior participação do terciário. No caso do Recife, mais as atividades comerciais do que a prestação de serviços.

O exame das alterações que ocorreram na crise e na retomada na primeira metade dos anos 80 com relação à posição na ocupação, pode ser feito, para a Região Metropolitana do Recife, com as informações constantes da Tabela 5.

De acordo com o que se assinalou anteriormente, ao se comentar os dados da Tabela 2, ao se considerar o total da ocupação da RMR, o que se verificou é que a evolução do emprego se dá através de uma presença cada vez maior do contingente pertencente as demais posições na ocupação, que não incluem os empregados ou assalariados. Esta evolução se diferencia daquela de São Paulo, onde é sobretudo o contingente de empregados sem carteira assinada que marca sua presença à medida que a economia reduz o seu nível de atividade. A análise desta questão a partir dos dados de cada atividade produtiva revela que aquela constatação feita para o Recife, tem validade principalmente quando se refere às atividades terciárias. Com relação às atividades industriais, sobretudo a indústria de transformação, o "ajustamento" do mercado de trabalho dá-se a exemplo do que ocorreu para o conjunto Grande São Paulo, através do aumento relativo dos empregados sem carteira assinada.

De fato, se em 1978 o peso relativo das pessoas ocupadas sem relação de assalariamento no conjunto das atividades terciárias correspondia a 28,6%, tal percentual já alcança 30,1% em 1982, 32,6% em 1983, continuando a aumentar sua importância na fase de retomada até alcançar 34,8% em 1985. No caso

TABELA 5

REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE: POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO SEGUNDO OS SETORES PRODUTIVOS - 1978/1985

(%)

ATIVIDADES	1978				1981			
	Total Ocupados	Empregados	Empregados c/Carteira	Outras Posições	Total Ocupados	Empregados	Empregados c/Carteira	Outras Posições
<u>Total</u>	<u>100,0</u>	<u>76,6</u>	<u>50,3</u>	<u>23,4</u>	<u>100,0</u>	<u>76,4</u>	<u>50,5</u>	<u>23,6</u>
<u>Agricultura</u>	<u>100,0</u>	<u>24,1</u>	<u>28,7</u>	<u>15,9</u>	<u>100,0</u>	<u>69,6</u>	<u>30,2</u>	<u>30,4</u>
<u>Indústria</u>	<u>100,0</u>	<u>87,6</u>	<u>71,9</u>	<u>12,4</u>	<u>100,0</u>	<u>88,1</u>	<u>73,9</u>	<u>11,9</u>
Transformação	100,0	91,6	80,3	8,4	100,0	92,6	80,7	7,4
Construção	100,0	77,6	50,4	22,4	100,0	77,8	58,1	22,2
Outras Atividades Industriais	100,0	96,7	92,7	3,3	100,0	97,2	90,0	2,8
<u>Atividades Terciárias</u>	<u>100,0</u>	<u>71,4</u>	<u>42,3</u>	<u>28,6</u>	<u>100,0</u>	<u>71,7</u>	<u>40,9</u>	<u>28,3</u>
Com. Mercadorias	100,0	54,8	41,5	45,1	100,0	53,8	38,0	46,2
Prestação de Serviços	100,0	65,4	26,6	34,6	100,0	66,7	25,9	33,3
Transp. e Comunicação	100,0	78,7	63,3	21,3	100,0	76,1	63,5	23,9
Social	100,0	94,2	73,4	5,8	100,0	91,0	66,5	9,0
Administração Pública	100,0	100,0	53,3	0	100,0	100,0	50,3	0
<u>Outras Atividades</u>	<u>100,0</u>	<u>77,0</u>	<u>66,7</u>	<u>23,0</u>	<u>100,0</u>	<u>80,6</u>	<u>67,7</u>	<u>19,4</u>

FONTE: IBGE - PNAD.

(continua)

(continuação Tabela 5)

ATIVIDADES	1982				1983			
	Total Ocupados	Empregados	Empregados c/Carteira	Outras Posições	Total Ocupados	Empregados	Empregados c/Carteira	Posição na Ocupação
<u>Total</u>	<u>100,0</u>	<u>75,1</u>	<u>48,0</u>	<u>24,9</u>	<u>100,0</u>	<u>72,3</u>	<u>44,5</u>	<u>27,7</u>
<u>Agricultura</u>	<u>100,0</u>	<u>68,4</u>	<u>22,2</u>	<u>31,6</u>	<u>100,0</u>	<u>67,9</u>	<u>6,6</u>	<u>32,1</u>
<u>Indústria</u>	<u>100,0</u>	<u>89,9</u>	<u>71,2</u>	<u>10,1</u>	<u>100,0</u>	<u>87,3</u>	<u>67,5</u>	<u>12,7</u>
Transformação	100,0	93,9	80,2	6,1	100,0	93,1	78,0	6,9
Construção	100,0	81,6	52,3	18,4	100,0	74,5	42,6	25,5
Outras Atividades Industriais	100,0	96,9	89,0	3,1	100,0	98,2	88,0	1,8
<u>Atividades Terciárias</u>	<u>100,0</u>	<u>69,9</u>	<u>40,4</u>	<u>30,1</u>	<u>100,0</u>	<u>67,4</u>	<u>39,0</u>	<u>32,6</u>
Com. Mercadorias	100,0	50,2	34,8	49,8	100,0	48,7	34,5	51,3
Prestação de Serviços	100,0	65,8	25,6	34,2	100,0	62,0	23,5	38,0
Transp. e Comunicação	100,0	75,5	56,5	24,5	100,0	76,6	57,7	23,4
Social	100,0	93,6	74,0	6,4	100,0	91,5	73,4	8,5
Administração Pública	100,0	100,0	54,9	0	100,0	100,0	48,6	0
<u>Outras Atividades</u>	<u>100,0</u>	<u>81,2</u>	<u>15,5</u>	<u>18,0</u>	<u>100,0</u>	<u>71,4</u>	<u>58,8</u>	<u>28,6</u>

FONTE: IBGE - PNAD.

(continua)

(continuação Tabela 5)

ATIVIDADES	1984				1985			
	Total Empregados	Empregados	Empregados c/Carteira	Outras Posições	Total Ocupados	Empregados	Empregados c/Carteira	Outras Posições
<u>Total</u>	<u>100,0</u>	<u>71,1</u>	<u>45,0</u>	<u>28,9</u>	<u>100,0</u>	<u>68,9</u>	<u>44,2</u>	<u>31,1</u>
<u>Agricultura</u>	<u>100,0</u>	<u>67,9</u>	<u>29,9</u>	<u>32,1</u>	<u>100,0</u>	<u>60,8</u>	<u>29,5</u>	<u>39,2</u>
<u>Indústria</u>	<u>100,0</u>	<u>86,4</u>	<u>66,8</u>	<u>13,6</u>	<u>100,0</u>	<u>88,0</u>	<u>68,4</u>	<u>12,0</u>
Transformação	100,0	91,8	78,1	8,2	100,0	92,9	77,1	7,1
Construção	100,0	73,3	41,9	26,7	100,0	75,7	45,9	24,3
Outras Atividades Industriais	100,0	98,3	82,7	1,7	100,0	98,3	89,7	1,7
<u>Atividades Terciárias</u>	<u>100,0</u>	<u>67,1</u>	<u>38,5</u>	<u>32,9</u>	<u>100,0</u>	<u>65,2</u>	<u>38,1</u>	<u>34,8</u>
Com. Mercadorias	100,0	47,3	30,9	52,7	100,0	51,2	35,4	48,8
Prestação de Serviços	100,0	60,4	21,7	39,6	100,0	55,9	20,7	44,1
Transp. e Comunicação	100,0	75,3	59,3	24,7	100,0	69,5	55,0	30,5
Social	100,0	92,8	73,9	7,2	100,0	91,8	73,9	8,2
Administração Pública	100,0	100,0	52,5	0	100,0	99,8	51,5	0,2
<u>Outras Atividades</u>	<u>100,0</u>	<u>55,6</u>	<u>41,1</u>	<u>44,4</u>	<u>100,0</u>	<u>46,9</u>	<u>33,6</u>	<u>53,1</u>

FONTE: IBGE - PNAD.

do conjunto das atividades industriais (incluindo-se a construção civil e outras atividades industriais) o percentual permanece praticamente o mesmo registrado no início da série - declina um pouco em 1982 e aumenta em 1984. Considerando-se apenas a indústria de transformação, a pequena participação de outras posições na ocupação não ultrapassa, em nenhum dos anos, o nível alcançado em 1978, que foi de 8,4%.

Descendo ao exame das atividades produtivas consideradas no terciário, o que se observa é que em razão do seu peso relativo e do comportamento constatado para as outras posições na ocupação, são as atividades do comércio de mercadoria e da prestação de serviço que definem o comportamento, na crise e na recuperação, constatada para o conjunto das atividades terciárias. No caso do comércio, ao declínio observado simultaneamente para a participação do total dos empregados e para os empregados com carteiras assinadas, ocorre o aumento das pessoas ocupadas nas demais posições. Estas passam de 45,1% em 1978 para 51,3% em 1983, 52,7% no ano seguinte, registrando um pequeno declínio em 1985, quando alcança 48,8%. Já os trabalhadores com carteira assinada passam do patamar de 41,5% em 1978 34,5% em 1983 e 30,9% em 1984. Os dados registram para o último ano um aumento significativo da participação dos empregados com carteira assinada em 1985: para cerca de 35,4%. Com relação a prestação de serviços, o percentual das demais posições na ocupação permanece no mesmo nível até 1983, aumentando seguidamente, a partir daí, alcançando seu ponto mais alto no final do período considerado, em 1985.

Em resumo, a Região Metropolitana do Recife, registra dois comportamentos distintos no mercado de trabalho na primeira metade da década de 80, diante da crise, nos anos iniciais da década, e do início de recuperação, constatado nos dois últimos anos da série (1984 e 1985). Na indústria, particularmente na transformação, o impacto da crise é registrado, no que se re

fere à ocupação, com um declínio do total do emprego industrial, relativamente aos demais setores econômicos, que se dá através de um declínio bem maior dos assalariados que tinham relação de trabalho mais formalizadas, isto é, possuíam carteira de trabalho assinado pelo empregador. No entanto, com relação as atividades terciárias praticamente o comércio de mercadorias e a prestação de serviços, o que se constata é a presença relativa cada vez mais destacada das demais posições na ocupação, na qual o peso maior é do trabalhador autônomo.

Cabe agora, antes de um paralelo entre as duas regiões, o exame dos dados referentes à Região Metropolitana de São Paulo. Já se assinalou anteriormente, no confronto entre as posições na ocupação e a população economicamente ativa, que as demais posições na ocupação não apresentavam, no período, em São Paulo, mudanças na sua participação. Os dados da Tabela 6 que comparam, para diversos anos, as posições na ocupação com o total das pessoas ocupadas confirmam este fato, assinalando para o conjunto dos setores, o declínio relativo dos trabalhadores assalariados com carteira assinada, numa proporção bem maior que o pequeno declínio registrado em alguns anos (sobretudo 1983 e 1984) para o total dos empregados.

O exame segundo os setores revela que a indústria de transformação de São Paulo não somente não fez o seu "ajustamento" na crise e na retomada através do aumento relativo dos autônomos e outras categorias distintas da dos empregados, como apresentou uma pequena redução dessas posições na ocupação. Na verdade, no referido segmento produtivo, as outras posições passaram de 5,5% em 1978 para 4,7% e, 1981, 4,6% e, 1982 e 4,5% em 1983. Esta última marca começa a ser superada já nos anos posteriores, na fase inicial da recuperação. Mesmo na indústria da construção na qual ocorre uma menor presença (comparativamente à indústria de transformação) do empregado, o impacto da crise não implicou, também, uma participação relativa maior das outras posições na ocupação; inclusive em 1983 seu percentual é menor

TABELA 6
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO
POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO SEGUNDO OS SETORES PRODUTIVOS

ATIVIDADES	1978				1981			
	Total Ocupados	Empregados	Empregados c/Carteira	Outras Posições	Total Ocupados	Empregados	Empregados c/Carteira	Outras Posições
<u>Total</u>	<u>100,0</u>	<u>82,3</u>	<u>66,7</u>	<u>17,7</u>	<u>100,0</u>	<u>80,2</u>	<u>62,7</u>	<u>19,6</u>
<u>Agricultura</u>	<u>100,0</u>	<u>48,0</u>	<u>11,0</u>	<u>52,0</u>	<u>100,0</u>	<u>31,3</u>	<u>10,8</u>	<u>68,7</u>
<u>Indústria</u>	<u>100,0</u>	<u>90,1</u>	<u>83,4</u>	<u>9,9</u>	<u>100,0</u>	<u>90,1</u>	<u>80,7</u>	<u>9,9</u>
Transformação	100,0	94,4	88,9	5,6	100,0	95,3	87,4	4,7
Construção	100,0	63,1	49,2	36,9	100,0	62,1	45,9	37,9
Outras Atividades Industriais	100,0	97,7	90,6	2,3	100,0	99,2	89,9	0,8
<u>Atividades Terciárias</u>	<u>100,0</u>	<u>74,6</u>	<u>49,6</u>	<u>25,4</u>	<u>100,0</u>	<u>71,7</u>	<u>45,9</u>	<u>28,3</u>
Com. Mercadorias	100,0	61,1	48,5	38,9	100,0	61,9	47,5	38,1
Prestação de Serviços	100,0	69,7	41,9	30,3	100,0	64,1	36,4	35,9
Transp. e Comunicação	100,0	76,9	71,4	23,1	100,0	79,4	72,4	20,6
Social	100,0	95,1	60,8	4,9	100,0	89,9	57,2	10,1
Administração Pública	100,0	100,0	46,6	0	100,0	100,0	17,5	0
<u>Outras Atividades</u>	<u>100,0</u>	<u>91,6</u>	<u>88,0</u>	<u>8,4</u>	<u>100,0</u>	<u>92,5</u>	<u>86,4</u>	<u>7,5</u>

FONTE: IBGE - PNAD.

(continua)

(continuação Tabela 6)

ATIVIDADES	1982				1983			
	Total Ocupados	Empregados	Empregados c/ Carteira	Outras Posições	Total Ocupados	Empregados	Empregados c/ Carteira	Outras Posições
<u>Total</u>	<u>100,0</u>	<u>81,1</u>	<u>62,7</u>	<u>18,9</u>	<u>100,0</u>	<u>80,7</u>	<u>60,5</u>	<u>19,3</u>
<u>Agricultura</u>	<u>100,0</u>	<u>35,3</u>	<u>8,5</u>	<u>64,7</u>	<u>100,0</u>	<u>50,7</u>	<u>8,9</u>	<u>49,3</u>
<u>Indústria</u>	<u>100,0</u>	<u>89,9</u>	<u>80,4</u>	<u>10,1</u>	<u>100,0</u>	<u>90,0</u>	<u>79,6</u>	<u>10,0</u>
Transformação	100,0	95,4	87,8	4,6	100,0	95,5	87,5	4,5
Construção	100,0	62,8	44,1	37,2	100,0	64,6	43,8	35,4
Outras Atividades Industriais	100,0	99,3	90,2	0,7	100,0	98,1	83,7	1,9
<u>Atividades Terciárias</u>	<u>100,0</u>	<u>73,4</u>	<u>46,8</u>	<u>26,6</u>	<u>100,0</u>	<u>72,9</u>	<u>44,1</u>	<u>27,1</u>
Com. Mercadorias	100,0	61,3	48,0	38,7	100,0	65,5	51,5	34,5
Prestação de Serviços	100,0	68,3	39,0	31,7	100,0	66,5	36,4	33,5
Transp. e Comunicação	100,0	77,9	72,7	22,1	100,0	75,4	68,5	24,6
Social	100,0	91,2	58,6	8,8	100,0	89,8	50,8	10,2
Administração Pública	100,0	100,0	32,6	0	100,0	100,0	17,5	0
<u>Outras Atividades</u>	<u>100,0</u>	<u>93,7</u>	<u>86,1</u>	<u>6,3</u>	<u>100,0</u>	<u>94,3</u>	<u>89,9</u>	<u>5,7</u>

FONTE: IBGE - PNAD.

(continua)

(continuação Tabela 6)

ATIVIDADES	1984				1985			
	Total Ocupados	Empregados	Empregados c/ Carteira	Outras Posições	Total Ocupados	Empregados	Empregados c/ Carteira	Outras Posições
<u>Total</u>	<u>100,0</u>	<u>80,1</u>	<u>58,8</u>	<u>19,9</u>	<u>100,0</u>	<u>81,2</u>	<u>60,0</u>	<u>18,8</u>
<u>Agricultura</u>	<u>100,0</u>	<u>53,9</u>	<u>16,8</u>	<u>46,1</u>	<u>100,0</u>	<u>52,3</u>	<u>20,7</u>	<u>47,7</u>
<u>Indústria</u>	<u>100,0</u>	<u>90,0</u>	<u>77,6</u>	<u>10,0</u>	<u>100,0</u>	<u>90,7</u>	<u>79,1</u>	<u>9,3</u>
Transformação	100,0	94,8	83,9	5,2	100,0	95,2	85,0	4,8
Construção	100,0	61,9	40,9	38,1	100,0	64,4	44,5	35,6
Outras Atividades Industriais	100,0	96,4	87,2	3,6	100,0	98,6	91,2	1,4
<u>Atividades Terciárias</u>	<u>100,0</u>	<u>72,0</u>	<u>42,8</u>	<u>28,0</u>	<u>100,0</u>	<u>73,1</u>	<u>43,4</u>	<u>26,9</u>
Com. Mercadorias	100,0	62,3	46,6	37,7	100,0	61,8	44,8	38,2
Prestação de Serviços	100,0	66,4	34,8	33,6	100,0	67,6	35,8	32,4
Transp. e Comunicação	100,0	80,4	75,3	19,6	100,0	82,1	74,1	17,9
Social	100,0	88,3	47,9	11,7	100,0	90,5	51,9	9,5
Administração Pública	100,0	100,0	27,9	0	100,0	100,0	29,4	0
<u>Outras Atividades</u>	<u>100,0</u>	<u>94,8</u>	<u>87,3</u>	<u>6,3</u>	<u>100,0</u>	<u>94,6</u>	<u>87,7</u>	<u>5,4</u>

FONTE: IBGE - PNAD.

do que aquele registrado para o início da série de anos considerada. Ao tempo em que, na construção, o percentual do total de empregados não se modifica significativamente com o passar dos anos, os assalariados que tinham carteira assinada reduzem de 49,2% em 1978, para 44,1 em 1982, 43,8 no ano seguinte e 40,9% em 1984. Só em 1985 e que sucede um aumento que pode ser considerado significativo, deste percentual.

O quadro é mais complexo, quando se passa para o exame da evolução do terciário em São Paulo. Em primeiro lugar, no comércio de mercadorias, a exemplo do que ocorre para a indústria de transformação e para a construção, o "ajustamento" se dá bem mais pelo reduzido declínio relativo dos empregados com carteira do que através do aumento dos autônomos ou de outras posições. Registre-se a respeito que no ano mais crítico, 1983, os autônomos e as outras posições na ocupação que não a dos assalariados, reduzem sua participação relativa, comparativamente a 1978: de 38,9% para 34,5%.

Distinta é a evolução do outro grande segmento do terciário: o da prestação de serviços. Neste, as alterações ocorridas no nível de atividades implicaram:

- a) declínio no total dos assalariados e bem mais daqueles que possuíam carteira profissional assinada;
- b) o aumento proporcional dos autônomos e demais posições na ocupação distintas da dos empregados.

Isto significa que, enquanto o "ajustamento" ao movimento da economia dá-se no comércio de modo similar ao da indústria, na prestação de serviços, que tem uma importância na ocupação total da RMSP duas vezes maior que o comércio, a evolução ocorre de modo distinto, com um declínio do assalariamento, sobretudo do empregado com carteira, sendo "compensado" pela maior presença do autônomo e demais posições na ocupação. Acrescenta-se ainda que, por conta dessa sua maior importância, (44% no total da ocupação terciária na RMSP em 1985) a prestação de ser

viços e seu comportamento antes descrito definem o comportamento do terciário em seu conjunto, diferenciando-o daquele da indústria como um todo.

Em resumo, do exposto, a diferença fundamental nas formas como ocorre o comportamento do emprego no Recife, comparativamente com São Paulo, deve-se fundamentalmente às diferenças na estrutura produtiva, da qual deriva uma determinada estrutura do emprego. De fato, dadas as formas distintas com as quais se dá a evolução da indústria e do terciário, em geral, e o peso relativo maior da indústria em São Paulo, o comportamento mais "moderno" deste último comparativamente com Recife, se deve ao fato de que a indústria tem em São Paulo uma capacidade maior de influir no emprego total, na configuração do seu comportamento mais voltado para o "ajustamento" no interior do trabalho assalariado.

O confronto da evolução de cada setor, no que diz respeito a posição na ocupação frente ao comportamento cíclico, não sugere diferenças marcantes entre a RMR e a RMSP. Salvo no comércio de mercadorias, por razões que só uma desagregação maior dos dados poderia identificar, é que se nota alguns aspectos distintos na sua evolução no período, com o Recife "ajustando-se" através da maior participação relativa dos autônomos e e outras posições, e São Paulo por intermédio do incremento dos assalariados sem carteira. Enfim, de específico pode-se fazer referência em termos setoriais, ao comércio, que na Grande São Paulo segue um padrão que se poderia identificar como mais "moderno" de comportamento em relação ao movimento da economia no ciclo.

O caráter mais "moderno" e "capitalista" do comportamento do mercado de trabalho em São Paulo, comparativamente ao Recife, se deve então, é o que se pode concluir dos dados e do nível de agregação da PNAD, em primeiro lugar ao peso maior da indústria de transformação - na qual é maior o grau de assalariamento em relação aos demais setores - e, em segundo lugar

ao comportamento distinto do comércio, em São Paulo, que se aproxima muito do que se verificou na indústria, embora possua um peso ainda muito relevante dos autônomos nas suas relações de trabalho.

Características "Demográficas" da Ocupação

O estudo das diferenças de comportamento do mercado de trabalho, frente ao movimento da economia, nas duas regiões metropolitanas aqui consideradas, deve ser complementado com o exame das características, mais demográficas da força de trabalho, fundamentalmente as características de idade e sexo da população. Infelizmente os dados da PNAD não permitem um aprofundamento maior no estudo comparativo da força de trabalho masculina e feminina, pois esta desagregação, na maioria dos anos, refere-se apenas à população economicamente ativa. Assim sendo, o que se faz em seguida é, fundamentalmente, o estudo da evolução da ocupação segundo os grupos de idade, considerando-se a posição de ocupação (empregados e outra posição) e a situação de desempregado.

A Tabela 7 apresenta um primeiro conjunto de informações que reúne o corte de posição na ocupação e o de grupos de idade para o período 1978-1985. No que se refere ao total da população ocupada, o que os dados sugerem, desde logo, é um ligeiro "envelhecimento" das pessoas ocupadas nos anos mais críticos, que permanece na fase recuperação pelo menos nos seus anos iniciais. De fato, se em 1978 as pessoas ocupadas na Região Metropolitana de Recife e São Paulo, de 10 a 25 anos, representavam, respectivamente, 32,4% e 34,6% do total, em 1983 esses percentuais se reduzem para 30,0% e 29,9%. No último ano da série, (1985), já quando se consolidava o processo de recuperação, os percentuais registram, respectivamente para Recife e São Paulo 30,7% e 30,2%. A faixa etária na qual incide mais intensamente o "ajustamento" de mercado de trabalho é a de 15 a 19 anos, em ambas as regiões. No caso específico da Região Metropolitana de

TABELA 7

RECIFE E SÃO PAULO

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO SEGUNDO GRUPOS DE IDADE - 1978/85

GRUPOS DE IDADE	PESSOAS OCUPADAS						EMPREGADOS						OUTRAS POSIÇÕES NA OCUPAÇÃO					
	1978	1981	1982	1983	1984	1985	1978	1981	1982	1983	1984	1985	1978	1981	1982	1983	1984	1985
Recife	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
10-14	2,7	2,6	3,0	2,3	2,5	2,7	2,8	2,5	2,5	1,9	2,0	2,1	2,1	3,1	4,6	3,2	3,7	4,2
15-19	12,1	11,7	11,9	11,0	10,3	10,6	13,8	13,1	12,9	11,9	11,2	11,2	6,7	7,1	8,8	8,4	8,3	9,2
20-25	17,6	17,5	16,6	16,7	16,0	17,4	20,8	20,5	19,5	19,9	18,9	20,8	7,2	7,9	8,0	8,7	8,9	9,7
26-29	15,4	14,6	15,3	15,0	15,9	15,2	16,8	15,8	17,1	16,5	17,5	17,0	11,0	10,8	9,8	11,0	12,0	11,3
30-39	23,0	23,5	23,5	23,6	25,6	24,1	22,0	23,4	22,9	23,7	25,4	24,0	26,1	23,6	25,3	23,5	25,8	24,4
40-49	16,4	16,7	16,1	18,0	16,8	16,6	14,5	14,8	14,7	16,0	15,0	14,7	22,7	22,5	20,3	23,2	21,3	20,6
50-59	9,1	9,5	9,9	9,2	8,7	9,0	7,1	7,3	7,9	7,3	7,1	7,2	15,7	16,6	15,7	14,2	12,8	13,1
60 e +	3,7	3,9	3,7	4,2	4,2	4,4	2,2	2,6	2,5	2,8	2,9	3,0	8,5	8,4	7,5	7,8	7,2	7,5
São Paulo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
10-14	2,0	1,5	1,5	1,2	1,4	1,9	2,2	1,6	1,5	1,2	1,4	1,8	1,2	1,3	1,5	1,4	1,4	2,5
15-19	13,8	12,3	12,4	11,4	11,1	11,4	16,1	14,6	14,4	13,3	13,1	13,4	3,2	3,0	3,5	3,4	3,1	2,9
20-25	18,8	17,5	17,6	17,3	17,0	16,9	21,2	19,9	20,0	19,8	19,5	19,3	7,7	7,7	7,6	6,8	6,7	6,5
26-29	16,5	16,8	16,5	16,8	17,4	16,6	17,4	18,0	17,7	17,9	18,7	17,8	12,4	12,2	11,3	12,1	12,7	11,5
30-39	22,1	24,2	25,0	26,1	26,8	26,6	22,3	23,6	24,1	25,1	25,8	25,9	25,9	26,8	29,0	30,4	30,5	29,8
40-49	15,6	15,6	15,8	15,8	15,5	15,6	12,9	13,2	13,6	14,0	13,7	13,9	27,3	25,3	25,2	23,5	22,9	22,7
50-59	7,8	8,9	8,2	8,3	8,0	8,1	6,1	6,9	6,6	6,5	6,0	6,2	15,5	16,8	14,9	15,6	16,1	16,5
60 e +	2,6	3,2	3,0	3,1	2,8	2,8	1,8	2,2	2,1	2,2	1,8	1,7	6,8	6,9	7,0	6,8	6,6	7,6

FONTE: IBGE - PNAD.

São Paulo, o pequeno percentual das pessoas ocupadas com 10 a 14 anos reduz-se ainda mais no período da crise, voltando em 1985, a marca dos anos iniciais.

O que se apresentou anteriormente está, sem dúvida, associado aos interesses, em geral e nos momentos críticos, que têm os empregadores de manter no trabalho a mão-de-obra mais experiente e dispensar, ou deixar de contratar, a mais jovem quando o nível de atividade induzem este procedimento.

Este "envelhecimento" relativo do contingente de pessoas engajadas na atividade econômica é ainda mais perceptível quando se passa do exame do total de pessoas ocupadas para aqueles vinculados ao trabalho através de uma relação de assalariamento. De fato, considerando-se a mesma faixa etária anterior (de 10 a 25 anos) observa-se que enquanto na Região Metropolitana do Recife o seu declínio se dá passando de 37,4% do total de empregados em 1978 para 33,9% em 1983 e 32,1% e 34,1% nos anos seguintes (1984 e 1985, respectivamente), em São Paulo é maior a queda, pois partindo-se, em 1978 da marca de 39,5% passa-se para 34,3% (1983) 34% (1984) e 34,5% (1985). Novamente, no que se refere, também, aos empregados, a faixa etária na qual o "ajuste" se dá com maior intensidade é a dos empregados entre 15 e 19 anos, isto é aqueles que, efetivamente estariam iniciando ou pretendendo iniciar a sua vida profissional.

Até o presente, o exame dos aspectos mais demográficos da força de trabalho, particularmente das pessoas ocupadas, mostrou que o comportamento, na crise e no início da recuperação, na Região Metropolitana de São Paulo e do Recife, foi muito similar, sem diferenças significativas. No entanto, não parece ser este o caso quando se passa para a análise da evolução das demais posições na ocupação, à parte os empregados. Na verdade, os dados da Tabela 7 mostram que, enquanto em São Paulo a estrutura etária das pessoas ocupadas sem relação de assalariamento, sobretudo autônomas, praticamente não se alterou, no Recife

ocorreu uma espécie de "rejuvenescimento" dessa categoria de pessoas ocupadas. Os dados que seguem, extraídos da tabela 7, mostram que este procedimento não se dá na Região Metropolitana de São Paulo, mas está bem evidente no Recife:

	1978	1983	1985
a) % de <u>outra posição</u> na ocupação			
Recife (10-25 anos)	16,0	20,3	23,1
b) % de <u>outra posição</u> na ocupação			
São Paulo (10-25 anos)	12,1	11,6	11,9

O que estes percentuais sugerem é que, na crise e no início da recuperação o "ajustamento" do mercado de trabalho no Recife, recorrendo às posições na ocupação não assalariados, como se apontou anteriormente, induz o trabalhador jovem para o exercício do trabalho autônomo, como alternativa diante da crise e no início da recuperação, enquanto não se retomam as condições vigentes no período pré-crise.

Vale o registro, de acordo com os dados da PNAD de alterações constatadas em São Paulo, no que se refere as demais posições na ocupação, para algumas faixas intermediárias. Enquanto a de 30 a 39 anos aumenta significativamente sua importância relativa, a de 40 a 49 a reduz.

Em seguida ao exame das posições na ocupação segundo faixa etária, passa-se ao estudo sumário dos desempregados, tentando detectar os traços mais gerais de sua evolução segundo as regiões metropolitanas do Recife e São Paulo e os grupos etários.

Um primeiro ponto que deve ser considerado é o impacto do desemprego sobre a população jovem. Suas taxas, como se pode observar na Tabela 8, significativamente superiores a média de cada região é bem maiores que das faixas etárias de mais idade, notadamente as de mais de 30 anos.

Os dados da referida tabela, mostram como o desemprego e as taxas de desemprego, evoluíram, segundo as faixas etárias na crise e recuperação. Antes do exame dos dados é necessário considerar, na análise do desemprego e de sua taxa, dois movimentos que influem nos valores apresentados. De

um lado, as dispensas (ou a não absorção) pelas unidades produtivas, em relação à força de trabalho que quer empregar-se e pressiona o mercado de trabalho; de outro lado, as pessoas que, por desalento ou outra razão qualquer saem da força de trabalho, ficando ausente, temporaria ou definitivamente do mercado de trabalho. Assim as cifras de desemprego e as suas taxas refletem (i) a maior ou menor presença de pessoas à procura do emprego decorrente da dispensa ou (ii) o fluxo e refluxo da força de trabalho e do seu interesse na procura efetiva de uma ocupação.

Os dados da Tabela 8 para a Região Metropolitana do Recife, ao destacarem que, no início da série considerada, 65,8% dos desempregados situavam-se nas faixas etárias que estão compreendida entre os 10 e 25 anos, mostram também que ocorreu uma redução dessa sua participação nos vários anos, com uma recuperação no último ano. Na verdade, se em 1978 a população desempregada de 10 a 25 anos representava 65,8% do total dos desempregados no Recife, este percentual passa para 60% em 1983, repetindo esta cifra em 1984 e recuperando sua marca inicial em 1985 (64,9%).

O que é importante ressaltar é que as faixas compreendidas no grupo de idade de 10 a 25 anos, no Recife, apresentam comportadamente distinto. Enquanto os situados na faixa mais jovem diminuem sua participação quando se intensifica a crise, aqueles situados entre 20 e 25 anos tem um comportamento análogo ao das faixas, de mais idade: a de 26 a 29 e a de 30 a 39 anos.

No caso específico das faixas de 10 a 14 e de 15 a 19 anos, provavelmente dois movimentos podem explicar este comportamento. De um lado a saída da força de trabalho, que pode estar associada ao fato de tratar-se, em grande parte, de uma mão-de-obra secundária que, face às dificuldades de colocação, deixa de procurar emprego. Em segundo lugar, no caso específico do Recife, a sua vinculação sob a forma de autônomo, em atividades precárias, que se apresentam como alternativa na crise e que, co

TABELA 8

RECIFE E SÃO PAULO

PROPORÇÃO DOS DESEMPREGADOS E TAXA DE DESEMPREGO SEGUNDO FAIXA ETÁRIA - 1978/85

GRUPOS DE IDADE	DESEMPREGO (%) POR GRUPO DE IDADE						TAXA DE DESEMPREGO POR GRUPO DE IDADE					
	1978	1981	1982	1983	1984	1985	1978	1981	1982	1983	1984	1985
Recife	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	5,9	7,9	6,7	7,6	8,4	4,9
10-14	4,5	2,7	2,3	1,4	1,8	0,5	9,7	8,0	5,3	5,0	6,2	0,9
15-19	32,5	24,3	25,3	22,3	21,1	26,5	14,4	15,1	13,2	14,4	15,8	11,5
20-24	28,8	33,6	35,3	36,3	37,7	37,7	9,2	14,1	13,1	15,2	17,7	10,1
25-29	15,0	16,3	17,2	19,4	16,1	18,3	5,7	8,7	7,4	9,7	8,5	5,9
30-39	9,8	13,6	12,9	14,2	14,6	11,8	2,6	4,8	3,8	4,7	5,0	2,5
40-49	6,5	6,5	4,4	4,5	5,2	4,7	2,4	3,2	1,9	2,0	2,8	1,5
50-59	2,5	2,5	2,2	1,5	2,8	0,7	1,7	2,2	1,5	1,3	2,9	0,4
60 e +	0,7	0,5	0,4	0,3	0,7	0,5	1,1	1,0	0,7	0,6	1,6	0,6
São Paulo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	2,6	7,2	5,3	8,0	6,7	5,3
10-14	7,2	3,5	4,3	3,8	4,9	5,0	8,5	14,2	14,0	20,3	20,3	12,6
15-19	34,4	31,5	27,5	25,6	29,1	32,2	6,2	15,5	11,2	16,3	16,0	13,8
20-24	21,8	24,7	24,9	21,0	24,9	23,1	3,0	9,2	7,4	9,6	9,6	7,2
25-29	13,0	13,3	14,7	17,8	14,4	13,8	2,0	5,3	4,8	8,4	5,7	4,5
30-39	12,0	13,6	17,1	17,5	16,0	16,1	1,4	3,9	3,7	5,5	4,2	3,3
40-49	6,6	8,2	9,1	8,9	7,0	6,5	1,1	3,7	3,2	4,7	3,2	2,3
50-59	3,5	4,0	2,3	4,9	3,1	2,7	1,2	3,1	1,6	4,9	2,9	1,9
60 e +	1,5	1,2	0,1	0,7	0,6	0,6	1,4	2,8	2,5	2,0	1,5	1,2

FONTE: IBGE - PNAD.

mo se constatou anteriormente, tem uma maior presença da população jovem nos momentos de crise e de início da recuperação econômica.

A população entre 20 e 39 anos é de fato aquela que neste movimento da economia, no Recife, tem sua participação aumentada no contingente de desempregados: de 53,6% em 1978, ela passa para 69,9% em 1983, no ano mais crítico, e para 67,8% em 1985, na retomada inicial da economia.

No caso da Grande São Paulo, há igualmente uma redução da participação, entre os desempregados das faixas etárias de menor idade, e um aumento das faixas intermediárias. No caso de São Paulo, esse aumento é bem mais definido para aqueles situados na faixa de 26 a 39 anos. Na verdade a faixa de 20 a 25 e de 40 a 49 anos têm também seu percentual aumentado com oscilações de um para outro ano.

Embora o desemprego, da perspectiva estrutural ou conjuntural, sabidamente, alcance a população de menor experiência profissional e mais jovem, o trabalhador da faixa muito jovem, prevalentemente constituída por uma mão-de-obra secundária e complementar à do chefe de família, pode sair da força de trabalho (deixando portanto de ser registrado como desempregado), retomando a procura de emprego quando o mercado de trabalho assinala novas possibilidades de ocupação.

O que as taxas de desemprego apresentadas também na Tabela 8 sugerem é que o tipo de "ajustamento" sugerido anteriormente como hipótese explicativa para o comportamento da população muito jovem, parece ter maior validade para a Região Metropolitana do Recife e menor para a de São Paulo. De fato, enquanto que as taxas de desemprego, no Recife, da população entre 10 e 14 e a de 15 a 19 anos se reduzem ou mantêm-se praticamente estáveis, comparativamente com 1978, a de São Paulo aumenta significativamente. Enquanto o desemprego no Recife na primeira fai-

xa etária considerada (10 a 15) evolui de 9,7% em 1978 (quando a taxa total era de 5,9%) para 5% em 1983 (taxa total 7,6%); em São Paulo esta evolução era de 8,5% em 1978 (taxa total 2,6%) para 20,3% em 1983, quando a taxa total de desemprego era de 8%. É provável que sem poder se retirar do mercado de trabalho, ou sem a presença da possibilidade de trabalho autônomo, o jovem paulista da região metropolitana tenha permanecido continuamente, pressionando o mercado de trabalho. Note-se que a queda da participação das duas faixas mais jovem é bem maior em Recife do que em São Paulo. Se algo há de específico no comportamento do mercado de trabalho nestas regiões metropolitanas, na perspectiva dos grupos etários, isto provavelmente ocorre nessa força de trabalho muito jovem, conforme sugerem os dados.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados disponíveis sobre emprego apresentam uma série de dificuldades quando se pretende utilizá-los para caracterizar o comportamento da ocupação diante de flutuações no nível de atividade econômica. As dificuldades começam pela própria redução de nível de emprego nos anos considerados. Neste particular a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), através do uso de projeções independentes para expansão da amostra, dificulta a apreensão de flutuação do emprego em localidades que sofrem de alterações bruscas nos fluxos migratórios, notadamente a situação de crise e recuperação da atividade econômica como foi o período 1980-1985 no Brasil. Os dados da PNAD não permitem ver a queda do crescimento da população residente na Grande São Paulo na crise com a diminuição da migração. Associada a isto, esconde o que se passou em termos de emprego e desemprego, embora as taxas que expressam exclusivamente os dados da amostra, pareçam bem estimadas, mas os valores absolutos não expressam fidedignamente a realidade. No que se refere à Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), também existem problemas na aferição do emprego, no entanto com relação, especificamente, à Região Metropolitana de São Paulo, os dados são bastante coerentes com os da FIESP. Para outras localidades existem problemas de cobertura que estão a exigir um tratamento mais acurado dos dados brutos. Com relação à PNAD é da maior importância discutir o procedimento de expansão, considerando inclusive a possibilidade de utilizar o inverso da fração da amostragem como fator de expansão. Comentários adicionais sobre estas e outras fontes de dados são apresentados no anexo ao presente texto.

Não obstante os problemas e dificuldades encontrados nas fontes, foi possível avançar a análise em algumas direções, utilizando-se basicamente as informações da PNAD e da RAIS. Da PNAD foram extraídas informações referentes ao emprego e desem-

prego, posições na ocupação, ocupação segundo os setores e característica etária da força de trabalho e das pessoas ocupadas nos anos considerados. Isto permitiu, utilizando apenas as posições da amostra, deixando de lado a sua expansão a partir das projeções independentes da população, verificar como foram diferentes em Recife e São Paulo as modificações na estrutura do emprego durante a crise e a recuperação da economia brasileira na primeira metade dos anos 80.

No que se refere à RAIS, sua utilização foi feita no sentido de examinar-se estrutura da indústria de transformação na Região Metropolitana de São Paulo e as alterações que ocorreram entre 1980 e 1985, nos fluxos mensais de admissão e desligamento do pessoal ocupado. Não foi possível entretanto avançar na análise da rotatividade, principalmente pela ausência de tabulações especiais que informassem com maior detalhe a distribuição de empregados e desligados por tempo de serviço, nos diversos anos entre 1980 e 1985. No que se refere a Região Metropolitana do Recife, a provável existência de problema de cobertura, não nos induziu ao uso semelhante ao dado para o exame da indústria de transformação na Região Metropolitana de São Paulo.

Em seguida apresentamos, de modo extremamente resumido, algumas das principais constatações obtidas nos itens anteriores:

- 1) A crise, a partir da qual é examinado o emprego, se concentrou na indústria de transformação, e dentro dela nos quatro ramos "metalúrgicos" (metalúrgica, mecânica, material elétrico e de comunicações e material de transporte).
- 2) Tratando-se sobretudo de uma crise que incide sobre a economia industrial, ela atinge os principais centros urbanos do país, suas regiões metropolitanas, notadamente a de São Paulo.

- 3) Nesta última Região Metropolitana a crise provocou o aumento de desemprego aberto e o emprego do trabalhador sem carteira de trabalho, muito mais do que o auto-emprego. Estes aspectos "modernos" da manifestação da crise em termos da situação ocupacional não transpareceu claramente nos dados absolutos da PNAD.
- 4) A crise, ao afetar preponderantemente a indústria de transformação provoca uma alteração definitiva na composição setorial do emprego, principalmente na Região Metropolitana de São Paulo. Vale dizer, quando na recuperação a indústria retorna ao nível de emprego pré-crise, os demais setores absorvem uma parcela relativamente maior da população trabalhadora.
- 5) O efeito sobre o emprego da redução dos níveis de atividade, dos estabelecimentos que sobrevivem à crise, foi maior do que o efeito do fechamento dos estabelecimentos. Simetricamente, ao menos no início da recuperação, a retomada da atividade dos estabelecimentos existentes afetou mais o emprego do que o surgimento dos novos estabelecimentos. Isto sugere que o principal mecanismo econômico por trás da flutuação do emprego é a política das empresas e não os ajustes de mercado através da entrada e saída de estabelecimento. Neste particular, tal comportamento exprime o caráter moderno da crise associado a presença do monopólio que facilita e garante a sobrevivência e a continuidade das empresas no mercado.
- 6) Entretanto, a política de emprego adotada por essas empresas é extremamente perversa, contrastando com a situação observada nos países desenvolvidos; em particular imperam altas taxas de rotatividade e, portanto, relações de emprego extremamente instáveis.

- 7.) Isto faz com que a redução do nível de emprego se dê muito mais através de uma redução no número de admissões de novos trabalhadores do que via aumento dos desligamentos de empregados.
- 8) No entanto, existe uma grande variedade de situações diferentes a nível dos ramos, com relação a rotatividade. Em ramos tais como química e material de transporte as taxas de rotatividade são muito inferiores, e se observa que a redução do emprego se processa através de circunstanciais dispensas maciças de empregados, contrariando a afirmação anterior de queda de emprego via redução nas admissões. Tal afirmação é válida para os casos em que prevalece uma alta taxa de rotatividade de trabalho.
- 9) A prática disseminada de alta rotatividade mostra seus inconvenientes para a empresa nas épocas de retomada da atividade econômica. Neste momento aumentam não apenas o número de empregados admitidos, mas também o de desempregados. Isto cria condições para que se verifique, simultaneamente escassez e desemprego no mercado de trabalho.
- 10) As alterações na situação ocupacional na crise e na recuperação econômica não tem porque se verificar exatamente da mesma maneira nas outras regiões metropolitanas. Assim por exemplo verificam-se diferenças significativas neste aspecto entre as Regiões Metropolitana de São Paulo e Recife. Entre elas destaca-se o fato de que a crise, em São Paulo, conduz a um aumento expressivo tanto no número de desempregados, como do de empregados sem carteira de trabalho; enquanto que o Recife amplia o número de auto-empregados e secundariamente os de desempregados.

11) Há entretanto um aspecto em comum. Nas duas regiões metropolitanas os mais afetados pela crise são os que formam a população jovem. Com isto ocorre uma mudança na estrutura etária dos diferentes posições na ocupação e entre os desempregados. Há um "envelhecimento" da população ocupada e em particular os assalariados em São Paulo e no Recife. Ocorre, em particular no Recife, um "rejuvenescimento" do auto-empregados. Para o jovem restou, na crise e no início da retomada, no Recife, o auto-emprego e saída da força de trabalho; e em São Paulo, o desemprego.

ANEXO: FONTE DOS DADOS PARA ANÁLISE DA CRISE

Com base nas colocações anteriormente explicitada e, considerando-se que o impacto da crise foi, sem dúvida, significativa sobre o mercado de trabalho, o que se pretende a seguir é examinar as fontes principais de informações e considerar as possibilidades e dificuldades para detectar as formas de ajustamento do referido mercado ao declínio da atividade econômica e o início de recuperação em 1984 e 1985.

O período examinado será o de 1980-85, considerando-se mais enfaticamente os anos 1980-83, quando a atividade econômica apresentou o seu maior declínio, conforme se descreveu anteriormente.

Entre as fontes de dados que serão consideradas estão a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a Relação Anual de Indicadores Sociais (RAIS), além de outras fontes como a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) e os indicadores SINE e outras fontes do Ministério do Trabalho.

As considerações que seguem não pretendem realizar uma avaliação das fontes que compreenda todos os seus aspectos metodológicos ou técnicos. Consideram, isto sim, alguns pontos julgados importantes e que devem ser levados em conta em pesquisas que tentam captar as alterações verificadas no mercado de trabalho na crise e recuperação recentes.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)

A utilização da PNAD para o exame do mercado de trabalho na crise e recuperação dos anos 80 envolve questões que vão desde mudanças no período de referência das pesquisas, dificuldades de comparação com outros levantamentos como o censo de 1980,

até questões relacionadas com a expansão da amostra. A rigor, no período 1980-85, deve-se excluir o ano 1980, quando não foi realizado o levantamento da PNAD, dado a realização do Censo Demográfico que não pode, efetivamente, ser comparado com as PNADs, bem como o ano de 1982, tendo em vista que, como se verá, mudanças no período de referência na aplicação do questionário, podem levar a conclusões equivocadas.

A PNAD, de acordo com o que define o IBGE⁽¹⁾, tem o objetivo de coletar de modo sistemático, através de amostra de domicílios, informações a respeito da situação sócio-econômica da população. Possui uma função complementar ao dos levantamentos censitários, com menor nível de detalhe, na qual se procura acompanhar o movimento da população, investigando inclusive temas especiais. Foi efetivamente implantada em 1967, tendo continuidade seus levantamentos em 1968 e 1969. Posteriormente ao Censo Demográfico de 1970 é reiniciada até 1973, retomando-se em 1976, seguindo-se em base anual até o presente, com exceção do ano de 1980 quando se realizou o Censo.

Uma primeira questão a ser levantada para o exame do período 1980-85 diz respeito ao fato de que, independente de questões metodológicas associadas ao desenho da amostra - que não se constitui objeto específico de exame - a expansão dos resultados da pesquisa, de acordo com os procedimentos adotados na PNAD, pode induzir a equívocos o analista que pretende utilizar tal levantamento no estudo do movimento conjuntural do emprego no período referido, conforme se assinalou no texto.

Este aspecto já havia sido objeto de análise no interior do próprio IBGE, quando André Medici ressaltava o fato de que "as PNADs não constituem o melhor instrumento para avaliar a evolução absoluta da população economicamente ativa e da força de trabalho em termos anuais, dado que, em primeira instân-

(1) IBGE (1981) pag. 23 e 24

cia, por ser uma pesquisa feita por amostragem, os dados absolutos estão sujeitos a um dado erro amostral... Em última instância, pelo fato de sua expansão tomar como base uma projeção do crescimento populacional e não o crescimento em si mesmo. Desta forma, ao se comparar os dados absolutos das PNADs da década de oitenta, deve-se ter em mente estas restrições⁽²⁾.

Esta última questão parece a mais relevante. A metodologia apresentada pelo IBGE ressalta o fato de a expansão não ser feita "mediante o uso dos estimadores naturais, resultante do plano amostral mas sim através de informações complementares, advindas da operação de listagem dos domicílios (...) e das projeções de população elaboradas pelo Departamento de Estudos de População do IBGE"⁽³⁾.

Textos explicativos que acompanharam a divulgação dos dados da PNAD chamam a atenção que tais projeções são elaboradas a partir dos resultados dos últimos censos demográficos e com base em hipóteses de crescimento da população associadas a determinadas taxas de fecundidade, mortalidade e migração. Assinalam que seu grau de precisão está estreitamente vinculado às hipóteses feitas a respeito das referidas taxas. Além disso, ressaltam que quanto mais distantes tais projeções estiverem do ano base (último censo realizado) maior será a probabilidade de aumento da "variância residual da função ajustante", pois em razão desse mesmo processo de expansão, "o cálculo do erro de amostragem deveria levar em conta duas fontes de variação: 1 - erro de amostragem proveniente da relação de domicílio para a amostra; 2 - erro proveniente do modelo matemático empregado projetar a população"⁽⁴⁾.

O que de fato algumas comparações sugerem - sem levar em conta questões ligadas ao desenho da amostra - é que para es

(2) Médice A. C. (s/data) pag. 3 e 4

(3) IBGE (1981) pag. 76

(4) IBGE (1983) pag. XXXVII.

paços restritos, nos quais a questão migratória tem um peso importante na determinação da dinâmica demográfica, e sujeitas a movimentos bruscos na sua atividade econômica, como na recente crise de 1980-83, estimativas feitas pela PNAD não traduzem a evolução da população e do emprego.

A tabela 1, que segue, apresenta informações de várias fontes relativas a ocupação e à população total para o país e algumas sub-regiões.

No que se refere ao país como todo, os dados revelam que no período 1981-85 o emprego total expandiu-se a taxas maiores que as apresentadas pelo crescimento da população. No entanto, ressaltam também que a indústria de transformação absorveu menos intensamente a força de trabalho, apresentando uma ligeira redução em 1983, com relação ao nível registrado nos dois anos anteriores. Este declínio do emprego industrial é bem maior em 1983 quando se considera os empregados com carteira assinada.

A tabela 1 registra ainda, comparando-se os dados das PNADs com o de outras fontes, que este declínio em 1983 relativamente aos demais anos é maior, sobretudo quando se leva em conta os dados de emprego da pesquisa industrial do IBGE. De fato, neste caso, em lugar do declínio de 4,2% em 1983, comparativamente com 1981, para os empregados com carteira assinada, tem-se um declínio de quase 14% para os empregos industriais registrados para os dados da pesquisa industrial do IBGE. Vale registrar que essas diferenças são bem menores quando se consideram as informações da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) do Ministério do Trabalho.

No que se refere ao Estado de São Paulo, as informações domiciliares levantadas pela PNAD tendem a se afastar mais daquelas levantadas nas empresas, mesmo quando se considera, nos primeiros levantamentos, os empregados com carteira assinada. Inclusive isto ocorre com os dados da RAIS (painel fixo),

TABELA 1
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO E EMPREGO NO BRASIL,
SÃO PAULO E REGIÕES METROPOLITANAS

PAIS, ESTADOS, SUB-REGIÕES E VARIÁVEIS	FONTE DOS DADOS	ANOS			
		1981	1982	1983	1984
BRASIL					
População Total	PNAD	100,00	102,35	104,59	107,16
População Ocupada Total	PNAD	100,00	105,41	106,60	110,43
Ocupados na Ind. Transf.	PNAD	100,00	103,09	99,36	104,66
Empregados na Ind. Transf. (com carteira assinada)	PNAD	100,00	100,83	95,79	100,79
Empregados na Ind. Transf. a) painel fixo	RAIS	100,00	99,45	92,64	97,96
b) dados brutos	RAIS	100,00	101,12	94,19	
Ocupados na Ind. Transf.	IBGE	100,00	93,23	86,14	83,83
ESTADO DE SÃO PAULO					
População Total	PNAD	100,00	103,13	106,23	109,68
População Ocupada Total	PNAD	100,00	104,68	105,54	111,01
Ocupados na Ind. Transf.	PNAD	100,00	100,74	95,81	104,80
Empregados na Ind. Transf. (com carteira assinada)	PNAD	100,00	99,10	94,27	101,85
Empregados na Ind. Transf. a) painel fixo	RAIS	100,00	99,20	91,25	98,68
Emprego na Ind. Transf.	FIESP	100,00	95,13	87,74	
Emprego na Ind. Transf.	IBGE	100,00	95,06	87,76	87,54
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO					
População Total	PNAD	100,00		107,51	111,66
População Ocupada Total	PNAD	100,00		105,07	112,53
Ocupados na Ind. Transf.	PNAD	100,00		93,43	103,59
Empregados na Ind. Transf. (com carteira assinada)	PNAD	100,00		93,59	99,45
Ocupados na Ind. Transf.	FIESP	100,00	95,27	86,20	
Índice Empregos Ind. Transf.	SINE	100,00	98,23	88,80	
Empregados na Ind. Transf. a) painel fixo	RAIS	100,00	98,93	89,37	96,62
REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE					
População Total	PNAD	100,00		105,10	108,06
População Ocupada Total	PNAD	100,00		107,22	109,49
Ocupados na Ind. Transf.	PNAD	100,00		99,13	104,58
Empregados na Ind. Transf. (com carteira assinada)	PNAD	100,00		89,70	93,68
Emprego na Ind. Transf.	SINE	100,00	97,94	88,83	

que no caso paulista guarda uma maior coerência com os dados levantados junto aos estabelecimentos.

É sobretudo em relação à Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) que se acentuam as diferenças referidas entre os levantamentos de natureza domiciliar e os realizados em estabelecimentos. Chama-se a atenção para o fato de que tais diferenças não podem ser atribuídas a distinção entre empregos "formais" e "informais", pois as comparações, no que se refere ao emprego industrial consideram os empregados (isto é, os assalariados) possuidores de carteira assinada (isto é, relações institucionalizadas de emprego). O caso da RMSP está seguramente associado ao fato que a crise recente, repercutindo mais intensamente na atividade industrial, notadamente nos segmentos produtores de bens de capital e de bens duráveis de consumo, como se constatou anteriormente, tendem a concentrar seus efeitos sobre os níveis de produção e emprego nesta área, onde está concentrada parte relevante da indústria e, sobretudo, os referidos segmentos. E, neste sentido, as projeções demográficas, com suas hipóteses inspiradas no comportamento da população verificado nos anos 70, não considerou os efeitos econômicos da crise sobre a sua dinâmica. Deve-se lembrar que tais projeções foram feitas para um espaço restrito (uma região metropolitana) para onde convergem intensos fluxos migratórios e que estava, sobretudo em 1980-83, submetido a um impacto severo da mais profunda crise econômica vivida pelo país e, principalmente, pelo seu núcleo dinâmico.

O que os dados da PNAD revelam é que o crescimento da população e do emprego total da RMSP teria ocorrido, entre 1981 e 1984, a taxas anuais de 3,7% e 4%, respectivamente. A PNAD, no entanto, registra um declínio de 6,5% do emprego industrial (e do empregado, com carteira assinada, na indústria de transformação) em 1983 em comparação com 1981, que é bem menor que o declínio registrado pela FIESP (quase 14%), pela RAIS (11%) e pelo SINE (11%).

A Região Metropolitana do Recife (RMR) apresenta, com relação aos dados da PNAD e SINE uma coerência muito grande no que se refere ao comportamento dos empregados com carteira assinada (PNAD) e nível de ocupação na indústria (SINE). Entretanto, nota-se na RMR uma prevalência de relações menos institucionalizadas de trabalho, comparativamente a áreas mais avançadas economicamente, que se intensificaram significativamente na crise (particularmente nos anos 1983 e 1984). A relação entre as pessoas ocupadas na indústria, com carteira de trabalho assinada e o total de ocupados nesta atividade passa de 87% em 1981 para 78,8% em 1983 e 78,0% no ano seguinte. Observa-se que no Estado de São Paulo e na RMSP a evolução das referidas variáveis tem, praticamente, a mesma configuração.

Vale registrar que as discussões sobre a expansão da amostra, nos levantamentos feitos pelo PNAD, realizadas no interior do próprio IBGE, levaram a simulações relacionadas com estimativas dos níveis da população total e do emprego em 1984 e 1985, para algumas regiões metropolitanas. Tais simulações procuraram fazer o confronto entre estimativas dos níveis da população e da força de trabalho, nos referidos anos, a partir das características próprias da amostra, com aquelas estimativas realizadas pelo PNAD com base em projeções independentes de população, que é o procedimento tradicional do IBGE-PNAD. Os dados revelaram que, seguindo a alternativa mais plausível quando à consideração das unidades domiciliares sorteadas que não foram entrevistadas (método II), que as diferenças entre os valores estimados para a população total das Regiões Metropolitanas do Recife e de São Paulo, em 1984, era de 18 e 11%, respectivamente. Isto significa que os valores projetados ultrapassaram de tais percentuais aqueles dados obtidos a partir das características próprias da amostra⁽⁵⁾.

Uma outra questão que deve ser considerada, na tentativa de analisar a repercussão da crise sobre o mercado de tra-

(5) Os dados referidos e a explicação dos procedimentos adotados foram apresentados aos autores do presente texto por Antônio Duran, em outubro de 1986.

balho, diz respeito à comparabilidade dos dados do censo demográfico e daqueles dos PNADs, particularmente do censo demográfico de 1980 e dos PNADs da década de 80. A este respeito, dois aspectos merecem consideração. Em primeiro lugar o relacionado com o período de referência, que nas PNAD tendem a ser considerado, em geral, a semana e nos censos demográficos um ano. Por conta deste particular, a PNAD, em tese, seria mais restritiva que os censos na enumeração da PEA, uma vez que "todas aquelas pessoas que, na última semana não tivessem trabalhado nem procurado trabalho, seriam excluídas do PEA, mesmo se tivessem trabalhado anteriormente" (6). Isto seguramente exporia a enumeração da PNAD a variações associadas à sazonalidade de muitas atividades econômicas.

Porém o que tem diferenciado as PNADs dos censos demográficos - sobretudo o de 1970, mas também o de 1980 - é a questão da enumeração da população feminina que faz parte da PEA. De fato, enquanto a taxa global de participação da mulher era de 29,4% em 1969 (de acordo com a PNAD) esta mesma participação, um ano depois, segundo o censo demográfico, era de 18,5% (7). No caso específico do censo demográfico de 1980 houve uma maior aproximação com os levantamentos da PNAD uma vez que seus questionários aproximaram-se daqueles desta última pesquisa, no entanto, ainda assim registraram-se diferenças significativas entre as taxas de participação do PNAD-81 (74,6% para o homem e 32,9% para as mulheres) e as do censo demográfico de 1980 (72,4% e 26,6% respectivamente para homens e mulheres).

Procurando ressaltar as dificuldades na comparação dos PNADs e censo demográfico, Paulo Paiva mostra, para o caso específico de São Paulo que no intervalo de 14,5 meses, entre os levantamentos do censo de 1980 e da PNAD-81, a PEA masculina teria crescido 5,1% enquanto que a população masculina de 10 anos e mais expandiu-se à taxa de 4,7%.

(6) Paiva P.T. A. (1984).

(7) Arias A. R. (1984) pág. 70.

Além disso, neste mesmo intervalo de tempo, enquanto a população feminina de 10 anos e mais cresceu 4,4%, a população economicamente ativa teve um incremento de 15%. Concluído sua análise, o referido autor ressalta que embora a enumeração do censo demográfico de 1980 pareça superior ao de 1970, ela continua inferior à do PNAD: O que sugere "a maior cautela possível na análise da evolução da PEA através dos dados censitários e da combinação dos resultados dos Censos Demográficos com os da PNADS" (8).

Se há problemas que exigem soluções e cautelas quando se estabelecem comparações entre fontes distintas de informações - mesmo produzidas pela mesma entidade, o IBGE - também tais problemas estão presentes quando se confrontam levantamentos idênticos para anos distintos. Tem-se constituído objeto de análise mais recentemente, a PNAD-82, em relação à de 1981 e a de anos mais recentes. A questão fundamental reside no fato de que, enquanto as PNADs em geral e as de 1981, 1983 e 1984 têm como ponto comum uma semana de referência (9), a de 1982 foi realizada em 12 semanas, no intervalo entre 26 de setembro e 18 de dezembro. Isto significa que ao lado de distintas épocas de referência - 1981 em novembro e 1983 e 1984 em setembro - um dos levantamentos, o de 1982, abrangeu 4 meses na aplicação do questionário e teve períodos de referência distintos no interior desse intervalo.

Com relação ao mercado de trabalho, dada a sazonalidade do emprego e o intenso processo inflacionário que a economia viveu a partir do início da presente década, com reajustes salariais a taxas e frequências cada vez maiores, e evidente que problemas de comparabilidade apareçam quando se pretende examinar a questão do emprego e remuneração de mão-de-obra.

(8) Paiva ET. A. (1984) pag. 55 a 57

(9) A de 1981, de 8 a 14 de novembro a de 1983, de 24 a 30 de setembro; a de 1984, de 23 a 29 de setembro.

Estudos realizados pelo IBGE chamaram a atenção para este fato⁽¹⁰⁾. Os pontos mais relevantes considerados, no referido estudo, foram os seguintes:

. As comparações das informações das pessoas ocupadas segundo os níveis de remuneração indicam ter ocorrido uma sobre-enumeração dos que ganham abaixo ou igual a um salário mínimo em 1982. De fato, neste ano, o percentual que era de 40,4% em 1981 e, em razão provavelmente do aprofundamento da crise em 1983, passou neste ano para 43,4%, já registrara, em 1982 a cifra de 47,7%. Isto sem dúvida, sugerem os dados da Pesquisa Mensal de Emprego, pode estar associado ao fato de que, após os reajustes do salário mínimo, o número de pessoas com rendimento igual ou menor que o mínimo, no mês imediato a estes reajustes, aumentou a sua participação no total das pessoas ocupadas⁽¹¹⁾.

No que se refere a sazonalidade, as conclusões a que o estudo citado chegou é a de que "a PNAD-82, por ter utilizado a média de 12 semanas para efeito de períodos de referência de dados, pode ter perdido a perspectiva de comparabilidade das informações sobre distribuição da população por setor de atividade". Para isto o estudo com base nos dados da Região Metropolitana de São Paulo e através do exame mais global das informações da Pesquisa Mensal de Emprego, constata que se os dados relativos à indústria estão mais próximos de situações sazonais, vigentes em setembro, o comércio de mercadorias e os serviços dizem respeito a tais situações comuns aos meses de novembro e dezembro.

No entanto é conveniente destacar que a estas dificuldades de comparação setorial entre a PNAD-82 e as demais, deve-se agregar outra mais episódica decorrente da classificação adotada para as pessoas engajadas nas frentes de trabalho no Nordeste (consideradas no setor da construção civil) e a sua desmo

(10) Médice A. C. (s/data).

(11) Ver Médice A. C. (s/data) tab. 2.

bilização parcial em 1982 e nova mobilização no ano seguinte. Isto implicou mudanças na posição relativa do setor primário e do sub-setor da construção civil, com reflexos nas comparações das informações para os Estados nordestinos, para o Nordeste no seu conjunto e mesmo em relação ao Brasil como todo.

Até agora, as análises e comparações feitas referiam-se as possibilidades que tinham os dados disponíveis, sobretudo da PNAD, para refletir o nível de emprego em fase como a da primeira metade da década de 80, na qual ocorrem oscilações significativas no nível de atividade econômica, notadamente no setor secundário e neste na indústria de transformação. Resta agora o exame sumário das possibilidades das referidas informações para o estudo da estrutura do mercado de trabalho e suas transformações, numa situação de crise.

Do que foi assinalado anteriormente nas hipóteses sobre o mercado de trabalho, ficou claro que a sua compreensão, nos termos propostos, está centrada no conhecimento do mercado organizado de trabalho, no qual as grandes questões relativas aos prováveis mecanismos de ajustamento exigem informações bastante detalhadas sobre atividades produtivas, tipos de ocupação, rotatividade e qualificação da mão-de-obra. Isto significa que, por suas características de pesquisa amostral e domiciliar, que pretende tão somente servir de complemento, através de classificações globais dos dados, ao censo demográfico, a PNAD tenha muito pouco a oferecer para o estudo. Na verdade não só estão ausentes questões específicas a respeito do tipo de ocupação da pessoa ocupada (o que é distinto de posição na ocupação), como não se dispõe de informações relativas à unidade de produção (formal ou informal) a qual a pessoa utilizada no processo produtivo está vinculada. Mesmo as classificações existentes como a referente a atividade produtiva, não permite uma maior desagregação, inclusive pelo fato de para espaços metropolitanos ou outras unidades espaciais menores que regiões, os dados não seriam representativos, dados os limites do procedimento de expansão da amostra. Estão ausentes também do levantamento informa-

ções que permitam o exame, mesmo global, da rotatividade da mão-de-obra, segundo segmentos produtivos, tipo de ocupação e características da unidade de produção.

Pesquisa Mensal de Empregos (PME)

A PME tem como finalidade, segundo o IBGE¹²⁾, a produção de indicadores mensais de emprego e desemprego. Tais indicadores são estimados a partir de dados de uma amostra probabilística de unidades domiciliares. O levantamento se restringe às regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife.

A referida pesquisa foi implantada no início de 1980 (janeiro) no Rio e São Paulo e, posteriormente, estendeu-se às Regiões Metropolitanas de Porto Alegre e Belo Horizonte (abril) e às de Recife e Salvador (junho). Entre sua implantação e janeiro de 1982, a PME fez uso do desenho da amostra do PNAD. Com base nos dados do censo demográfico de 1980, foram concluídos os estudos visando a reformulação da PME e no início de 1982 implanta-se, gradativamente, a reformulação da pesquisa que é concluída em maio do referido ano. Tal reformulação envolve não só o plano amostral como a ampliação da investigação. Segundo o próprio IBGE, a Pesquisa Mensal de Emprego "sofreu reformulações não só com relação à seleção das amostras que compõem os painéis, mas também com relação aos diversos instrumentos de coleta, a começar pelo questionário básico de investigação, passando pelos demais instrumentos para as devidas adequações e aperfeiçoamentos"¹³⁾.

As possibilidades de utilização das informações da Pesquisa Mensal de Emprego na análise do impacto da crise recente sobre o mercado de trabalho esbarram com dois tipos de questões que exigem uma investigação mais detida:

(12) IBGE (1983 - A) pág. 7.

(13) IBGE (1983 - A) pag. 39.

de um lado a questão da reformulação da PME, a qual, não obstante a afirmativa do IBGE de que as modificações introduzidas "não prejudicam a continuidade do indicador de desemprego que vem sendo divulgado"⁽¹⁴⁾, implicaram em alterações de importância nos níveis de algumas variáveis, inclusive o desemprego, como se vera;

de outro lado, considerando-se a concepção de mercado de trabalho adotada e, ademais, a realidade complexa e heterogênea do referido mercado em países como o Brasil, a questão dos conceitos, relacionados com a situação de utilização ou não utilização da força de trabalho.

No que se refere à primeira questão é conveniente começar a discussão a partir do exame de alguns dados. Inicialmente, as informações da própria PME, em seguida o seu confronto com algumas outras fontes de informações. Na tabela 2 é apresentada a evolução do principal indicador da referida pesquisa - a taxa de desemprego - no período de 1980 a 1985, para algumas regiões metropolitanas. Em primeiro lugar, chama-se a atenção para as alterações de níveis da referida taxa que ocorre após os três primeiros meses de 1982, quando se consolidou a reformulação da pesquisa. Essa alteração é particularmente evidente no caso de São Paulo e Rio, embora também perceptível no caso de Recife. Na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) passa-se de uma taxa de desemprego de 8,07% em março para 6,45% em abril, no Rio, de quase 9% para aproximadamente 7% (6,93%); e no Recife de 9,06% para 8,28%. Além disso, no caso da RMSP, por exemplo, as taxas de desemprego de 1981, início da crise, são, em todos os meses, maiores que as de 1983, reconhecidamente o ano no qual o impacto da crise, sobretudo em São Paulo, foi mais acentuado. O mesmo, com a exceção de alguns meses, é válido para o Rio e Recife. Isto torna, evi-

(14) IBGE (1983 - A) pag. 39.

dentemente, muito problemático o acompanhamento da crise, pois as reformulações se deram no ano intermediário do período no qual o declínio da atividade ocorreu.

TABELA 2

PESSOAS DE 15 ANOS E MAIS DESEMPREGADAS EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA NAS REGIÕES METROPOLITANAS DE SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO E RECIFE

REGIÕES METROPOLI- TANAS	MESES											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
São Paulo												
1980	6,87	6,72	6,57	5,78	5,85	5,38	5,27	5,21	5,35	5,24	5,15	4,36
1981	7,26	7,48	7,47	7,78	7,30	7,15	7,49	7,85	7,27	6,92	7,05	6,01
1982	8,96	7,90	8,07	6,45	5,40	5,25	5,43	5,71	5,75	4,90	4,50	3,61
1983	6,53	6,48	7,03	7,30	7,24	7,05	7,00	6,94	7,22	6,71	6,45	5,53
1984	7,89	8,09	7,51	7,49	7,95	7,20	6,78	6,95	6,38	5,93	5,31	4,07
1985	6,02	5,97	6,16	6,00	5,66	5,56	5,16	4,82	4,52	4,10	3,56	2,70
Rio de Janeiro												
1980	7,91	7,80	8,08	7,51	8,12	7,96	8,16	8,00	6,61	6,87	6,51	6,47
1981	7,99	8,17	8,85	8,94	8,88	7,91	9,12	8,88	8,25	8,33	8,78	8,25
1982	9,97	9,11	8,91	6,93	6,97	6,40	6,05	5,59	5,06	5,02	4,51	3,94
1983	5,83	5,41	6,71	6,59	6,27	6,54	6,16	6,55	6,66	6,20	6,16	5,02
1984	6,48	6,77	7,32	7,33	7,76	7,12	6,89	6,88	6,45	6,62	6,43	5,07
1985	6,35	5,73	6,01	5,55	5,57	5,01	4,84	4,33	4,29	3,86	3,75	3,07
Recife												
1980						6,95	7,05	7,54	7,21	6,64	6,46	5,81
1981	8,18	7,94	8,80	8,97	8,96	8,52	9,20	9,72	8,96	8,67	7,75	7,04
1982	9,46	8,81	9,06	8,28	7,99	7,45	7,93	6,99	6,82	6,36	6,17	4,65
1983	6,96	7,14	8,37	8,92	8,81	7,74	8,59	8,43	8,40	8,09	7,85	6,44
1984	8,10	9,07	9,53	8,59	10,18	10,13	10,21	9,76	9,61	8,44	8,32	5,80
1985	7,70	6,92	8,71	8,47	8,45	8,29	7,64	7,48	6,88	6,41	5,44	4,07

FONTE: IBGE. Pesquisa Mensal de Emprego.

Não resta dúvida, do exposto que houve um "rebaixamento", com a reformulação da pesquisa, das taxas de desemprego aberto, não explicável a partir da evolução da economia. Essa redução, foi do patamar de um índice de 100 a 90 nos três primeiros meses no Rio e São Paulo, para 70 e 60 no trimestre seguinte (ver tabela 3). A partir daí a taxa segue a sua evolução sazonal de redução nos meses finais do ano. Convém chamar a atenção para o fato de que, em geral, o declínio do desemprego ocorre no segun-

do semestre de cada ano (ver tabela 2), e que o ano de 1982 fugiu ao padrão perceptível nos demais anos (1980, 1981, 1983, 1984 e 1985).

TABELA 3

ÍNDICE DA TAXA DE DESEMPREGO PARA AS REGIÕES METROPOLITANAS DE SÃO PAULO, RIO E RECIFE

1982

(janeiro de 1982 = 100,0)

REGIÕES METROPOLITANAS	MESES											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
S. Paulo	100,0	88,2	90,0	72,0	60,4	58,6	68,6	63,7	64,2	54,7	50,2	40,3
Rio	100,0	91,4	89,4	69,5	69,9	64,2	60,7	56,1	50,8	50,4	45,2	39,4
Recife	100,0	93,1	95,8	87,5	84,4	75,8	83,8	73,9	72,1	67,2	65,2	49,2

FONTE: IBGE. Pesquisa Mensal de Emprego.

Um outro exame pode ser procedido, comparando-se a taxa de desemprego aberto estimado pelo PNAD, com aquelas da PME, para os meses coincidentes: os períodos de referência da PNAD com os meses específicos da PME. Isto é feito com base nas informações disponíveis para 1981 e 1983 ⁽¹⁵⁾. O que as informações destacam (ver tabela 4) é que, com exceção do caso do Recife no qual a PME apresenta, entre 1981 e 1983 um aumento enquanto as informações da PNAD revelam ligeiro declínio, é que as informações da PNAD, relativamente as da PME para os referidos anos, ora apresentam um declínio menor (caso de Salvador) ora aumentam ao tempo em que as taxas de desemprego da PME apresentam declínio. Os casos de Belo Horizonte, do Rio e de Porto Alegre são muito ilustrativos: ao aumento significativo da taxa de desemprego registrado pela PNAD corresponde o declínio da referida taxa conforme estimativa da PME. Com relação a São Paulo, a um aumento da taxa de desemprego do PNAD de 6,7% para 8,0%, corresponde uma al

(15) O confronto é feito considerando-se o período de referência da PNAD e os meses correspondentes a tais períodos para os dados da PME.

teração muito pouco significativa das taxas da PME.

TABELA 4

CONFRONTO ENTRE AS TAXAS DE DESEMPREGO ABERTO DA PNAD E DA PME PARA ALGUMAS REGIÕES METROPOLITANAS 1981 e 1983

REGIÃO METROPOLITANAS	FONTE DOS DADOS	ANOS	
		1981	1983
Recife	PNAD	7,9	7,6
	PME	7,75	8,40
Salvador	PNAD	7,2	5,7
	PME	8,46	5,69
Belo Horizonte	PNAD	7,6	9,0
	PME	8,21	5,73
Rio de Janeiro	PNAD	6,7	8,0
	PME	8,78	6,66
São Paulo	PNAD	6,7	8,0
	PME	7,05	7,22
Porto Alegre	PNAD	4,7	6,9
	PME	5,05	5,01

FONTE: IBGE: PNAD e PME

O exame mais detalhado das taxas específicas de desemprego aberto, considerando o sexo, idade e as taxas referidas àqueles que procuram trabalho pela primeira vez (ver tabela 5), sugere que a reformulação procedida na PME implicou uma diminuição muito mais significativa das taxas de desemprego daqueles que procuravam trabalho pela primeira vez, da força de trabalho jovem, seja a masculina seja a feminina. O significado disto é o de que os novos critérios utilizados levaram à diminuição do registro, relativamente ao que ocorria nos meses anteriores à reformulação, como desempregado, da mão-de-obra que iniciava sua inserção no mercado de trabalho e do jovem, em geral.

A causa principal deste fato, ao lado, provavelmente, de outros aspectos relativos ao desenho da amostra que não é possível detectar sem uma análise mais profunda (que não cabe no

presente trabalho) (16), reside, com certeza, em alterações procedidas no questionário que incluíram indagações adicionais que não constavam do anterior. De fato, enquanto que no primeiro, vigente até início de 1982, a situação de desempregado estava definida pela indagação de se (i) a pessoa trabalhava ou não, e (ii) se procurava ou não algum trabalho; no questionário da reformulação foi acrescentado todo um conjunto de alternativas no qual se indagava para pessoas que estava procurando emprego se havia ou não tomado algumas das providências explicitadas no questionário (consulta a empregadores, realização de concursos, consulta a agências ou sindicato, colocação ou resposta de anúncio ou jornais, consulta a parentes/amigos/colegas, outras providências). Estas especificações, embora recomendáveis no sentido de precisar mais a condição de desemprego aberto, em acordo com a concepção tradicional de desempregado, evidentemente dificultam as comparações com os dados levantados no questionário inicial que deixava em aberto ou não adicionava outras restrições na definição adotada. Isto significava que muitos dos desempregados, pelos critérios da PME vigente em 1980 e 1981, foram considerados fora da força de trabalho e, evidentemente, da situação de desempregados, e classificados como inativos. Neste sentido, a retirada desses indivíduos afetou proporcionalmente bem mais o numerador da fração que expressa a taxa de desemprego (desempregado /força de trabalho) do que o denominador implicado numa redução da taxa.

(16) Para um exame crítico das modificações introduzidas na metodologia da PME ver Gonçalves F.A e Tagliassuch M. T. (s/d).

TABELA 5

TAXAS DE DESEMPREGO ABERTO DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS E MAIS, SEGUNDO VINCULAÇÃO AO MERCADO DE TRABALHO, SEXO E IDADE NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO NO 1º e 2º SEMESTRES DE 1982.

ESPECIFICAÇÃO TOTAL	DESEMPREGO ABERTO						
	Procura de Trabalho pela Primeira Vez	SEGUNDO SEXO E IDADE					
		Homens			Mulheres		
		15/19 Anos	20/24 Anos	25/29 Anos	15/19 Anos	20/24 Anos	25/29 Anos
TAXA DE DESEMPREGO							
1º Trimestre 8,31	1,13	19,74	11,97	6,53	23,04	12,59	7,17
2º Trimestre 5,78	0,54	12,44	8,75	4,38	15,09	7,69	6,26
ÍNDICE							
(1º Trimestre = 100,0)							
1º Trimestre 100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2º Trimestre 69,6	47,8	63,0	73,1	67,1	65,5	61,5	87,3

FONTE: Indicadores IBGE. V. 4 nº 3, março 1985.

Observação: as taxas de desemprego trimestrais foram calculadas a partir da média aritmética das taxas mensais apresentadas pela PME.

Tratando-se de mercado de trabalho nos quais na procura de emprego não tendem a prevalecer procedimentos institucionalizados ou formais, é possível que a tentativa de melhor definir estas formas no segundo questionário da PME, tenha afetado, comparativamente ao primeiro questionário, aqueles que buscavam emprego pela primeira vez e os mais jovens.

Em trabalho no qual procura estabelecer comparações entre a PME e a pesquisa de emprego e desemprego do DIEESE/SEAD, Roberto Macedo faz uma ligeira referência à reformulação da PME, assinalando que ao passar do primeiro para o segundo questionário, o IBGE adotou "uma definição mais restrita de desempregados, passando a considerar como tais, no segundo caso, apenas aqueles que declararam estar efetivamente à procura de trabalho" Agrega a isto que na fase inicial da referida pesquisa "não havia a preocupação de esclarecer se as pessoas que declaravam estar à procura de trabalho efetivamente o faziam" (17). Considerações semelhantes são encontradas no texto, já citado, de Fábio Gonçalves e Miriam Tagliassuchi da Fundação de Economia e Estatística do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

É conveniente, agora, passar-se para o exame da questão dos conceitos. É sabido, sobretudo depois da sua reformulação, que a PME possui um conjunto muito variado de indicadores sobre o mercado de trabalho que, no entanto, não são divulgados em sua totalidade.

Ao lado da ausência, muito reclamada que já recentemente começa a ser atendida, dos valores absolutos relacionados com a situação de ocupação e desocupação, são feitas críticas ao facto de os conceitos adotados não serem suficientemente adequados para captar a heterogeneidade de situação de mercado de trabalho de países como o Brasil. Neste particular, têm sido frequentemente levantadas questões relativas às condições de desemprego ou desocupação.

(17) Macedo R. (s/data).

Uma objeção mais geral diz respeito ao argumento de que mesmo em época de crise a taxa de desemprego aberto adotada pelo IBGE obscurecer a questão da desocupação, mesmo quando aumenta o desemprego nos setores mais organizados da economia. Assim, a ausência de seguro-desemprego no país e a passagem rápida e quase obrigatória da pessoa que se encontra na situação de desocupação para qualquer ocupação que apareça, por mais precárias, constitui um fenômeno que tem que ser considerado na produção dos indicadores. Além disso, um ponto que deve ainda ser contemplado, neste particular, é o fato de um contingente não desprezível de pessoas que não obteve nenhuma ocupação deixou de procurar trabalho por considerar que seria remota a possibilidade de encontrá-lo. Finalmente, outra questão associada a isto, diz respeito ao período de referência, por se considerar o intervalo de uma semana extremamente reduzido para captar o fenômeno (18).

Estas são em geral as questões que estão subjacentes a discussão recente e que estavam relacionadas com o confronto entre a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE (PME) e a pesquisa de Emprego e Desemprego do SEAD/DIEESE (PED)

Entre os trabalhos relativos ao confronto entre a PME e a PED, além do já citado de Roberto Macedo, vale reportar-se a um documento interno do IBGE de 1985 intitulado "Posição do IBGE em face da Unificação das Pesquisas de Emprego e Desemprego" (19). Neste documento que seguramente não pode ser entendido como posição oficial do referido órgão mas um documento de trabalho para a tentativa de unificação, ao que tudo indica frustrada, da PME e PED, são ressaltados alguns pontos dignos de referência:

- o reconhecimento das diferenças entre as duas pesquisas, que dizem respeito quer à abordagem do fenômeno, quer a conceitos e procedimentos amostrais;

(18) Médice A.C. & Souza Aguiar M.A. (1985) pag. 23 e Gonçalves, F. & Tagliassuch M. T. (s/data) pag 135.

(19) IBGE (1985).

o registro da busca de aperfeiçoamento por parte do IBGE, com relação à PME, e o reconhecimento de que a tentativa de unificação consistiria numa oportunidade para dar início a uma nova reformulação.

Deixando de lado as críticas do documento do IBGE a PED, elaborada pelo DIEESE/SEAD, o texto faz uma apreciação ou auto-avaliação de alguns pontos da PME destacando principalmente:

o fato de que existem áreas de sombras entre as situações em emprego e desemprego e que a definição tradicional de desocupado, baseado na situação de não desempenho de atividades produtivas e de procura de trabalho, é extremamente rígida para as captar;

o de ressaltar que existem, a este respeito, três "situações problemáticas". (i) a do indivíduo que, embora disposto a trabalhar não tem condições de procurar trabalho; (ii) a daquele que, embora podendo não o faz por pensar que não encontrará trabalho (iii) a dos indivíduos que, embora ocupados precariamente, procuram trabalho.

Depois dessas considerações, o texto do IBGE ressalta alguns pontos que merecem ser citados:

"Para captar as duas principais situações teríamos que saber as razões pelas quais os inativos declararam não ter procurado trabalho, enquanto que a terceira situação exigiria, fatalmente, algum critério que definisse o que é trabalho precário. Se for possível medir o contingente formado pelos desempregados abertos adicionado dessas três situações, certamente ter-se-ia um indicador mais próximo da situação ocupacional socialmente percebida. Daí concordar-se que a investigação sobre procura de trabalho deve ser estendida, também, aos ocupados. Além disso, deve ser pesquisada a disposição para trabalhar dos inativos" (20).

(20) IBGE (1985)

Uma outra questão importante que é levantada diz respeito, neste confronto PME-PED, à natureza da pesquisa e, em decorrência, dos indicadores que devem ser investigados. Se se trata de uma investigação que tem por objetivo captar a evolução conjuntural do mercado de trabalho e evidente que muitos dos aspectos estruturais vinculados a ocupação e desocupação não devem ser contemplados, salvo em intervalos bem maiores de tempo, numa pesquisa de levantamentos mensais com a PME. Neste sentido, os autores do texto do IBGE questionam a respeito da oportunidade de, numa investigação sobre a conjuntura do mercado de trabalho, levantar dados sobre o trabalho precário ou excepcional e o desalento.

A tese do documento parece, sem dúvida, muito sensata ao reconhecer (i) em primeiro lugar, a necessidade de investigar as condições de trabalho e de procura de trabalho (sem que uma exclua a outra) nos períodos de referência, bem como as características do trabalho atual, do último trabalho do desocupado, e, evidentemente, das características sociais e demográficas da população; (ii) a recomendação de que se faça uma distinção entre aspectos conjunturais e estruturais, investigando com periodicidade maior questões a respeito do trabalho exercido de forma precária ou excepcional, o desalento e pressões potenciais sobre o mercado de trabalho e as características do trabalho anterior dos desocupados.

No entanto, o que não se deve descartar é que, ao lado do cuidado em se adotar medidas tão precárias quando possíveis a partir de definições que possibilitem, oportunamente, a mensuração a um custo não proibitivo, e de maior relevância partir-se de uma concepção geral e coerente do que é mercado de trabalho em país como o Brasil, caracterizado pela heterogeneidade, pela industrialização tardia e pela intensidade das transformações na sua estrutura produtiva, como se fez referência. O que se pretende aqui assinalar é que (i) ao reconhecimento da insuficiência de indicadores como o de desemprego aberto para captar a complexidade das situações no mercado de trabalho, ligadas tanto à ocupação como a desocupação; (ii) ao cuidado que se deve ter

no sentido de distinguir aspectos conjunturais e estruturais ligados ao mercado de trabalho, na definição de uma pesquisa; (iii) é de maior relevância partir de uma abordagem geral que aponte, coerentemente, os traços mais relevantes do mercado de trabalho no país, e as classificações e pontos que, numa pesquisa de conjuntura deveriam ser considerados.

Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)

A RAIS tem por base as informações fornecidas pelos empregadores, pessoas jurídicas ou órgãos da administração direta e indireta e abrange aspectos relativos ao número de empregos, sexo e idade do empregado, grau de instrução, salário, tempo de serviço, tipo de ocupação, setor de atividade, vínculo empregatício e causas das rescisões dos contratos de trabalho, entre outros dados. Considerando-se, comumente, que tal fonte de informação cobre o que em geral é considerado o mercado "formal" de trabalho, entendido como aquele no qual prevalecem o assalariamento da mão-de-obra, em empresas e entidades nas quais existem relações institucionalizadas e um mínimo de cobertura social através do INPS, FGTS, PIS/PASEP etc. (21).

Esta fonte de informações, como hoje ela se apresenta, é resultante de um esforço de unificação de levantamentos de natureza administrativa de responsabilidade de diversas instituições: a Relação Anual de Salário (RAS) da Caixa Econômica Federal, criada em razão do PIS (Programa de Integração Social) e PASEP (Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público); a relação dos Dois Terços, mais antiga, vinculada a dispositivos legais centrados na questão da nacionalidade dos empregados e de responsabilidade do Ministério do Trabalho. A RAIS reportando substituiu e unificou, a partir da segunda metade da década de 70 esses levantamentos principais, constituindo, provavelmente, um avanço em relação ao que era anteriormente realizado a respeito.

(21) Tagliassuch M. T. e Vergara D. H. (s/data).

Dois pontos básicos devem ser ressaltados com relação à RAIS, que têm implicações importantes para a utilização das informações na análise do mercado de trabalho. Em primeiro lugar, o fato de tratar-se de um levantamento administrativo com finalidade de fiscalização da realização de determinados programas governamentais ou de cumprimento de normas, estabelecidas pelo poder público. Em segundo lugar, a sua recente implantação.

O primeiro ponto deve ser considerado pelo fato de que dele decorrem problemas ligados a coleta dos dados, aos conceitos e classificações utilizados e a outros procedimentos metodológicos que o tornem, comparativamente a levantamentos realizados por instituições especializadas e para fins específicos de pesquisa, bem mais vulneráveis. No que se refere ao fato de so recentemente ter sido implantado este sistema de coleta de dados sobre a ocupação, o que se deve considerar é não só os problemas comuns associados ao caráter ainda "experimental" dos levantamentos, mas o fato de que, tratando-se de um levantamento administrativo, que pretende coletar dados para todo universo de informações (não para amostra representativa), o aperfeiçoamento gradativo do sistema de coleta pode sugerir, nos resultados apresentados, uma evolução para as variáveis que pouco tenha a ver com o seu comportamento efetivo. Assim, por exemplo, o número de empregos pode ter crescido não pelo fato de a atividade econômica ter-se ampliado e simultaneamente terem sido criados novos postos de trabalho, mas em razão de uma maior eficiência do sistema de coleta de dados que ampliou sua "cobertura" no universo de empresas ou instituições que constituem objeto do seu levantamento.

Uma distorção que tem sido ressaltada com certa frequência no exame da RAIS, associada aos aspectos anteriormente mencionados, diz respeito ao fato de que as informações são fornecidas pelas empresas que têm, elas próprias, de responderem diretamente e se enquadrarem nas diversas classificações e conceitos pelas instruções. Isto parece ser particularmente grave no caso das respostas que envolvem a identificação da localização dos empregos (caso de empresas ou repartições que centralizam na

administração geral dados referentes a estabelecimento ou orgaos situados em outras localidades) ou na especificação do tipo de atividade, tendo em vista o grande número de opções (22).

Além dessa distorção esta bem presente, nos textos que examinam esta fonte de dados, aquela relacionada com o fato de que tendo em vista que a ocorrência de extinção de uma determino estabelecimento nao implica o registro dos desligamentos ocorridos por esta razão, há uma subestimação dos desligamentos, com evidente distorção sobre a flutuação de emprego e consequentemente sobre o importante aspecto da rotatividade.

Vale o registro de que a comparação das informações da RAIS com os dados de outras fontes de informações merecem alguns cuidados adicionais. Em primeiro lugar, o conceito de estabelecimento é distinto daquele definido, sobretudo nos últimos censos econômicos, particularmente o de indústria, pelo IBGE. No caso da RAIS, a definição está mais próxima do conceito de unidades de cada empresa (ou instituição) separada espacialmente; mesmo que existam, no caso de uma empresa, linhas de produção distintas. O IBGE define estabelecimento como a unidade de produção (no caso industrial) na qual são obtidos um só produto ou produtos conexos, "com o emprego da mesma matérias-primas ou a utilização dos mesmos processos industriais" (23). No que se refere ao emprego, é conveniente considerar nas comparações entre a RAIS e outras fontes, o fato de que o número de empregados registrados compreende o número de vínculos empregatícios em determinada data, que difere do número de pessoas empregadas em razão do fato de uma pessoa poder ter mais de um emprego simultaneamente. Atenção também deve ser dada à comparação entre as classificações adotadas, notadamente em relação à atividades produtivas, dado o problema do preenchimento do questionário diretamente pela entidade, contrariamente ao que ocorre com os levantamentos associados a pesquisa, como os do IBGE, no qual há uma supervisão maior da entidade que levanta os dados.

(22) Tagliassuchi M. T. & Vergas

(23) Ver introdução aos censos industriais de 1970, pag. XIX

Em resumo, o que é conveniente considerar em relação à RAIS e que, como assinalam Miriam Tagliassuchi e Dulce Vergara, se trata de "um levantamento que não possui, a rigor, um caráter estatístico, estando sujeita a não-resposta sem que haja uma permanente fiscalização e controle de resposta e respondentes em campo". Em seguida assinalam que esta limitação pode conduzir a discrepâncias de resultados comparativamente a outros levantamentos, "mesmo quando são utilizados critérios visando a tornar os dados mais comparáveis" (24).

Deve-se considerar que, recentemente, alguns procedimentos estão sendo adotados em relação a distorções já assinaladas em artigos e avaliações sobre esta fonte de dados. Uma delas consiste em procedimentos para adoção de um painel fixo no sentido de evitar que a maior cobertura do sistema de controle de informações se reflita nos dados que deveriam expressar a evolução efetiva das variáveis do mercado de trabalho. Registre-se que infelizmente as informações trabalhadas neste particular limitam-se a apenas uma das 12 tabelas comumente produzidas através da RAIS.

Quanto à divulgação dos dados, este é um aspecto que constitui a razão principal da pouca utilização e do desconhecimento desta fonte de informações. No que se refere as informações a partir de 1980 ao lado da publicação editada pelo Ministério do Trabalho, com os dados extremamente agregados, referentes ao período 1980-83 (25), o acesso aos dados é possível, ou através de requisição específica de processamento das informações, ou de consulta direta às tabulações já realizadas diretamente no Ministério do Trabalho em Brasília.

Não obstante essas considerações e outras questões que, seguramente, uma análise mais acurada poderia ressaltar, essas informações são consideravelmente importantes para o exame do mercado de trabalho em período recente, particularmente, no sentido proposto pela abordagem anteriormente discutida. Pelo fato de permitir a análise da questão da rotatividade segundo as dis-

(24) Tagliassuchi M. T. & Vergara D. N. (s/data).

(25) Ver Ministério do Trabalho (1983) Mais recentemente foram publicados, para 1985, os dados da RAIS.

tintas atividades econômicas, tamanho ou categoria das unidades produtoras de bens ou serviços, tipo de ocupação de força de trabalho, diferentes níveis salariais, características demográficas da pessoa empregada (sexo, idade), níveis de instrução, não resta dúvida que a RAIS constitui uma fonte valiosa de dados para o estudo do mercado de trabalho.

Através do uso combinado dessas categorias e dos distintos cortes que poderiam ser feitos com os dados da RAIS, no sentido de examinar, no período 1980-85, os segmentos do mercado de trabalho sugerido na hipótese anteriormente apresentada, pode-se estudar a crise e a recuperação recente avançando um pouco mais, notadamente no que diz respeito ao trabalho assalariado, comparativamente aos estudos já realizados e sumariamente referidos.

Outras Fontes de Informações

Ao lado das fontes anteriormente mencionadas, devem ser feitas referências ao Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Lei 4923/65) e ao índice de emprego, derivado dessa fonte de dados.

A Lei 4923, de 23 de dezembro de 1965, instituiu o registro de admissões e dispensas de pessoas empregadas nas empresas sujeitas as normas da CLT. Ao lado disto, a lei estabeleceu normas relativas à questão do desemprego e de assistência aos desempregados, bem como relacionadas com os limites de redução de salários em virtude de diminuição da jornada de trabalho, além de outras medidas (26). Foi a partir também da referida lei que foi instituído o Fundo de Assistência ao Desempregado. O registro de admissão e dispensa das pessoas empregadas, exigido para as empresas que tivessem este tipo de movimentação de pessoal, visava estabelecer meios para o exame do cumprimento das normas estabelecidas.

(26) Ver Ministério do Trabalho (1986) e Diário Oficial da União de 23.12.65.

O sistema vigente até 1983 constou, fundamentalmente, no que se refere ao levantamento dos dados, de um formulário padrão que continha informações relativas aos estabelecimentos (identificação, localização, atividade econômica) e à pessoa empregada (nome, número da carteira profissional, condições de admissão ou desligamento, salário e função). Posteriormente à fase inicial de implantação, em razão dos problemas que surgiram, foi instituído um formulário resumo, no início de 1977, a partir do qual foi montado o índice mensal de emprego, que cobria, inicialmente, nove regiões metropolitanas e o Distrito Federal, expandindo-se, posteriormente, para outras áreas. Tal formulário - denominado de "Resumo do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados" - era destinado aos estabelecimentos que compunham uma amostra "estabelecida na forma de painel fixo de respondentes mes a mês" (27).

Foi grande o número de problemas surgidos desde a implantação do sistema, a partir do formulário padrão. Em primeiro lugar, os derivados da incapacidade do Ministério no processamento das informações, o qual exigiu a sua descentralização através de convênios com organismos regionais e instituições universitárias, os quais utilizavam os meios (computadores ou elaboração manual dos dados) que estivessem a seu dispor. Embora inicialmente fossem apresentados os resultados dos dados por estados e total do Brasil (segundo os grandes setores), posteriormente, em 1976, tal disponibilidade de informações ficou limitada a algumas regiões e estados, dada a impossibilidade do Ministério de atualização e consolidação das informações a nível do total do país.

Aos problemas acima referidos, foram agregados outros:

dificuldade e mesmo impossibilidade no controle e fiscalização dos estabelecimentos que respondiam, visando do melhor o levantamento dos dados;

(27) Ministério do Trabalho (1986).

problemas referentes a conceituação e definição que dificultavam o preenchimento dos formulários, dando lugar a equívocos em vários aspectos;

obstáculos quanto ao cumprimento da obrigação legal referente a apresentação periódica dos dados (formação de longas filas junto aos órgãos receptores do formulário o que levava a não-resposta) e ausência de informações referente ao estoque de empregados e sobre suas características individuais (sexo, idade, tempo de trabalho e grau de instrução).

No que se refere ao formulário-resumo, a partir do qual foi elaborado o índice mensal de emprego, vale, inicialmente, ressaltar que em razão da sua importância na geração de empregos e da maior facilidade no controle dos respondentes, foram escolhidos para compor a amostra, os estabelecimentos de tamanho médio e grande. Isto, constatou-se posteriormente, implicou a produção de um índice que não era representativo da evolução do emprego, notadamente nas atividades e áreas nas quais as unidades de produção de bens e serviços de pequeno porte eram relevantes e/ou possuíam um comportamento distinto do estabelecimento de maior porte.

Além disso, deve-se considerar nesta fonte de informações, que o índice produzido para cada área geográfica, referido ao mês anterior ou à base fixa, deve ser utilizado com reserva, "dado que a definição de médios e grandes estabelecimentos, por domínio, não era homogênea no interior de cada área geográfica. Ademais, cada domínio estava sujeito a diferentes percentuais de perdas e omissões cadastrais. Estes eram os fatores que impediam a elaboração de resultados para o conjunto das regiões metropolitanas pesquisadas, como também, para a totalidade das 27 áreas de levantamento" (28).

Existiam também problemas adicionais que afetavam os indicadores, notadamente, segundo o documento do Ministério do Trabalho, já citado, as taxas de rotatividade. Tais problemas di-

(28) Ministério do Trabalho (1985) pag. 13.

ziam respeito fundamentalmente: (i) a ausência "de desagregação para a indústria e serviços"; (ii) "a falta de informações para regiões outras que não as grandes áreas urbanas"; (iii) a ausência de críticas das informações e inclusive dificuldades para obtenção dos dados de estabelecimentos da amostra, inclusive de grande porte. (pág. 16 e 17).

Foi a partir do reconhecimento da precariedade e insuficiência de levantamentos e procedimentos anteriormente adotados que foram realizados estudos e avaliações sobre os dados da Lei 4923/65 e feitas sugestões para seu aperfeiçoamento. Os trabalhos de reformulação iniciaram-se no segundo semestre de 1983, a partir da elaboração de um novo formulário que, ao lado das informações, já citadas, abrangiam características de pessoa empregada (PIS/PASEP, sexo, idade, nascimento, instrução, horas trabalhadas, tipo de movimento, data da admissão, ocupação). Houve um maior detalhamento nas classificações tanto no que se refere ao âmbito geográfico, quanto as atividades econômicas, e ocupação, agora a partir da CBO.

Em termos institucionais, com a coleta e a venda de formulários através do Correio e a possibilidade de entrega das respostas por questionários através de fitas magnéticas, foi possível agilizar-se o processamento dos dados. No entanto, isto não evitou a existência de alguns problemas durante a implantação do novo sistema, entre os quais a falta dos novos formulários em algumas cidades e o fato de muitos estabelecimentos continuarem a informar com o antigo formulário, bem como a perda de formulários, tendo em vista que continuaram a ser entregues as antigas unidades coletoras. Agrega-se a isto problemas ligados ao processamento da amostra e outros associados ao despreparo em relação a digitação dos dados (29).

Mesmo após a implantação do novo sistema, que no primeiro semestre de 1984 já se encontrava funcionando regularmente, ainda são detectados vários problemas, particularmente associados a erros e omissões. Estes afetam diferenciadamente os setores eco

(29) Ministério do Trabalho (1986) pag. 21 e 23.

nômicos e áreas-geográficas dificultando a comparação e confronto entre as suas evoluções e, seguramente, influenciando nos totais.

Vale destacar que somente parte das informações disponíveis têm sido efetivamente utilizadas. A existência de vários problemas para o processamento do denominado módulo II (com as informações das características individuais dos empregados) entre os quais se destacam aqueles problemas que deram lugar a um crescimento do estoque de emprego que não correspondia ao efetivo movimento do mercado de trabalho. Isto levou a limitações do processamento dos dados ao âmbito, apenas, do módulo I. Entre as incorreções que continham as informações do módulo II, vale salientar a omissão dos desligados, sobretudo daqueles cuja iniciativa de desligamento é do trabalhador, omissões de admissões, além de troca de informações relacionadas com o movimento (admissão e desligamento) de trabalhadores na empresa. Isto inviabilizou o uso do referido módulo para o cálculo de índices, taxas e estoques de emprego.

Finalmente o que é importante ressaltar é que com as mudanças ocorridas a partir de 1983 passaram a existir problemas de comparabilidade dos índices de emprego estimados para os períodos anteriores ao referido ano, com aqueles que passaram a ser calculados posteriormente à reformulação. Isto estava relacionado sobretudo com a definição do índice que foi adotado pós-1983: na nova fórmula passou-se a considerar o emprego existente naqueles estabelecimentos que não informaram no Mês. Isto se dá por se considerar que, se o estabelecimento não respondeu o formulário, e porque não teve movimentação de emprego. Assim sendo, supõe-se que seu estoque de emprego "continua o mesmo da época de sua última informação" (30). A mesma questão ocorre em relação à taxa de rotatividade que também foi alterada, incorporando o emprego existente nos estabelecimentos não respondentes no mês em referência.

Em resumo aos problemas existentes de operacionalização do levantamento de dados, que envolve questões conceituais, administrativas e metodológicas em geral, e as dificuldades inerentes ao seu uso como parte de dados para pesquisa, soma-se, nes

(30) Ministério do Trabalho (1986) pag. 24

te caso, alterações nos instrumentos de coleta e nas definições adotadas, em anos intermediários do período em exame. Isto, evidentemente, limita o uso do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Lei 4923/65) e os índices gerados à partir dos seus dados, na análise que se pretende realizar. Registre-se sugestão de técnicos do Ministério do Trabalho no sentido de procurar trabalhar com a RAIS que substituiria, em muitos aspectos, na abordagem considerado no presente trabalho, o Cadastro de Empregados e Desempregados.

BIBLIOGRAFIA.

- 1 - ARIAS, Alfonso Rodrigues (1984). Comentário ao Trabalho "A Conceituação e a Enumeração da População Economicamente Ativa" de Paulo Paiva. In ABEP. Censo, Consensos e Contra-sensos. Ouro Preto.
- 2 - BALTAR, Paulo (1985). Salário e Emprego: Esboço de uma Abordagem Teórica". UNICAMP. Campinas (mimeog.)
- 3 - Banco Central do Brasil (1985). Relatório 1984. Brasília.
- 4 - ----- (1986). Relatório 1985. Brasília.
- 5 - CUNHA, P. (1983) Minimum Wage Policy With Compulsory Collective contracts: an Empirical Investigation of the Wage Formation Process for Unskilled Workers in Brazilian Industry. Research Proposal. Banco Mundial - Fevereiro
- 6 - CUNHA, Paulo Vieira & BONELLI, R. (1978) Estrutura de Salários e Industrias no Brasil: Um estudo sobre a Distribuição dos Salários Médios em 1970. In Pesquisa e Planejamento Econômico v.8 nº 1. abril 1978. Rio.
- 7 - DIEESE (1984). Pesquisa DIEESE: Emprego e Desemprego na Grande São Paulo (1981-1983). São Paulo.
- 8 - F.G.V. (1984). Instituto Brasileiro de Economia. Contas Nacionais do Brasil: Metodologias e Tabelas Estatísticas. Rio.
- 9 - GARCIA, N. (1982). Absorción Creciente con Subempleo Persistente. In Revista de la CEPAL, nº 18, Santiago.
- 10- ----- & TOKMAN, V. (1984). Transformacion Ocupacional y Crisis. In Revista de la CEPAL, nº 24. Santiago.

- 11- GOMES, Gustavo Maia; OSÓRIO, Carlos & IRMÃO, José Ferreira (1985). Recessão e Desemprego nas Regiões Brasileiras. Edit. Massangana. Recife.
- 12- GONÇALVES, Fábio de Azevedo & TAGLIASSUCHI, Miriam de Toni (s/data). A PME: Considerações sobre a Taxa de Desemprego Aberto. In AZEVEDO, Beatriz Regina Zago (organiz.). O Emprego no Rio Grande do Sul: RAIS, PNAD e PME. Porto Alegre.
- 13- IBGE (1981). Metodologia da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios na Década de 70. IBGE. Rio.
- 14- ----- (1983). PNAD 1972: Brasil e Grandes Regiões Brasileiras. IBGE. Rio.
- 15- (1983 - A). Metodologia da Pesquisa Mensal de Emprego 1980. IBGE. Rio. Série Relatórios Metodológicos.
- (1985). Posição do IBGE em face de Unificação das Pesquisas de Emprego e Desemprego (Documento Preliminar para Discussão Interna) s/local. Agosto de 1985. (mimeog.)
- 17- ----- (1985 - A). Indicadores Sociais: Tabela Seleccionadas. Rio.
- 18- ----- (1985 - B). Anuário Estatístico 1984. Rio
- 19- (1986). Índice de Produção Industrial. Série Revista 1975 - 1985- Rio.
- 20- MACEDO, Roberto (s/data). Taxa de Desemprego: uma Comparação dos Índices do IBGE e do DIEESE. Versão preliminar. s/data, s/local (mimeog.).
- 21- MATOSO, J.E. (1986). 1985: Recuperação e Mercado de Trabalho. In CARNEIRO, Ricardo (organiz.). Política Econômica da Nova República. Paz e Terra. São paulo.

- 22- MEDICE, André (s/data). Efeitos especiais Introduzidos pela mudança no Período de Referência na Aplicação do Questionário PNAD - 1982. s/data. s/local (mimeog.).
- 23- MÉDICE, André & AGUIAR, Marco Antônio de Souza (1985). Como se Mede Emprego e Desemprego. s/local. Dezembro de 1985 (mimeog.).
- 24- Ministério do Trabalho (1986). Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Lei 4923/65 - Apanhado Histórico. S/local (mimeog.). Trabalho elaborado por Ana Maria Rezende Chagas.
- 25- Ministério do Trabalho (1983). Relação Anual de Informações Sociais: 1980. Brasília.
- 26- PAIVA, Paulo de Tarso Almeida (1984). A Concentração e a Enumeração da População Economicamente Ativa nos Censos Demográficos Brasileiros. In ABEP. Censos, Consensos e Contra-sensos. ABEP. Ouro Preto.
- 27- POSSAS, M. (1983) Dinâmica e Ciclo Econômico em Oligapólio. Tese Doutorado UNICAMP. Campinas (mimeog.).
- 28- SABOIA, J. (1985). Considerações sobre as Transformações no Mundo do Trabalho no Brasil durante a Recessão - 1980-1983. Texto para Discussão nº 69. IEI/UFRJ. Rio
- 29- & TOLIPAN, R. (1986). A Estrutura do Emprego Industrial no Brasil e a Recessão dos Anos 80. IPEA/INPES. Rio. Série Estudos de Política Industrial e Comércio Exterior, nº 5 (mimeog.).
- 30- SOUZA, P.R. (1980). Determinações dos Salários e de Emprego nas Economias Atrasadas. UNICAMP. Campinas (mimeog.).

- 31- TAGLIASSUCHI, Miriam De TONI & VERGARA, Dulce Helena (s/data). A RAIS: Avaliação do Mercado Formal de Emprego no Rio Grande do Sul. In AZEVEDO, Beatriz Regina Zago (organiz.). O Emprego no Rio Grande do Sul: RAIS, PNAD e PME. Porto Alegre.
- 32- TAVARES, M.C. & BELUZZO, 46 (1985) Uma Reflexão sobre a Natureza da Inflação Contemporânea - Revista da ANPEC. Ano VIII, nº 9 julho.
- 33- TROYANO, A. A; MATOSO, J.E. & HOFFMANN, M.P. (1984). O Emprego: Dimensões da Crise. ABEP. Águas de São Pedro (mimeog.).
- 34- WERNECK, Rogério L. Fúrqum (1985). Empresas Estatais, Controle de Preços e Contenção de Importações. Texto para Discussão nº 93. PUC. Rio.
- 35- ----- (1985 - A). Uma Análise do Financiamento e dos Investimentos das Empresas Estatais Federais no Brasil: 1980 -1983. In Revista Brasileira de Economia. Rio V. 39, nº 1 janeiro/março 1985.
- 36- ----- (1986). Poupança Estatal, Dívida Pública e Crise Financeira do Setor Público. Texto para Discussão nº 121. Departamento de Economia. PUC. Rio.

SÉRIE FAC-SÍMILE

Nºs Publicados

- Nº 1 - "Inflação e Balanço de Pagamentos: Uma Análise Quantitativa das Opções de Política Econômica". André L. Resende e Francisco L. Lopes. 86 p.
- Nº 2 - "Inflação e Nível de Atividade no Brasil". Francisco L. Lopes. 98 p.
- Nº 3 - "Abertura Financeira ao Exterior: Perspectivas Latino-Americanas". Edmar Lisboa Bacha. 142 p.
- Nº 4 - "As Causas da Difusão da Posse dos Bens de Consumo Duráveis no Brasil". João L. M. Saboia. 148 p.
- Nº 5 - "Organização e Política Econômica". Jorge Vianna Monteiro. 76 p.
- Nº 6 - "Análise da Viabilidade de um Estudo sobre a Magnitude e o Perfil da Imigração Estrangeira para o Brasil no Período 1873-1932". Elisa Maria da C. Pereira Reis. 46 p.
- Nº 7 - "Urbanização e Custos numa Economia em Desenvolvimento. O Caso de Minas Gerais". Afrânio Alves de Andrade e Roberto Luiz de Melo Monte-Mór. 112 p.
- Nº 8 - "Energia e Economia: Um Modelo Integrado". Eduardo Marco Modiano. 226 p.
- Nº 9 - "Salários e Emprego na Indústria de Transformação: 1970/1976". Paulo Eduardo de Andrade Baltar e Paulo Renato Costa Souza. 198 p.
- Nº 10 - "Desequilíbrio Externo e Reorientação do Crescimento e dos Investimentos: Uma Análise Multissetorial das Perspectivas da Economia Brasileira". Rogério L. Furquim Werneck. 130 p.

- Nº 11 - "Demanda de Fatores e Ofertas de Produtos na Agricultura Brasileira: Subsídios para Formulação de Políticas Agrícolas". José Carlos de Souza Santos. 112 p.
- Nº 12 - "Potencial das Exportações Brasileiras de Manufaturados". Maurício Barata de Paula Pinto. 46 p.
- Nº 13 - "Estruturas Intra-Urbanas e Segregação Social no Espaço: Elementos para uma Discussão da Cidade na Teoria Econômica". Martin Oscar Smolka. 353 p.
- Nº 14 - "Salários Médios e Salários Individuais no Setor Industrial: Um Estudo de Diferenciação Entre Firms e Entre Indivíduos". Raul José Ekerman e Uriel de Magalhães. 106 p.
- Nº 15 - "Evolução Histórica do Salário Mínimo no Brasil: Fixação, Valor Real e Diferenciação Regional". João L. M. Saboia. 106 p.
- Nº 16 - "A Economia da Escravidão nas Fazendas de Café de Vasouras e Campinas: 1850-1888". Pedro Carvalho de Mello. (2 vol.) 204 p.
- Nº 17 - "Fontes Endógenas do Crescimento do Setor Público no Brasil". Jorge Vianna Monteiro. 94 p.
- Nº 18 - "A Economia Mundial e o Brasil em Crise". Paul Singer. 149 p.
- Nº 19 - "Aspectos do Comércio Mundial no Pós-Guerra". Gesner José de Oliveira Filho. 208 p.
- Nº 20 - "A Natureza Financeira da Crise e Suas Perspectivas". Monica Baer. 169 p.
- Nº 21 - "A Economia Mundial como Ponto de Partida". Pablo Rieznik. 42 p.

